

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO - PPP -

2015 - 2019

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo -
IFSP

Câmpus Cubatão

Projeto Político Pedagógico do Câmpus Cubatão - 2015-2019

ROBSON NUNES DA SILVA

Diretor-Geral

WALDÍSIA RODRIGUES DE LIMA

Presidente da Comissão PPP

Cubatão, 13 de maio de 2016.

Comissão Local do Projeto Político-Pedagógico (PPP)

Waldísia Rodrigues de Lima

Rosa Maria Micchi

Livia Reis Dantas de Souza

Rosângela do Carmo Santos

Ana Cláudia Oliveira de Almeida Nascimento

Rosemary Pereira

Nadir Barbosa da Silva dos Santos

Amauri Dias de Carvalho

Alberto Luiz Ferreira

Bárbara Andrade Lessa do Vale

Antônio Arlindo de Matos Filho

Etiene Siqueira Rocha

Elaine Cristina de Araújo

Helenice Nazaré da Cunha Silva

Eduardo Henrique Gomes

Colaboradores:

Professores

Artarxerxes Tiago Tácito Modesto

Claudia Cristina Soares de Carvalho

Rafael Stoppa Rocha

Catherine Cavalcanti Margoni

Representantes dos estudantes

Aos membros do Diretório Acadêmico (D.A.), em especial ao presidente Jonathan Hudson.

Aos membros do Grêmio Estudantil Chico Mendes, em especial a Peterson Florindo

Agradecimentos

A todos os Servidores do Câmpus Cubatão pela participação efetiva na elaboração Político Pedagógico (PPP 2015- 2019) e a comunidade externa que enviou sugestões e considerações para inclusão no projeto.

Epígrafe

“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino. A educação necessita tanto de formação técnica e científica como de sonhos e utopias”

Paulo Freire

Capítulo 1 Sumário

Capítulo 1 : Dos objetivos e finalidades	8
1.1 Histórico do IFSP.....	8
1.2 A função social	14
1.3 Os objetivos e metas	15
1.4 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	15
1.5 Princípios norteadores	18
1.5.1 Desenvolvimento humano	18
1.5.2 Educação	20
1.5.3 Educação Profissional e Tecnológica.....	21
1.5.4 Conhecimento	23
1.5.5 Currículo	26
1.5.6 Prática pedagógica	28
Capítulo 2 : Projeto Político Pedagógico Câmpus Cubatão.....	31
2.1 Caracterização da Unidade	31
2.1.1 Breve Histórico	33
2.1.2 Estrutura Física	35
2.1.3 Caracterização Sócio Econômica e Cultural da Região: Cubatão e Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)	37
2.1.4 O Arranjo Produtivo Local	40
2.1.5 Contexto local.....	41
2.2 Recursos Humanos.....	42
2.2.1 Corpo Docente	42
2.2.2 Corpo Técnico - administrativo	50
Capítulo 3 : Pressupostos Pedagógicos do Câmpus Cubatão.....	58
3.1 Ética, Cidadania e Inclusão Social.....	58
3.2 Inclusão social	59
3.3 Criticidade	61
3.4 Criatividade e inovação	61
3.5 Gestão democrática	62
3.6 Interdisciplinaridade	68
3.7 Empreendedorismo.....	69
3.8 Ensino	71
3.9 Processo de ensino e aprendizagem	71
3.10 Metodologias	74

3.11 Avaliação	75
3.12 Pesquisa.....	75
3.13 Extensão	77
Capítulo 4 : Estrutura e Organização dos cursos.....	78
4.1 Técnico	79
4.1.1 Técnico Integrado ao Ensino Médio.....	80
4.1.2 Técnico Concomitante/Subsequente.....	82
4.1.3 PROEJA (Médio).....	83
4.2 Graduação	84
4.2.1 Licenciatura	85
4.2.2 Tecnologia	87
Capítulo 5 : Políticas e Ações.....	93
5.1 Coordenadoria Sociopedagógica.....	93
5.2 Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) – Ações Inclusivas	97
5.3 – Formação Continuada	98
5.4 Políticas e Ações de EXTENSÃO.....	99
5.5 – Políticas e Ações de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	105
5.6 - Biblioteca.....	111
5.7 – Bolsa Discente	114
5.8 – PRONATEC	118
5.9 – Órgãos Colegiados do IFSP	118
5.9.1 Conselho de Câmpus.....	118
5.9.2 Colegiado de Curso.....	119
5.9.3 Conselho de Classe (Pedagógico e de Curso)	119
5.9.4 Os órgãos colegiados do Câmpus Cubatão: Conselhos de classe pedagógico	120
5.9.5 Conselho de Câmpus (CONCAM)	121
5.9.6 Comissão de Área para Atividade Docente (CAAD)	121
5.9.7 Colegiado de Curso do Curso Superior Tecnológico de Automação Industrial.....	121
5.9.8 Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo	122
5.9.6 – Comissão Própria de Avaliação (CPA).....	126
5.10 – Movimento Estudantil	128
5.10.1 Grêmio Estudantil Chico Mendes.....	129
5.10.2 Diretório Acadêmico Eremias Delizoicov (D.A.E.D.).....	132
Capítulo 6 – Diagnóstico, Metas e Ações	134
6.1 - Dimensão: Ensino.....	136

6.2 - Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação	143
6.3 - Dimensão: Extensão.....	145
6.4- Dimensão: Administrativa.....	148
6.5 Dimensão: Informática.....	167

Capítulo 1 : Dos objetivos e finalidades

1.1 Histórico do IFSP

O ano de 2014 foi um marco para o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)**. Conhecido por oferecer ensino público, gratuito e de qualidade, o IFSP completou nesse ano 105 anos de história. No decorrer dessa longa trajetória, o Instituto teve diversas denominações, sendo a primeira delas a de **Escola de Aprendizizes Artífices**. Através do Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, o então presidente do Brasil, Nilo Peçanha, determinou a criação de uma **Escola de Aprendizizes Artífices** em cada uma das capitais dos Estados da República. Ao todo, foram instaladas dezenove delas, mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e incumbidas de oferecer ensino profissional primário e gratuito. Segundo a introdução do Decreto n. 7.566, o aumento constante da população das cidades tornava necessário destinar aos “filhos desfavorecidos da fortuna o indispensável preparo técnico e intelectual e fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime”. Em cada uma das **Escolas de Aprendizizes Artífices** haveria dois cursos noturnos: um primário, obrigatório, para os alunos que não soubessem ler, escrever e contar; o outro, de desenho, também obrigatório, para aqueles que precisavam da disciplina para o exercício satisfatório do ofício que aprendessem (Artigo 8º. do Decreto n. 7.566).

Na capital do Estado de São Paulo, a inauguração da unidade ocorreu em 24 de fevereiro de 1910, sendo estabelecida provisoriamente na Avenida Tiradentes e, logo depois, na Rua General Júlio Marcondes Salgado, no bairro de Santa Cecília. Nesse início de funcionamento, eram ofertados os cursos de tornearia, de eletricidade e de mecânica, considerados incomuns se comparados ao que ministravam as demais escolas da época. Ao que tudo indica, deve-se isso ao crescimento da industrialização paulista e à concorrência com o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. No primeiro ano de atividade, estavam matriculados 135 alunos, sendo 95 deles frequentes. Até 1937, quando passou a ser chamada de **Liceu Industrial de São Paulo**, a **Escola de Aprendizizes Artífices** teve quatro diretores, sendo o primeiro deles João Evangelista Silveira da Mota, que permaneceu no cargo por 22 anos (*PDI 2014-2018/IFSP*, p.30-31).

Através do Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio passou a ser denominado de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, já sob a gestão do presidente Getúlio Vargas. No entanto, com a Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, aquele foi transformado no Ministério da Educação e Saúde. Também a partir dessa lei, as **Escolas de Aprendizes Artífices** foram transformadas em liceus industriais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus (Artigo 37). Outra mudança trazida pela Lei n. 378 foi a criação do Departamento Nacional de Educação, composto por oito divisões e responsáveis, respectivamente, pelo ensino primário; pelo ensino industrial; pelo ensino comercial; pelo ensino doméstico; pelo ensino secundário; pelo ensino superior; pelo ensino extraescolar e pelo ensino de educação física (Artigo 10).

Novas reformas na educação profissional ocorreram em 1942, época em que se tornou premente a formação de pessoal técnico qualificado. Isso porque a Segunda Guerra Mundial dificultou não só a importação de produtos industrializados, como também a vinda da mão-de-obra especializada para as fábricas nacionais (Romanelli, 2000, p.155). Dessa forma, naquele ano, Getúlio Vargas baixou o Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro. Definida como a Lei Orgânica do Ensino Industrial, ela fixou as bases de organização e de regime do ensino industrial. Esse, por sua vez, consistia no ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, além dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. O ensino industrial passou a ser dividido em dois ciclos, sendo que o primeiro abrangia quatro ordens de ensino: ensino industrial básico; ensino de mestria; ensino artesanal; aprendizagem. O segundo ciclo compreendia o ensino técnico e o ensino pedagógico.

O Decreto-Lei n. 4.073 também previa que o ensino industrial devia atender aos interesses: “1) *do trabalhador*, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana; 2) *das empresas*, nutrindo-as, segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão-de-obra; 3) *da nação*, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura” (Artigo 3º. grifos nossos). Cabia ao ensino industrial formar profissionais aptos ao exercício de ofício e técnicas nas atividades industriais. Além disso, tinha como finalidades dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumentasse a eficiência e a produtividade; aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados e, por fim, divulgar conhecimentos de atualidades técnicas (Artigo 4º. do Decreto-Lei n. 4.073).

Vale sublinhar ainda que o Decreto-Lei n. 4.073 permitia a articulação do ensino industrial com as outras modalidades de ensino: “III - (...) é assegurada aos portadores de diploma conferido em virtude de conclusão de curso técnico a possibilidade de ingresso em estabelecimento superior, para matrícula em curso diretamente relacionado com o curso técnico concluído, verificada a satisfação das condições de preparo, determinadas pela legislação competente” (Artigo 18). Com isso, interrompia-se o estigma de que o aluno, ao completar a educação profissional, não podia prosseguir nos estudos (*PDI 2014-2018/IFSP*, p.34).

Também em 1942, o Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro, definiu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Faziam parte dessa rede as escolas técnicas, as escolas industriais, as escolas artesanais e as escolas de aprendizagem. Em relação às primeiras, foram criadas onze delas, incluindo-se a **Escola Técnica de São Paulo**, com sede na capital do Estado de São Paulo. Tais escolas tinham como objetivo oferecer “os cursos técnicos e os cursos pedagógicos, e bem assim os cursos industriais e os cursos de mestría, de que trata o regulamento do quadro dos cursos de ensino industrial, expedido com o decreto n. 8.673, de 3 de fevereiro de 1942, e que forem compatíveis com as suas instalações” (Artigo 8, § 1º do Decreto-Lei n. 4.127). Conforme o Decreto-Lei n. 4.127, porém, para que a **Escola Técnica de São Paulo** começasse a funcionar, era preciso que “fossem construídas e montadas novas e próprias instalações” (Artigo 8, § 2º).

Ainda quanto à regulamentação do ensino técnico, o Decreto n. 11.447, de 23 de janeiro de 1943, fixou os limites da ação didática das escolas técnicas e das escolas industriais. Segundo esse Decreto, à **Escola Técnica de São Paulo** cumpria ministrar os seguintes cursos de formação profissional, no caso do ensino industrial básico e do ensino de mestría: o de fundição, o de serralheria, o de mecânica de máquinas, o de marcenaria e o de cerâmica. No que se refere ao ensino técnico, os cursos ofertados eram o de edificações, o de desenho técnico e o de decorações de interiores (Artigo 10).

Outro ponto de destaque na história da **Escola Técnica de São Paulo** foi a publicação da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que refletiu as necessidades da política econômica em curso. Nesse ano, estava na presidência Juscelino Kubitschek, cujo governo ficou conhecido por incentivar o processo de industrialização do país, especialmente no que concerne ao setor automobilístico. A partir da Lei n. 3.552, os estabelecimentos de ensino industrial, agora de responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura, passaram a ter personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Os fins daqueles eram: “a) proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos; b) preparar o jovem

para o exercício de atividade especializada, de nível médio” (Artigo 1º. da Lei n. 3.552). Além disso, por meio da criação do Conselho dos Representantes e do Conselho dos Professores, a Lei nº 3.552 aumentou a participação dos servidores no andamento da política administrativa e pedagógica da instituição. O Conselho dos Representantes, encarregado da administração escolar, deveria ser composto por seis membros, provenientes da comunidade. A seleção deles seria feita pelo Presidente da República mediante proposta elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura, depois de ouvida a Diretoria do Ensino Industrial. Já o Conselho dos Professores consistia em um órgão de direção didático-pedagógica, cujo presidente era o Diretor da Escola.

Em 20 de agosto de 1965, o então presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco sancionou a Lei n. 4.759, que transformou a **Escola Técnica de São Paulo** em **Escola Técnica Federal de São Paulo** (ETFSP): “As Universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado” (Artigo 1º).

Outra alteração significativa no ensino profissionalizante foi propiciada pela Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, ano em que Emilio Médici exercia a presidência. Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ela regulamentou o ensino de 1º. e 2º. graus, os quais correspondiam, respectivamente, ao ensino primário e ao ensino médio. O ensino de 1º. grau durava oito anos e destinava-se à formação da criança e do pré-adolescente. Já o ensino de 2º. grau tinha como propósito a formação integral do adolescente e teria três ou quatro anos de duração, conforme previsto para cada habilitação. Como explica Romanelli (2000, p.238), “o ensino de 1º. grau, além da formação geral, passa a proporcionar a sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho. E o ensino de 2º. grau passa a constituir-se, indiscriminadamente, de um ensino cujo objetivo primordial é a habilitação profissional”. Nesse sentido, ainda de acordo com a autora, um dos princípios que caracterizaram a Lei n. 5.692 foi o da terminalidade, ou seja, cada nível de ensino capacitava o aluno para o exercício de uma atividade, o que antecipava o ingresso dele no mundo do trabalho (Romanelli, 2000, p.238-239). Em suma, ao tornar compulsória a profissionalização do ensino de 2º. grau, o governo tinha duas metas. Uma delas era formar mão-de-obra qualificada sob o regime de urgência, necessidade trazida por um período de crescimento do país conhecido como “milagre econômico brasileiro” (1969-1973). A outra foi diminuir a pressão por vagas nas universidades, consequência da busca cada vez maior dos jovens provenientes das classes populares por níveis mais elevados de escolarização (Camargo; Vilella, 2010, p.47-48). No que diz respeito à **Escola Técnica Federal de São Paulo**, a LDB de 1971 trouxe grandes implicações, pois possibilitou

a formação de técnicos através de cursos integrados ao ensino médio (técnico e médio), completados em quatro anos e cuja carga horária média era de 4.500 horas/aula (*PDI 2014-2018/IFSP*, p.40).

Outro momento importante para a ETFSP ocorreu em 23 de setembro de 1976, quando se mudou da Rua General Júlio Marcondes Salgado para a Rua Pedro Vicente, no bairro do Canindé, onde hoje está sediado o **Instituto Federal de São Paulo** (reitoria e câmpus São Paulo). O ano de 1986 também foi marcante para a instituição, já que, pela primeira vez, o seu diretor seria escolhido, de forma direta, por professores, servidores administrativos e alunos. Eleito por 130 votos, Antonio Soares Cervila concretizou uma antiga reivindicação da comunidade escolar, o que se tornou possível por iniciativa da Associação dos Servidores da Escola Técnica Federal de São Paulo (ASSETEFESP). Foi durante a gestão de Cervila que foi criada, em Cubatão, a primeira Unidade Descentralizada de Ensino (UNED) do país. A segunda UNED começou a funcionar em 1996, na cidade paulista de Sertãozinho, quando estava na direção da ETFSP Francisco Gayego Filho (*PDI 2014-2018/IFSP*, p.41-42). As UNED's, surgidas no governo do então presidente José Sarney com o objetivo de expandir a Rede Federal de Ensino Profissional, deviam vincular-se às estruturas organizacionais das Escolas Técnicas Federais (Camargo; Vilella, 2010, p.48). De 2006 a 2008, foram implantadas UNED's em mais sete cidades do Estado de São Paulo, sendo elas, respectivamente, Guarulhos, Bragança Paulista, Salto, Caraguatatuba, São João da Boa Vista, São Roque e São Carlos (*PDI 2014-2018/IFSP*, p.43-44).

Em 1994, a Lei n. 8.948, de 08 de dezembro, transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). A ETFSP passou a ser oficialmente denominada de CEFET-SP a partir de um Decreto (sem número) de 18 de janeiro de 1999, quando Fernando Henrique Cardoso estava em seu segundo mandato como presidente. Antes disso, no entanto, a publicação do Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997, resultou na extinção dos cursos técnicos integrados ao ensino médio: “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (Artigo 5º). Em 2004, tal ato foi revogado pelo Decreto n. 5.154, de 23 de julho, que voltou a permitir que a educação profissional técnica de nível médio fosse desenvolvida de forma articulada com o ensino médio. Outro avanço para o **Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo** ocorreu com o Decreto n. 5.224, de 01 de outubro de 2004. Isso porque os CEFETs foram autorizados a “ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica” (Artigo 4º, V).

Quando estava na presidência do país pela segunda vez, Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação. Fazem parte dela os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, além das Escolas Técnicas ligadas às Universidades Federais. Com exceção das últimas, as primeiras três instituições mencionadas “possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar” (Artigo 1º, parágrafo único da Lei nº 11.892).

Os Institutos Federais, criados num total de 38 através da Lei, são definidos por essa como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (...)” (Lei nº 11.892, art. 2). A presente norma ainda equipara os Institutos às Universidades Federais no que tange à incidência das disposições que regem a regulação, a avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos da educação superior. Os Institutos Federais, além disso, têm “autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica” (Artigo 2º., § 3 da Lei n. 11.892).

No que diz respeito à sua estrutura organizacional, os Institutos passaram a ter como órgãos superiores da administração o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, ambos presididos pelo Reitor do Instituto. O primeiro possui caráter consultivo e é composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos *campi* que integram o Instituto Federal. O Conselho Superior, por sua vez, tem caráter consultivo e deliberativo, e é formado por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, garantindo-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica. Já no papel de órgão executivo dos Institutos está a reitoria, cujos membros são o Reitor e cinco Pró-Reitores. Os Reitores são nomeados pelo Presidente da República para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do Instituto. Nesse processo eleitoral, é atribuído o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente. No

caso do IFSP, o professor Arnaldo Augusto Ciquielo Borges foi nomeado para o cargo de Reitor pro tempore. Em abril de 2013, tomou posse o professor Eduardo Antonio Modena, o primeiro Reitor do IFSP eleito através da participação da comunidade (*PDI 2014-2018/IFSP*, p.46).

Comprovando a abrangência de sua atuação, o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo**, antigo CEFET-SP, além de investir fortemente na realização de pesquisas aplicadas e no desenvolvimento de atividades de extensão, oferece: cursos técnicos, tanto na forma de cursos integrados ao ensino médio (para aqueles que concluíram a educação fundamental), quanto na forma concomitante ou subsequente (para alunos que concluíram a educação fundamental e para aqueles que concluíram o ensino médio ou estejam cursando no mínimo o 2º. ano desse nível de ensino); cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e superiores de tecnologia); cursos de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*). Por fim, pensando em proporcionar oportunidades de estudos para aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio na idade regular, o IFSP investe também no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Atualmente, o IFSP possui 37 *campi* espalhados pelo Estado de São Paulo, sendo que alguns desses constituem as extintas Unidades Descentralizadas de Ensino.

1.2 A função social

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSP - historicamente, se constitui como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante. A sua identidade vem sendo continuamente construída a partir de referenciais ético-políticos, científicos e tecnológicos presentes nos seus princípios e diretrizes de atuação. Estes refletem a opção da Instituição em abarcar diversas demandas da sociedade, incluindo a escolarização daqueles que, no contexto da vida, não participaram das etapas regulares de aprendizagem. Acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino, do trabalho e com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil, busca construir uma *práxis* educativa que contribua para a inserção social, à formação integradora e à produção do conhecimento.

O IFSP atua como instituição educativa na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, pode protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

1.3 Os objetivos e metas

O IFSP tem como objetivo central agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho, discutindo os princípios das tecnologias a ele relativas. Compreende-se, para isso, que seja preciso derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana.

A partir da compreensão da relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, a organização e desenvolvimento curricular, em seus objetivos, conteúdos e métodos, baseia-se a concepção do trabalho como princípio educativo, o que não significa apenas aprender fazendo, nem é sinônimo de formar tão somente para o exercício do trabalho. Entender o “trabalho como princípio educativo” coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a Educação Profissional deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Entre seus aspectos fundadores, os Institutos Federais (PACHECO, 2011), tem como principais metas: 1) expandir a oferta de educação profissional pública e de qualidade; 2) estar aberto à comunidade por meio da verticalização da oferta de cursos (da modalidade EJA até a pós-graduação e cursos de curta duração) e do acesso facilitado pela ampliação da rede em todas as regiões do país; 3) formar cidadãos para o mundo do trabalho e não somente para o “mercado” de trabalho, por meio de uma Educação crítica e reflexiva.

1.4 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A Constituição de 1988 se apresentou como a superação institucional do regime autoritário instaurado nos anos 60. Nela, dentre os diversos dispositivos que incorporavam avanços na direção da maior democratização da sociedade brasileira e na tentativa da construção efetiva da cidadania, houve a afirmação da autonomia e do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como norteadores das ações desenvolvidas no âmbito das universidades (art. 207). Na sequência deste esforço legislativo, deu-se a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394, de 20/12/1996),

em que apareceu reiterado o princípio da autonomia e foram desdobrados os seus reflexos nas várias dimensões da vida acadêmica.

Sob o princípio constitucional da indissociabilidade, temos o desafio de delinear algumas noções sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando nortear a prática acadêmica no interior do IFSP. O primeiro passo é definir, claramente, os conceitos a serem adotados de ensino, pesquisa e extensão.

O Ensino, compreendido como o processo educativo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade do sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

A educação, como parte de um todo que forma a sociedade, sofre as influências do acentuado avanço científico e tecnológico e das mudanças advindas desse processo, o que encaminha princípios e a estruturação de novos modelos.

A Pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do conhecimento (ANDER-EGG, 1978, *apud* MARCONI; LAKATOS, 2003). A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais sendo, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade.

A Extensão, por sua vez, é um processo educativo, interdisciplinar, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Escola e outros setores da Sociedade (FORPROEX, 2012). Esse processo educativo transformador somente se efetiva no momento em que a Extensão se configura como um espaço de produção de conhecimento a partir da troca de saberes e de experiências estabelecida na relação entre a comunidade interna e externa. Ou seja, sendo vital o diálogo entre sociedade e instituição educacional, torna-se possível a esta identificar, e refletir sobre os anseios e problemas colocados pela sociedade, bem como estabelecer estratégias e soluções condizentes às demandas sociais e consoantes à capacidade científica e tecnológica do IFSP. Portanto, a Extensão pressupõe o contato entre a comunidade interna de determinada instituição e sua comunidade externa, mediada pelo conhecimento e pela reflexão crítica.

A compreensão de extensão se baseia na noção segundo a qual toda instituição educacional é social e, como tal, deve assumir o compromisso de formar e qualificar as pessoas para atuarem de forma responsável e de serem protagonistas da promoção e da garantia dos valores democráticos e cidadãos. O pressuposto, portanto, se assenta na noção de que todo o trabalho realizado nas instituições de ensino, assim como a produção de conhecimento gerado por elas é um bem social, e que ele deve ser apropriado pela sociedade em benefício de seus interesses e pela transformação social.

Na prática, significa dizer que a pesquisa, a extensão e o ensino devem se converter num processo educativo capaz de formar, qualificar e emancipar os sujeitos, e que a produção de conhecimento científico tenha como finalidade reduzir as desigualdades sociais e aprimorar as condições de vida das pessoas, material, social e culturalmente. Nesse sentido, a Extensão potencializa o diálogo, a produção de novas relações e de novos saberes, a reflexão sobre as práticas educativas adotadas e as ações institucionais, bem como possibilita construir conhecimentos sobre novas bases metodológicas; além de favorecer o contato ampliado de pessoas da comunidade externa com o conhecimento produzido no interior da instituição.

Em 2008, a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foi afirmada por meio da Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (art. 1º da Lei nº 11.892, 29/12/2008), que também os caracterizou como Instituições de pesquisa tecnológica e de extensão (art. 6, incisos VII e VIII). Portanto, o mesmo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estabelecido pelo parágrafo 2º do art. 207 da Constituição Federal também se tornou norteador das ações desenvolvidas no âmbito destas Instituições.

Tendo em vista que as Instituições de ensino, pesquisa e extensão são os locais onde acontecem experimentos pedagógicos e epistemológicos, torna-se necessário rever a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, reconhecendo a existência dos vários processos de aquisição/produção do conhecimento. Na sequência, deve-se permitir aos estudantes utiliza-los de acordo com suas potencialidades, levando em conta a suas experiências de vida e os conhecimentos previamente adquiridos (ForGRAD, 2000), o que significa valorizar a “bagagem individual” visando incitar a aprendizagem. Neste sentido, é necessário estimular um trabalho de criação coletiva, introduzindo a participação em projetos envolvidos com diferentes áreas, preferivelmente integrados, onde o professor e os estudantes se incluam como autores, desenvolvendo a capacidade de negociar, de argumentar, de articular, de criar e de se solidarizar. Aproximando, assim, os processos educativos da realidade a qual o

estudante estará submetido fora da Instituição. Para isso, tempos e espaços diferentes serão necessários (DOS REIS, 2013).

Os Institutos Federais, guiando seu Projeto Político Pedagógico com o intuito de priorizar um conjunto de atividades interdisciplinares intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo, onde se permita ensinar a pensar e a aprender, as quais devem ser mediadas tanto pelo professor quanto pelos estudantes, darão um passo importante rumo à democratização do ensino. Essa perspectiva requer que o Projeto Pedagógico seja construído a partir deste novo paradigma: ensinar a pensar e a aprender. Sabe-se, contudo, que isso não acontecerá espontaneamente já que a alteração das práticas pedagógicas, partindo-se da concepção do estudante como ele próprio mediador da sua cognição (FREIRE, 2013), irá requerer esforço coordenado para que não fique apenas no papel (DOS REIS, 2013).

Em suma, o ensino, a pesquisa e a extensão, quando indissociadas e bem articuladas, deverão conduzir à mudança significativa nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo a formação para a atividade profissional e para a cidadania.

1.5 Princípios norteadores

Com base na lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008), assim como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018) encontra-se nestes documentos norteadores das ações e princípios do Instituto Federal de São Paulo, os quais destacamos abaixo algumas dessas concepções.

1.5.1 Desenvolvimento humano

O IFSP objetiva levar em conta o fato de que o desenvolvimento humano é um processo de construção contínua e que se estende ao longo da vida dos indivíduos e das sociedades de forma indissociável. Uma vez que esse desenvolvimento não necessariamente ocorre de forma linear e progressiva, ele deve ser compreendido como uma construção humana, social, coletiva e comunitária, firmando-se como a meta orientadora de toda a reflexão e de toda a atividade de construção de cursos, projetos, pesquisas e atividades congêneres em âmbito institucional. Sendo assim, pode-se dizer que a atuação do IFSP no contexto educacional e político brasileiro

parte da premissa de que vivemos em uma sociedade desigual e que caminha, mesmo que a passos lentos, no sentido de minimizar tais diferenças.

Na busca por uma formação profissional, científica e tecnológica, os Institutos Federais, tal como prefigurado em sua lei de criação (Lei nº 11.892/2008) objetiva “construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento” (Art. 2º), assim, o IFSP, em consonância com seus objetivos e princípios assume compromisso em sua ação educativa com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador.

Ao compreender o sujeito como um ser sócio histórico, ou seja, resultado de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação. O IFSP acredita que o desenvolvimento de capacidades, potencialidades, habilidades, competências, valores e atitudes especificamente humanos perpassa diretamente por uma ação educativa (PDI 2014-2018). Neste sentido, a instituição de ensino tem em si a responsabilidade de levar o estudante ao pleno desenvolvimento enquanto cidadão através do conhecimento construído visando uma formação geral e universal no sentido amplo.

Nossa instituição se identifica e se compromete com um projeto democrático de sociedade que compreende e pratica a educação como um compromisso de transformação, capaz de dar sentido cada vez maior tanto à nossa prática social enquanto instituição, como também a cada sujeito individual, que se encontra envolvido com este processo.

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. O conceito considera que apenas o crescimento econômico não é suficiente para medir o desenvolvimento de uma nação, diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades relacionando-o diretamente com mudança para a qualidade¹.

É preciso propor, assim, uma atuação institucional comprometida com a superação dos grandes entraves que inviabilizam o pleno desenvolvimento humano de nossos cidadãos e de nossa sociedade, dado que esse desenvolvimento está diretamente ligado com a justiça social, com a democracia, com o trabalho e com a cultura, com o lazer e com a possibilidade de avançar

¹ Tal como consta no portal do PNUD, “o conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente pelo PNUD”. <http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acesso em 16/10/2014.

cada vez mais enquanto instituição e enquanto sociedade. Se formos bem-sucedidos, formaremos não apenas profissionais para o mundo do trabalho, mas sujeitos críticos, para o exercício da cidadania, na perspectiva da emancipação humana, capazes de pensar e de enfrentar os desafios continuamente impostos pelo mundo do trabalho, da cultura, da ciência e tecnologia. Ao fim de seus processos de formação, os estudantes-sujeitos terão não apenas se profissionalizado, mas terão se tornado mais conscientes de seu próprio lugar no tempo e na história, tendo se tornado capazes de intervir na construção de seu mundo, de modo criativo e rico do ponto de vista de todas as suas possibilidades.

1.5.2 Educação

Na sociedade atual, a educação assume papel cada vez mais imprescindível no processo de desenvolvimento social e também econômico. Compreendemos a educação como processo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

A educação, com isso, é fator importante e indispensável no processo de transformação dessa realidade social. Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade do sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

Freire identifica, na natureza do ser humano, um núcleo fundamental em que propõe que se sustente o processo de educação: seu inacabamento ou sua inconclusão. Sabendo-se inacabado, o homem educa-se. E não se educa sozinho, educa-se em comunhão. (FREIRE, 2014). Assim sendo, a proposta pedagógica do IFSP vincula-se à ideia de que o ensino não se limita à transmissão de informações e/ou ao desenvolvimento de capacidades técnicas para um exercício profissional específico, mas, ao contrário, a formação de seus alunos deve contemplar a chamada “cultura geral” - saberes cujo sentido formativo não se confundem necessariamente com uma aplicação imediata – e o engajamento político – por meio do desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes.

O vínculo da educação com o contexto social e cultural leva a questionamentos e a revisão de modelos educacionais estabelecidos para atender os anseios e necessidades da sociedade,

apresentando desafios acentuados e problematizados. No mundo globalizado e em constantes transformações, o conceito de educação vem sendo revisto e ampliado, assumindo uma perspectiva processual que não se encerra ao final da escolarização, mas se prolonga ao longo da vida do indivíduo para permitir que ele possa responder aos desafios da provisoriedade do conhecimento, num contexto em constante mudança. (DELLORS, 1999).

1.5.3 Educação Profissional e Tecnológica

O IFSP reconhece a formação técnica e tecnológica como um dos elementos estruturantes capazes de contribuir para o desenvolvimento humano tanto do ponto de vista individual como coletivo. A proposta educacional dos Institutos Federais está pautada, atualmente, em uma concepção humanista de educação, buscando integrar ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e desenvolver a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual:

O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. (SETEC, 2010, p. 19)

Nosso objetivo principal passa pela formação profissional técnica e tecnológica de qualidade, isso só se torna possível na medida que o processo educativo contribua com a construção de cidadãos através de novos saberes. Ora se o que se busca é a formação do cidadão para o mundo do trabalho, superando o conceito da mera formação do profissional para o mercado é preciso esforços para *“derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos”*. (BRASIL. MEC. SETEC, 2010. p 10).

A formação destes sujeitos implica em assumir que a escola constitui historicamente uma das formas de reprodução da divisão do trabalho através dos instrumentos materiais elaborados para a construção do conhecimento. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 1990, com a reestruturação das forças produtivas, ligadas ao modelo econômico toyotista, repercutiram na apropriação pela escola de modelos pedagógicos voltados às competências,

respondendo aos princípios da flexibilidade para o atendimento das demandas do mundo do trabalho.

A razão de ser dos Institutos Federais, como instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada; ao relacionamento do trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu lócus; à busca de maior inserção da mão de obra qualificada neste mesmo espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência. (BRASIL. MEC. SETEC, 2010, p 22)

Nesta perspectiva, nos aproximamos da compreensão do *trabalho como princípio educativo* (RAMOS, 2004 e FRIGOTTO, 2004) na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Assim, insere-se no contexto a educação profissional, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social.

Assim, a educação profissional e tecnológica trata-se de uma política pública, por seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã. O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho:

Assim, a educação exercida no IFSP não estará restrita a uma formação estritamente profissional, mas contribuirá para a iniciação à ciência e a promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo e as tecnologias. (PDI 2009-2013, p. 41)

Neste sentido, a escola, como instituição educativa da sociedade, é o espaço privilegiado da educação formal, lugar de cultura e sistematização do saber científico, que possibilita a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos para análise e compreensão da realidade, do mundo em que vivemos, a fim de que haja uma interação consciente das pessoas consigo

mesmas, delas entre si, delas com o conhecimento, com o meio ambiente e com outros produtos da cultura, ampliando, dessa forma, sua visão de mundo.

Além do mais, a educação profissionalizante do IFSP nutre-se da certeza reconfortante de Paulo Freire, que vê falsidade no dilema entre humanismo e técnica. Para ele, a educação que se opõe à capacitação técnica é tão ineficiente quanto aquela que nega a formação geral humanista, limitando-se ao desenvolvimento das competências técnicas. (GADOTTI, 2004).

É como uma instituição educativa muito maior que uma “escola”, que se situa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, esta instituição pode protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

Neste cenário, se faz necessário afirmar que o IFSP opta por uma pedagogia emancipatória, capaz de refletir as contradições entre o modo de produção hegemônico, onde as demandas do capital são dominantes e se reproduzem na prática pedagógica fragmentada. Portanto, a escola deve favorecer a construção de estratégias de inclusão, nos diversos níveis e modalidades de educação, que permitam a formação de identidades autônomas e contextualizadas.

Tais diretrizes reafirmam o compromisso dos IFs com a formação humanística de docentes e discentes, que precede a qualificação para o trabalho e enxerga a educação profissional e tecnológica baseada na integração entre ciência, tecnologia e cultura.

1.5.4 Conhecimento

Paulo Freire (1992, p. 36) afirma que o conhecimento não se dá em um processo mecânico e desconectado, mas “se constitui nas relações homem-mundo e nas relações de transformação e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações”. Assim, a aquisição do conhecimento não ocorre pela mera transferência, mas pela construção dos saberes no desejo de avançar, numa busca constante de dominar o desconhecido, inventando e reinventando a realidade.

Em acordo com os pensamentos de Paulo Freire, Cortella relaciona conhecimento e educação como complementares:

[...] o bem de produção imprescindível para a nossa existência é o Conhecimento, dado que ele, por se constituir em entendimento,

averiguação e interpretação sobre a realidade, é o que nos guia como ferramenta central para nela intervir; ao seu lado coloca a Educação (em suas múltiplas formas), que é o veículo que o transporta para ser produzido e reproduzido. (CORTELLA, 2008, p. 39, grifo do autor)

Para construção do conhecimento no século XXI, nossos desafios emergem para educação e as relações sociais tornaram essenciais para contemporaneidade. Sendo o sujeito compreendido como ser sócio histórico, produto de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação (IFSP, 2014, p.143), essa construção e transformação ocorre por meio da libertação do homem, que constrói sua autonomia e vai além de sua capacidade de sobrevivência econômica, atuando com criticidade e se posicionando diante do estabelecido socialmente.

No contexto da educação profissional, a concepção de conhecimento articula as ciências naturais, humanas e tecnológicas com o mundo do trabalho, partindo da premissa da construção desse conhecimento baseado nos seguintes eixos: trabalho, ciência, tecnologia, cultura.

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que necessariamente devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento. (BRASIL, 2010, p. 34)

A ciência envolve conceitos e métodos que, ao mesmo tempo em que são estabilizados e transmitidos de geração em geração, podem e devem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Esses conhecimentos, produzidos e legitimados socialmente ao longo da história, são resultado de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e da transformação dos fenômenos naturais e sociais, no movimento do ser humano como produtor de sua realidade que, por isso, precisa apropriar-se dela para poder transformá-la.

A transformação da Ciência foi correlata com uma transformação no conhecimento técnico. Esse conhecimento passou a ter outro caráter. Deixou de ser um conhecimento sem nexos e sem formalização. Pode-se creditar a esse momento o surgimento de um novo conhecimento, o conhecimento tecnológico, que significa um conhecimento produtivo articulado e consciente. Esse novo saber que constitui a Tecnologia não é um saber sem significado e conexões.

Como apontado por alguns autores, a Tecnologia surge como um aprofundamento de um processo de racionalização da civilização que repercute na técnica. Essa racionalização pode

ser entendida como identificação das causas dos fenômenos e, nesse sentido, constitui uma efetiva cientifização da Técnica.

Assim, ao buscar-se a transformação da ciência em força produtiva, marca-se a noção de tecnologia, que se caracteriza como uma extensão das capacidades humanas, ao visar a satisfação das necessidades, mediando o conhecimento científico e a produção. É possível compreender o processo histórico de transformação da ciência em atividade produtiva por meio do desenvolvimento tecnológico.

A Tecnologia tem dinâmica própria e, embora interagindo com a Ciência, ela busca conhecimentos específicos. A Tecnologia é estilo de trabalho, de pesquisa, que incorpora metodologias e conceitos da pesquisa científica, porém também é um campo do conhecimento cuja aplicação passa por outros critérios como eficácia e viabilidade técnico-econômica e social. (PDI 2014 - 2018)

A difusão da tecnologia no país vem ganhando profusão regional, o que leva aos rearranjos produtivos locais, caracterizando cada realidade a tipos de inovação tecnológica. A posição do Estado de São Paulo, em contexto nacional, destaca-se na esfera econômica, sendo considerado o Estado mais desenvolvido, com o maior PIB, porém com alta desigualdade social. É também reconhecido como polo industrial e de oportunidade de melhor formação com a presença das consideradas melhores universidades do país. Assim, a educação profissional pautada em instrumentalizar o trabalhador a esses novos desafios produtivos é papel do Estado. Nesse cenário o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo contribui para o cumprimento desse papel, como afirma Pacheco (2011, p.8):

A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social.

Considerando esta visão de escola articulada com o trabalho e com a formação integrada do estudante temos a construção do conhecimento como algo dinâmico e significativo e não fragmentado e descontextualizado. Nesse sentido o IFSP em seu PPI, afirma que o fazer pedagógico deve trabalhar “na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática [...], tentando estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho” (IFSP, 2014, p.157).

O conhecimento para o mundo do trabalho vai além da técnica e da produção, envolvendo relações sociais, culturais e científicas. A Educação nesse viés estaria ligada a um movimento constante, em que o conhecimento produzido historicamente retorna à sociedade por meio do indivíduo que articula esse conhecimento com a realidade, transformando-o (BRASIL, 2010).

Diante disso a concepção de conhecimento está articulada ao conceito de processo educativo como dialógico integrando trabalho, ciência e cultura. No contexto da educação profissional o trabalho é o primeiro foco da educação enquanto prática social, que juntamente com a ciência e a cultura contribui para uma formação integrada do estudante. Nessa vertente o conhecimento ocorre em uma prática interativa com a realidade, que além de propiciar sua transmissão de geração em geração, o questiona, visando sua superação historicamente em um movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Podemos afirmar então que o conhecimento não é algo estático, pelo contrário, trata-se de um processo de construção e reconstrução contínuo voltado a formação plena do educando (IFSP, 2014).

1.5.5 Currículo

[...] unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide ao nível do plano normativo, ou oficial, e ao nível do plano real, ou do processo de ensino e aprendizagem. Mais ainda, o currículo é uma prática pedagógica que resulta da interação e confluência de várias estruturas (políticas, administrativas, econômicas, culturais, sociais, escolares...) na base das quais existem interesses concretos e responsabilidades compartilhadas. (PACHECO, 2001, p. 20)

O indivíduo é reconhecido como principal ator de sua própria aprendizagem, pois entende-se que os saberes e conhecimentos não se esgotam em si mesmos, mas adquirem significado mediante sua utilização em situações-problemas apresentadas no cotidiano de sua vida, tornando imprescindível o planejamento e a construção desses saberes a partir da realidade dos alunos. Essa concepção do processo ensino e aprendizagem irá refletir-se numa proposta curricular que promova a formação integral e crítica do indivíduo-cidadão, baseada em princípios éticos e de respeito às diversidades.

Diante da intenção de se construir um currículo consistente, baseado na interação entre conhecimentos específicos e o eixo de formação prática, promove-se o espaço necessário para que as convergências e semelhanças, diversidades e particularidades possam dialogar, resultando

no apontamento com maior precisão de qual é o papel, função e significado de cada componente curricular.

O foco central quando refletimos sobre currículo é buscar a orientação de uma ação educativa de forma ampla e integrada, o que vai muito além de listas de conteúdos, somatórias de cargas horárias e matrizes curriculares, envolvendo acima de tudo e preponderantemente uma perspectiva social e política, na qual o valor maior está no que se vai ensinar e quais as finalidades deste ensino para quem o vai receber.

Nesse sentido, a indagação “o que selecionar como elemento constituinte de um currículo?” deve ser necessariamente antecedida por “o que os educandos devem se tornar?”.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como, programas de pós-graduação lato e stricto sensu, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização são dois aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dos institutos. A transversalidade, entendida como forma de organizar o trabalho didático, no caso da educação tecnológica, diz respeito principalmente ao diálogo entre educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se aos aspectos socioeconômicos e culturais.

Esta orientação é intrínseca às arquiteturas curriculares que consideram a organização da educação profissional e tecnológica por eixo tecnológico. Isto porque a ênfase é dada às bases tecnológicas e conhecimentos científicos associados a determinados processos, materiais, meios de trabalho etc.

A verticalização, por sua vez, extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações.

Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica.

A transversalidade auxilia a verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, enfim, da ação pedagógica.

Considera-se que os Institutos Federais, na construção de sua proposta pedagógica, façam-no com a propriedade que a sociedade está a exigir e se transformem em instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e culturais, permeando-se das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, o que estará a traduzir um compromisso pautado na ética da responsabilidade e do cuidado.

Vale destacar que, a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica supera o conceito de escola dual e fragmentada, estabelecendo o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho. Assim, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica.

O fazer pedagógico nos Institutos Federais, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada.

Em consonância com esse entendimento, o currículo se torna um poderoso instrumento de mediação para atingir o conhecimento científico, o desenvolvimento do raciocínio lógico, construtivo e criativo, para que se estabeleça uma consciência crítica e reflexiva no indivíduo ao ponto de transformar atitudes e convicções, levando este a participar de forma efetiva e responsável da vida social, política, cultural e econômica de seu país.

Por consequência, alçar uma proposta de educação profissional pautada no compromisso com a formação humana integral e focada na apreensão conjunta dos conhecimentos científicos, tecnológicos, histórico-sociais e culturais exige o estabelecimento de princípios e de pressupostos teóricos que serão norteadores desse processo profícuo de construção coletiva.

1.5.6 Prática pedagógica

Desempenhando papel fundamental na concretização da proposta de verticalização do ensino, o desafio cotidiano para a prática pedagógica docente é o desenvolvimento de ensino de

qualidade junto à ampla gama de públicos que procuram por profissionalização e inserção do mercado de trabalho, mas sem perder de vista a formação integrada – para o mundo do trabalho.

Neste contexto as práticas pedagógicas, entendidas como conjunto de ações do professor no espaço de sala de aula (SACRISTÁN, 1999), constroem-se no IFSP a partir da tensão entre o rotineiro e mecânico e a premência da reflexão e inventividade perante as exigências educacionais heterogêneas e, por vezes, contraditórias, advindas de um projeto ainda em constituição.

Partindo do princípio da autonomia e a gestão democrática que fazem parte da própria natureza do ato pedagógico, identifica-se a importância e a necessidade de se estabelecer relações democráticas que criem um ambiente institucional propício ao diálogo e a participação. Dessa forma, as práticas educativas devem levar em conta os diversos públicos presentes numa instituição em função das diferenças de gênero, de classe social, de etnia e de religiosidade.

Ao promover a socialização de cidadãos conscientes de suas singularidades e acima de tudo, cientes dos aspectos humanos comuns que os unem, o Instituto Federal de São Paulo deve prover uma Educação emancipadora, tanto aos discentes como aos servidores. Para tanto, a própria formação continuada, inerente aos docentes, requer a incorporação por estes de práticas pedagógicas que aprofundem a temática da formação cultural da sociedade brasileira. O docente necessita superar o senso comum ao interagir com diferentes grupos culturais, entrando de certa forma no mundo do “outro”, reconhecendo a diferença que permita construir a igualdade, na busca da sociedade democrática.

Uma formação integrada, além de possibilitar o acesso a conhecimentos, promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais, sobre as referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, e incorpora os valores ético-políticos.

Integrando, com isso, a ciência e a cultura, a formação profissional deve objetivar a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais mais elevadas, apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Assim, contribui-se para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e dessa forma atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade, ao mesmo tempo em que cuida da preservação.

Para a construção da autonomia intelectual do educando, o ensino pode e deve ser potencializado pela pesquisa, orientada ao estudo e à busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana dos sujeitos trabalhadores. Nesse sentido, a pesquisa como princípio pedagógico instiga a curiosidade do estudante em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude.

Essa atitude de inquietação diante da realidade, potencializada pela pesquisa, contribui para que o sujeito possa, individual e coletivamente, formular questões de investigação e buscar respostas na esfera mais formal, seja na forma aplicada, seja na denominada pesquisa de base acadêmica, como também em outros processos de trabalho, em um movimento autônomo de (re)construção de conhecimentos.

No processo de ensino, entendemos que deva-se priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na construção de seu conhecimento.

Uma das possibilidades metodológicas é trazer, para a sala de aula, os problemas do mundo atual e/ou situações-problema que simulem a realidade, a fim de que os alunos possam sugerir propostas de resolução ou de possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Capítulo 2 : Projeto Político Pedagógico Câmpus Cubatão

2.1 Caracterização da Unidade

O Câmpus Cubatão foi criado pela Portaria Ministerial nº 158, de 12/03/1987, iniciando suas atividades em 01/04/1987. Foi a primeira UNED do Brasil criada fora de uma capital federal. Localizado na cidade de Cubatão, uma das nove cidades que compõem a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) – Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Vicente, Santos e Cubatão –, onde se concentra um dos maiores Polos Industriais da América Latina.

Atende um grupo de estudantes de uma realidade multicultural e econômica das cidades da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), que foi criada pela Lei Complementar nº 815, em 30 de junho de 1996, tornando-se a primeira região metropolitana do Brasil sem status de capital estadual, intimamente ligada à área de indústria, turismo e comércio.

A região destaca-se no cenário da política econômico-brasileira, em função do polo industrial estratégico e próximo ao Porto de Santos, onde se transportam milhões de toneladas de produtos de diversas regiões do Brasil, movimentando a economia local, brasileira e internacional.

Em 2013, o Porto de Santos² superou a marca dos 114 milhões de toneladas movimentadas, antecipando em um ano a projeção base para 2014 que era de 112,6 milhões de toneladas (PORTO DE SANTOS, 2014). Além disso, projeta-se no cenário turístico através de seu terminal marítimo, onde o Câmpus Cubatão, nos últimos anos, tem contribuído com a inserção de seus alunos do Curso de Tecnologia de Gestão em Turismo.

O grupo de estudantes do Câmpus Cubatão é composto de alunos oriundos do ensino fundamental das escolas da região, de cidades do litoral sul e norte do estado de São Paulo, alguns poucos alunos da região do ABCD (destacando-se Santo André, São Bernardo e Diadema) e por uma maioria de trabalhadores do polo petroquímico, do comércio, do porto e da comunidade local que não tiveram acesso ao ensino profissional, e que retornam aos bancos escolares para atingir essa escolarização necessária à inserção ou à reinserção no mercado de trabalho.

² Disponível em: <http://www.portodesantos.com.br/>. Acesso em 25 de setembro de 2014.

O câmpus também tem recebido alunos de várias regiões do Brasil, que se inscreveram pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), destacando-se o Rio Grande do Sul, a Bahia, o Rio de Janeiro e Pernambuco, para os cursos superiores de tecnologia, embora em menor escala.

O IFSP – Câmpus Cubatão, tem alunos de diversas faixas etárias, recebendo alunos a partir de treze anos (no Ensino Médio Integrado ao Técnico – Informática) até estudantes da faixa etária acima dos sessenta anos nos cursos superiores de tecnologia.

A realidade do Câmpus Cubatão, com relação aos seus estudantes ingressantes das faixas salariais entre meio salário mínimo a três salários mínimos, mostra quanto o câmpus pode contribuir para o aumento do poder aquisitivo da população por meio da educação. A pesquisa, realizada por amostragem, considera os cadastros dos alunos ingressantes dos Cursos Técnico de Informática Integrado ao Médio e Técnico concomitante existentes na *Coordenadoria de Registros Escolares* (2013). Com relação aos cursos Superiores de Tecnologia, também foi realizada amostragem por meio de dados extraídos do Sistema de Seleção Unificada (SISU, 2013).

Percebe-se, de imediato, que houve uma melhoria na condição socioeconômica dos alunos ingressantes, de 2013 para 2015. Observa-se que em 2013, nas faixas salariais de 1,5 SM a 2,5 SM e de 2,5 SM a 3 SM, houve um aumento significativo, o que representa uma relevante elevação do poder aquisitivo dos educandos do IFSP – Câmpus Cubatão. Em 2015 a faixa salarial acima de 3 salários mínimos, houve uma grande elevação, comprovando que a elevação da condição per capita familiar foi significativa nos últimos três anos, conforme quadro I.

Quadro I: Número de alunos matriculados, classificados de acordo com a renda per capita familiar, no Câmpus Cubatão

Intervalo de classes	Frequência relativa (%)			
	2011	2012	2013	2014
Até 0,5 salário mínimo (SM)	25	16,09	---	---
De 0,5 SM a 1 SM	33,33	28,70	22	9,56
De 1 SM a 1,5 SM	16,67	23,04	24	10,87
De 1,5 SM a 2,5 SM	16,67	21,30	41	15,06

De 2,5 SM a 3 SM	0	1,74	8	12,97
Acima de 3 SM	8,33	9,13	5	47,69

Fonte: Plano de Gestão (2013)

2.1.1 Breve Histórico

O Câmpus Cubatão, antiga Escola Técnica Federal de São Paulo UNED Cubatão, fruto de luta popular de movimentos estudantis e trabalhadores da educação em conjunto com a política local, foi criada com a intenção de atender à comunidade de Cubatão, cidade com localização estratégica (cerca de 70 km de São Paulo e 15 km do Porto de Santos, maior Porto da América Latina), que possui um dos maiores parques industriais da América do Sul. A Unidade de Ensino Descentralizada de Cubatão da Escola Técnica Federal de São Paulo (UNED-Cubatão) foi inaugurada em abril de 1987. A autorização de funcionamento da UNED-Cubatão veio através da Portaria Ministerial nº 158, de 12 de março de 1987, sendo a escola instalada em prédio provisório, cedido pela Prefeitura Municipal de Cubatão. A UNED-Cubatão iniciou suas atividades oferecendo cursos do antigo segundo grau técnico nas habilitações de Eletrônica, Processamento de Dados e Informática Industrial.

O prédio próprio da UNED foi iniciado em 1997 e entregue à comunidade em janeiro de 2001. Possui 7.000 m² de área construída num terreno de 25.700 m² e toda a infraestrutura necessária para abrigar os cursos técnicos tradicionais e os novos cursos criados para atender a uma demanda específica da comunidade, como é o caso do curso de Turismo, e o Ensino Médio, dispondo de salas-ambiente, laboratórios e equipamentos suficientes e adequados, adquiridos com recursos do PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional, através de projeto específico elaborado para esse fim.

A Escola Técnica Federal de São Paulo passou à condição de Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-SP) a partir do Decreto Presidencial de 18 de janeiro de 1999. Em 2007, o Governo Federal lançou a Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007, com o objetivo de analisar e selecionar propostas de constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. Assim, em conformidade com a Lei nº 11.982, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET-SP se transformou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), sendo que a UNED Cubatão passou à condição de Câmpus Cubatão desse Instituto.

Atualmente, o Câmpus Cubatão oferece aos estudantes os seguintes cursos: Técnico em Automação Industrial, Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (Informática Básica) e os Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Turismo, Tecnologia em Automação Industrial e o mais recente dos cursos, é o de Tecnologia em Análises e Desenvolvimento de Sistemas, criado em agosto de 2013, tendo sua primeira turma semestral, iniciada em fevereiro de 2014, no período noturno, com 40 vagas disponibilizadas, todas elas preenchidas com alunos ingressantes pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) desenvolvido pelo Ministério da Educação criado em 2009, assim como os demais cursos superiores em Tecnologia.

Quadro II - Dados Legais – NOME, ENDEREÇO, ASPECTOS LEGAIS

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo- <i>Câmpus</i> Cubatão
Sigla: IFSP – Câmpus Cubatão
CNPJ: 39.006.291/0001-60
Natureza: Autarquia Federal
Vinculação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)
Endereço: Rua Maria Cristina, nº 50, Jardim Casqueiro – Cubatão - São Paulo
CEP: 11533-160
Telefone: (13) 4009-5100
Fac-símile: (13) 4009-5117
Dados SIAFI: UG 158332
Página Institucional na Internet: http://federalcubatao.com.br/
INEP: 35923242
Endereço eletrônico: cubatao@ifsp.edu.br
Gestão: 26439
Autorização de funcionamento: Portaria de criação do <i>Câmpus</i> : nº 158, de 12/03/1987

2.1.2 Estrutura Física

O espaço físico do câmpus conta com 19 salas de aula, 23 laboratórios, sendo seis multidisciplinares, biblioteca, cantina, auditório, salas de apoio ao ensino, ocupando um terreno de 25 mil m².

Houve, em 2013, uma correção na metragem do terreno onde está inserido o Câmpus Cubatão, pois havia divergência na relação das áreas, em face aos dados fornecidos no ano anterior. Isso se deve à compatibilização dos dados realizada através da digitalização dos projetos originais da edificação (versão física, papel) para a versão digital, plataforma de Desenho Assistido por Computador (CAD), proporcionando a verificação de inconsistências e a checagem dos levantamentos até então utilizados.

Em 2014, iniciou-se a reforma para melhorias da estrutura física tanto nos espaços ocupados pelos setores administrativos quanto nos pedagógicos.

A reforma fez-se necessária, pois a atual estrutura permanecia inalterada há aproximadamente treze anos, em total dissonância com o avanço do ensino técnico e tecnológico no país.

Fazem-se necessários a reconstrução da quadra coberta e seus respectivos vestuários, pois em março de 2012, devido a fortes chuvas e vendavais, houve destelhamento e posterior arrancamento da estrutura da cobertura da quadra, que ulteriormente acarretou a depreciação do piso. A reforma da quadra descoberta, incluindo a pintura do piso, das faixas demarcatórias, a substituição do alambrado e dos equipamentos esportivos (tabelas, postes e traves), para que haja plena utilização nas práticas esportivas dos diversos cursos.

A criação do Restaurante Estudantil, que tem por finalidade o preparo e distribuição de refeições ao corpo discente, docente e técnico administrativo do câmpus.

Nessa ampliação e reforma, está prevista a adequação do espaço físico do Grêmio Estudantil, estacionamento de veículo oficial, estacionamento de motocicleta, portaria e pátio de entrada, visando à cobertura, proporcionando maior conforto no embarque e desembarque dos passageiros.

Para que as melhorias acima relatadas fossem concretizadas, em 22/04/2014, após processo licitatório constante no processo 23307.000163/2013-76, com previsão de término em 30 meses, conforme informação da Coordenadoria de Administração, foram iniciadas as obras. Existem outros processos referentes à reforma que serão incluídos posteriormente nesse projeto.

Quadro III - Infraestrutura física do Câmpus Cubatão

1	Terreno	Área (m ²)
1.1	Área total	25.867,12
1.2	Projeção da área ocupada por edificações (coberta)	2.960,00
1.3	Área ocupada para projetos agropecuários	0.000
1.4	Área urbanizada	9.466
1.5	Área sem ocupação	16.401,12
1.6	Área não aproveitável	0.000
1.7	Área do terreno disponível para expansão	7.500
2	Tipo de área construída	Área (m ²)
2.1	Área construída coberta	4.824,90
2.2	Área construída descoberta	2.510,00
2.3	Área construída total	7.334,90
3	Tipo de utilização	Área (m ²)
3.1	Área de salas de aula teóricas	945
3.2	Área de laboratórios de Informática	230
3.3	Área de laboratórios específicos	791,70
3.4	Área de bibliotecas	143,10
3.5	Área de apoio pedagógico	301,50
3.6	Área de atividades esportivas	1.760
3.7	Área de oficinas para manutenção de equipamentos de ensino	63,70
3.8	Área de atendimento médico/odontológico	24
3.9	Área de alojamento para outros usuários	12
3.10	Área para serviços de apoio	0.000
3.11	Área para atividades administrativas	421,10
3.12	Outras áreas construídas	2.642,80
3.13	Total	7.334,90
4	Cercamento da divisa	metro linear

4.1	Muro de alvenaria	570
4.2	Alambrado (Mureta e tela ou gradil)	0.000
4.3	Cerca (Montantes e arame)	-

Fonte: Coordenadoria de Manutenção do Câmpus

2.1.3 Caracterização Sócio Econômica e Cultural da Região: Cubatão e Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)³

Cubatão, historicamente, sempre teve um papel de destaque no cenário da Baixada Santista, do Estado de São Paulo e do Brasil. Localizada no sopé da Serra do Mar, de onde jesuítas, comerciantes, tropeiros, autoridades do reino tomavam fôlego para atingir o Planalto, Cubatão tornou-se essencialmente um lugar de passagem ligando a região do planalto ao litoral santista em função das estradas criadas para escoamento de produtos para o Porto de Santos.

Primeiro pelo caminho das águas, partindo do Porto das Naus, em São Vicente, seguindo pelo Mar Pequeno, Canal dos Barreiros, Largo do Pompeba, Rio Casqueiro, Largo do Caneú, Rio Cubatão, Rio Mogi e Rio Perequê.

Para alcançar o Planalto, no começo, foi seguida a trilha dos índios Tupiniquins. Depois, através do Vale do Rio Perequê, o chamado “Caminho do Padre José”; e, finalmente, a “Calçada do Lorena”, foi *por mais de meio século o caminho para o transporte do comércio da produção açucareira entre o planalto e o Porto Geral de Cubatão, no Rio Cubatão. A Calçada de Lorena foi um marco de transformação econômico da região* (HISTORIANET, 2014).

O Porto Geral de Cubatão teve a sua origem na primeira metade do século XVIII. Ao seu lado, desenvolveu-se um povoado, por muito tempo conhecido por essa denominação.

Em 1833, esse povoado foi elevado à categoria de município e, em 1841, anexado ao Município de Santos, mantendo-se praticamente estagnado até a década de 1920, quando surgiram as obras da Usina da Light e da Companhia Santista de Papel. Após 1940, houve um novo crescimento com a construção da Via Anchieta, culminando com a implantação da Refinaria Presidente Bernardes, inaugurada em 1955, e da Companhia Siderúrgica Paulista, em 1959.

Com a Via Anchieta, o transporte rodoviário foi dinamizado entre São Paulo e a Baixada Santista, tornando Cubatão um grande centro de tráfego de veículos de passageiros e de carga.

³ Conteúdo extraído do PPC de ADS do Câmpus Cubatão, aprovado em agosto de 2013 e no Historinet – disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=606>. Acesso em 24 de setembro de 2014.

Em 1º de janeiro de 1949, a Cidade obteve a sua emancipação, permanecendo sob a administração de Santos até o dia 9 de abril do mesmo ano, quando assumiu seu primeiro prefeito.

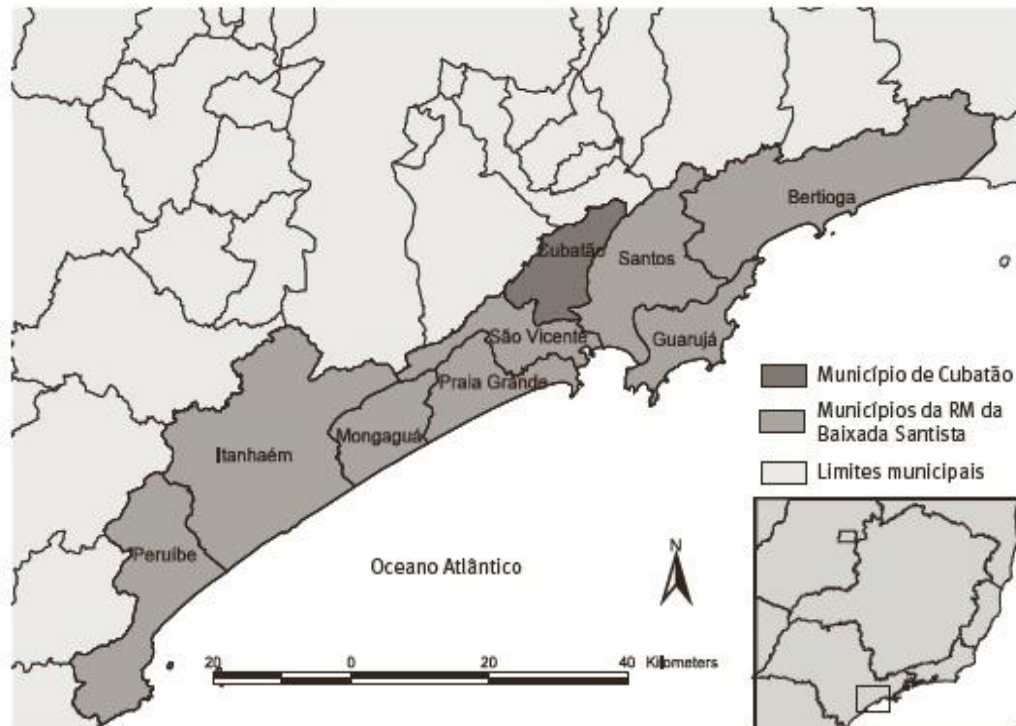
Com o passar dos anos, Cubatão foi se transformando, ganhando indústrias, fruto do desenvolvimento industrial paulistano e paulista, bem como dos investimentos federais. Porém, nenhum plano orientou a instalação do parque industrial cubatense. As fábricas foram se localizando ao sabor das vantagens imobiliárias ou pré-requisitos necessários às suas operações (perto ou longe de um núcleo urbano, a favor ou contra as correntes de vento, perto ou longe de cursos d'água, etc.) e, no decorrer dos anos, começaram a surgir sérios problemas ambientais, com a poluição do ar, água e solo do Município.

Dezoito das atuais indústrias que formam o Polo de Cubatão foram implantadas no período de 1955 a 1975. Duas dessas indústrias, Ultrafértil (atual Vale Fertilizantes) e Cosipa (atual Usiminas), possuem terminais portuários, onde recebem matérias-primas e embarcam seus produtos acabados.

Além da geração de empregos, a concentração industrial de Cubatão trouxe resultados importantes do ponto de vista financeiro e do fortalecimento da capacidade tributária municipal. A base de sustentação do Município é, portanto, a arrecadação do ICMS, ficando o IPTU, o ISS e outros tributos diretos em segundo plano, se comparado com o quadro dos demais municípios da Baixada Santista.

A Baixada Santista, denominada Região Metropolitana da Baixada Santista foi criada mediante Lei Complementar Estadual nº 815, em 30 de julho de 1996, tornando-se a primeira região metropolitana brasileira sem *status* de capital estadual. Estende-se sobre municípios pertencentes tanto à Mesorregião de Santos (sobrepota à Microrregião de Santos) quanto à Mesorregião do Litoral Sul Paulista (mais precisamente, à Microrregião de Itanhaém). Todos os municípios da Região Metropolitana integram o litoral de São Paulo, conforme descrito no Mapa 1, a seguir:










MAPA 1
Localização do município de Cubatão na Região Metropolitana da Baixada Santista



Fonte: IBGE. Malha digital dos municípios brasileiros, 2010.

A área de região é de 2.422.776 km² (corresponde a menos de 1% da superfície do estado). É a terceira maior região do estado em termos demográficos, com uma população de cerca de 1,6 milhão de moradores fixos, segundo dados de 2011. Nos períodos de férias, acolhe igual número de pessoas, que se instalam na quase totalidade em seus municípios. Segue Quadro IV, com os dados gerais da RMBS.

Quadro IV- Dados Gerais das Cidades da RMBS

Município	Área(km ²)	População	PIB em 2008(R\$)	Urbanização (%)	IDH
 Bertioga	491,701	2ª 50.304	8ª 665 977 000	98,37	9ª 0,792
 Cubatão	142,281	9ª 120.293	5ª 5 786 553 000	2ª 100,00	2ª 0,772
 Guarujá	142,589	8ª 294.669	3ª 3 429 098 000	3ª 99,98	3ª 0,788
 Itanhaém	599,017	1ª 89.332	6ª 824 091 000	99,06	7ª 0,779
 Mongaguá	143,171	7ª 47.100	9ª 447 405 000	99,56	6ª 0,783
 Peruíbe	326,214	3ª 61.030	7ª 614 539 000	98,88	8ª 0,783
 Praia Grande	149,079	5ª 272.390	4ª 2 780 735 000	5ª 100,00	1ª 0,796
 Santos	280,300	4ª 419.614	1ª 22 546 134 000	1ª 99,93	4ª 0,871
 São Vicente	148,424	6ª 336.809	2ª 2 898 356 000	4ª 99,81	5ª 0,798
Total	2422.776	1.691.541	39 992 891 000	99,79	0,817

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_da_Baixada_Santista
Acesso em 27 de setembro de 2014.

2.1.4 O Arranjo Produtivo Local

O Relatório 2008 do Polo Industrial de Cubatão, produzido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), aponta um total de 31.771 postos de trabalho diretos e 69.105 postos de trabalho indiretos oferecidos pelas 56 empresas da região afiliadas à entidade, em que pesem os reflexos da crise financeira mundial que atingiu o seu ápice naquela ocasião.

Importantes projetos geradores de emprego se encontram em curso, destacando-se o novo Laminador de Tiras a Quente da Usiminas (investimento de 1 bilhão de reais) e a expansão da Refinaria Presidente Bernardes (Petrobras), com investimento de 2 bilhões de dólares. Ponto digno de nota é a recuperação ambiental do município. O estudo “Resultados dos 25 Anos de Recuperação Ambiental de Cubatão” demonstrou que, no período 1983-2008, as emissões atmosféricas no Polo Industrial foram reduzidas em até 99%, enquanto a produção das empresas aumentou 39% nos últimos 10 anos desse período. A figura 1, a seguir, mostra a distribuição dos postos de trabalho entre os principais segmentos da produção industrial do Polo.

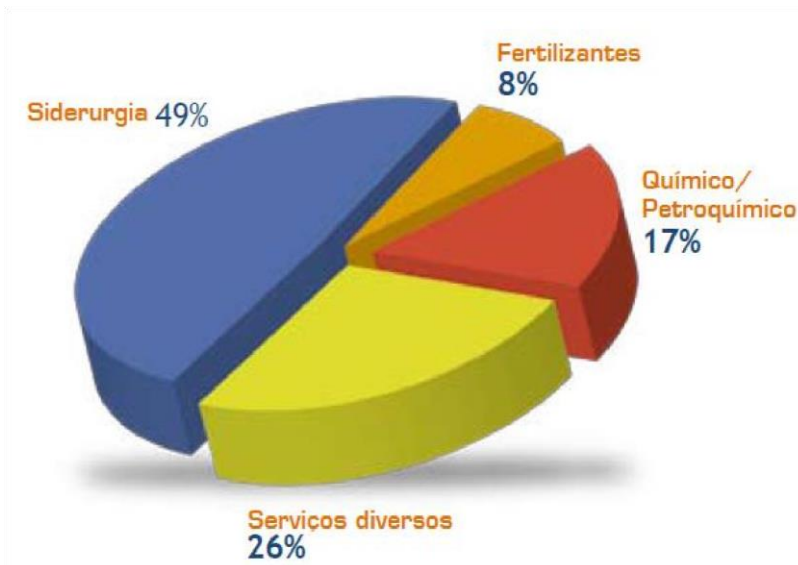


Figura 1. Distribuição dos postos de trabalho no Polo Industrial de Cubatão

Fonte: Relatório Anual 2008 – Polo Industrial de Cubatão – FIESP

A região ainda conta com o Porto de Santos, em contínua expansão pela iniciativa privada, formado por empresas que necessitam constantemente de ferramentas e soluções para sistemas de informação, necessitando de mão de obra qualificada em grande número.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Polo Pré-sal da Bacia de Santos (Plansal), da Petrobras, prevê investimento de US\$ 73 bilhões até 2015, dos quais 74% serão

aplicados diretamente pela estatal. Com as obras de ampliação do porto de Santos, as atividades da empresa têm contribuído para expansão econômica da região, mais especificamente do município de Santos.

O Câmpus Cubatão inserido nessa realidade, dista vinte e um quilômetros da cidade de Santos onde está localizado o Parque Tecnológico, que tem uma área de 220 mil m², entre os bairros do Valongo e Vila Mathias. O Parque Tecnológico de Santos abrigará empresas voltadas para os setores de petróleo, gás natural, porto, tecnologia da informação, meio ambiente e logística. Em julho de 2012, foi celebrado convênio entre o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Santos, para a transferência de recursos financeiros voltados às obras civis de construção do prédio do Núcleo do Parque Tecnológico de Santos. O convênio celebrado tem o valor total de R\$ 14 milhões, sendo que R\$ 10 milhões são de responsabilidade do Estado de São Paulo e R\$ 4 milhões de responsabilidade do Município. Em 2012, foram transferidos ao município de Santos o valor de R\$ 1.592.049,87, originários do Tesouro do Estado. O valor restante (R\$ 8.407.950,13) será repassado este ano.

O espaço terá suas atividades focadas na pesquisa e desenvolvimento dos setores de petróleo, gás natural, energias renováveis, porto, retro porto, logística, desenvolvimento urbano e tecnologia da informação. Entre as empresas que manifestaram interesse em fazer parte do empreendimento, estão a Petrobras, a Usiminas e empresas especializadas em Tecnologia da Informação.

2.1.5 Contexto local

Na Região Metropolitana da Baixada Santista, existe apenas uma Universidade Pública Federal e que não oferece nenhum dos cursos ligados à área de tecnologia e educação profissional. Nesse processo, o Câmpus Cubatão é inovador e precursor, pois atende a comunidade deste local desde 1987 e, ao longo do tempo, tem vindo ao encontro da demanda econômica da cidade e da região com seus cursos de tecnologia, educação profissional e curso técnico de informática integrado ao ensino médio, possibilitando a inclusão de trabalhadores em cursos de relevância nacional e reconhecido saber acadêmico e profissional, contribuindo para economia local e nacional.

A região também possui uma faculdade de Tecnologia Estadual (FATEC), que também oferta cursos superiores públicos e gratuitos com polos em diversas cidades da região entre elas Santos e Praia grande.

2.2 Recursos Humanos

2.2.1 Corpo Docente

Quadros V - Corpo docente no Câmpus Cubatão de 2012 a 2015

Titulação	Docente Efetivo				Docente Substituto				Total			
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Graduado	02	03	01	01	16	10	05	02	18	13	06	03
Especialização	20	18	17	18	01	05	09	07	21	23	26	03
Mestrado	29	33	37	38	01	05	05	03	30	38	42	41
Doutorado	08	09	17	16	-----	03	----	-----	08	12	17	16
Total	59	63	72	73	18	23	19	12	77	86	91	85

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas (2014) e Diretoria de Administração 2015.

Em 2015, houve aumento no número de professores efetivos, passando de 63 docentes em 2012, para 85 em 2015, conforme dados da Coordenação de Gestão (CGP) e Diretoria de Administração.

Constata-se um grande número de docentes especialistas, havendo, portanto, a necessidade de se investir na formação contínua da carreira docente no mestrado e doutorado e assim contribuir ainda mais, para melhorar a qualidade de ensino.

Nota-se que houve um sensível aumento no índice de titulação do ano de 2012 para 2015, passando de 29 mestres para 41 mestres e de 08 doutores para 16 doutores.

O número de professores substitutos no Câmpus Cubatão, em 2012, representava um universo de 23 docentes, e com o concurso público de provas e títulos em 2014 esse número foi reduzido a 12 professores em de 2015.

Quadro VI - Relação Geral dos Servidores Professores do Câmpus Cubatão - 2015

	Tipo	Docente	Titulação	Área
1	Efetivo	Alberto Luiz Ferreira	Mestrado	Informática
2	Efetivo	Alexandre Araujo Bezerra	Doutorado	Indústria
3	Substituto	Amarildo Carlos da Silva	Especialização	Ensino
4	Efetivo	Amauri Dias de Carvalho	Mestrado	Indústria
5	Efetivo	Ana Elisa Sobral Caetano da Silva Ferreira	Especialização	Ensino
6	Efetivo	Ana Paula Fonseca dos Santos Nedochetko	Doutorado	Ensino
7	Substituto	Anderson Rodrigues	Especialização	Ensino
8	Efetivo	Arnaldo de Carvalho Junior	Especialização	Indústria
9	Efetivo	Artarxerxes Tiago Tácito Modesto	Doutorado	Ensino
10	Efetivo	Ary Fonseca Marcondes do Amaral	Mestrado	Ensino
11	Efetivo	Ataliba Capasso Moraes	Mestrado	Indústria

12	Efetivo	Carlos Augusto Porto Pereira	Especialização	Indústria
13	Efetivo	Carlos Barreira da Silva Farinhas	Graduação	Indústria
14	Substituto	Carlos Bartolotto Filho	Graduação	Indústria
15	Efetivo	Carlos Eduardo Mendes Gouveia	Mestrado	Ensino
16	Efetivo	Carlos Henrique Barroqueiro	Doutorado	Indústria
17	Efetivo	Carlos Jair Coletto	Especialização	Informática
18	Efetivo	Catherine Cavalcanti Margoni	Mestrado	Turismo
19	Efetivo	Charles Artur Santos de Oliveira	Doutorado	Indústria
20	Efetivo	Cynthia Rolim de Albuquerque Meneguel	Mestrado	Turismo
21	Efetivo	Claudia Cristina Soares de Carvalho	Doutorado	Ensino
22	Substituto	Daniel Henrique Kleiser dos Santos	Graduação	Ensino
23	Efetivo	Edmilson Roberto Braga	Mestrado	Indústria

24	Efetivo	Eduardo Henrique Gomes	Mestrado	Informática
25	Efetivo	Elaine Cristina de Araujo	Especialização	Ensino
26	Efetivo	Elayne Hiromi Kanashiro Tavares	Especialização	Ensino
27	Efetivo	Elcio Rodrigues Aranha	Mestrado	Indústria
28	Efetivo	Elias Lourenco Goncalves	Mestrado	Indústria
29	Efetivo	Elifas Levi da Silva	Doutorado	Ensino
30	Efetivo	Enzo Bertazini	Mestrado	Indústria
31	Substituto	Fabio Serrão Franco	Mestrado	Turismo
32	Efetivo	Ferdinando Callé	Especialização	Indústria
33	Efetivo	Fernando da Silva Pardo	Especialização	Ensino
34	Efetivo	Fernando Ribeiro dos Santos	Mestrado	Informática
35	Efetivo	Filipe Bento Magalhães	Mestrado	Indústria

36	Efetivo	Helenice Nazaré da Cunha Silva	Doutorado	Ensino
37	Substituto	Helio Cordeiro de Andrade	Especialização	Informática
38	Efetivo	Humberto Hickel de Carvalho	Mestrado	Indústria
39	Efetivo	Ivaldo Marques Batista	Especialização	Informática
40	Efetivo	Jairo Barbosa Junior	Mestrado	Indústria
41	Efetivo	José Rodrigues Mão Júnior	Doutorado	Ensino
42	Efetivo	Julio Cesar Zandonadi	Doutorado	Ensino
43	Substituto	Karina Arruda Cruz	Mestrado	Ensino
44	Efetivo	Katya Laís Ferreira Patella Couto	Doutorado	Ensino
45	Efetivo	Leticia Vieira Oliveira Giordano	Mestrado	Ensino
46	Efetivo	Luciano André Carvalho Reis	Doutorado	Ensino
47	Efetivo	Marcelo Augusto Miyahiro	Mestrado	Ensino

48	Efetivo	Marcelo Macchi da Silva	Mestrado	Indústria
49	Efetivo	Marcelo Pereira Bergamaschi	Doutorado	Informática
50	Efetivo	Marcelo Saraiva Coelho	Especialização	Indústria
51	Efetivo	Marciel Silva Santos	Mestrado	Ensino
52	Efetivo	Marco Aurélio Pires Marques	Mestrado	Informática
53	Efetivo	Marcos Marinovic Doro	Doutorado	Indústria
54	Efetivo	Marcos Salazar Francisco	Especialização	Indústria
55	Exercício Provisório	Maria Jeanna Sousa dos Santos Oliveira ⁴	Mestrado	Ensino
56	Efetivo	Maria Regina Laginha Barreiros Rolim	Doutorado	Informática
57	Efetivo	Matilde Perez Quinteiros	Especialização	Informática
58	Efetivo	Mauricio Neves Asenjo	Especialização	Informática

⁴ Professora em exercício provisório oriunda do ex- território do Amapá.

59	Efetivo	Mauro Sergio Braga	Mestrado	Indústria
60	Substituto	Michelle Alves da Silva	Mestrado	Ensino
61	Efetivo	Nelson da Silva Paz	Especialização	Informática
62	Efetivo	Nelson Nascimento Junior	Mestrado	Informática
63	Efetivo	Neuza Maria Gonzalez	Mestrado	Ensino
64	Efetivo	Paulo Bueno Guerra	Mestrado	Ensino
65	Substituto	Paulo Cezar Freire de Menezes	Especialização	Ensino
66	Efetivo	Rafael Stoppa Rocha	Mestrado	Ensino
67	Substituto	Renato Marchesini	Especialização	Turismo
68	Efetivo	Ricardo Rodrigues Alves de Lima	Mestrado	Ensino
69	Efetivo	Rita de Cássia Demarchi	Mestrado	Ensino
70	Efetivo	Robson Nunes da Silva	Especialização	Informática

71	Efetivo	Rosa Maria Micchi	Mestrado	Ensino
72	Efetivo	Rosana Núbia Sorbille	Mestrado	Ensino
73	Substituto	Roseli Fernandes Rocha Cardoso	Especialização	Informática
74	Efetivo	Sergio Arnaud Sampaio	Mestrado	Ensino
75	Efetivo	Sergio Figueiredo Pereira	Especialização	Informática
76	Efetivo	Sueli Maria Preda dos Santos Torres	Mestrado	Ensino
77	Efetivo	Thiago Rodrigues Schulze	Doutorado	Turismo
78	Efetivo	Ulisses Galvao Romao	Especialização	Indústria
79	Substituto	Vinicius Eduardo Ferreira dos Santos Silva	Especialização	Informática
80	Efetivo	Walter Augusto Varella ⁵	Mestrado	Indústria
81	Efetivo	Walter Borysow	Mestrado	Indústria

⁵ O Professor encontra-se afastado do campus Cubatão em cargo de Direção no Câmpus Registro.

82	Efetivo	Wanda Silva Rodrigues	Mestrado	Ensino
83	Efetivo	Wander Moterani Swerts	Mestrado	Ensino
84	Efetivo	Wellington Santos Ramos	Mestrado	Ensino
85	Efetivo	Wellington Tuler Moraes	Especialização	Informática

2.2.2 Corpo Técnico - administrativo

Quadros VII – Técnico - administrativo Câmpus Cubatão 2014

Formação	Quantidade
Ensino fundamental	01
Técnico de nível médio	04
Ensino médio Completo	12
Graduação	19
Especialização	29
Mestrado	05
Doutorado	00
Total	70

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas e Diretoria de Administração (2014)

Quadro VIII – Relação Geral dos Servidores Técnicos-Administrativos do Câmpus Cubatão – 2015

Servidor	Cargo	Formação
1- Alberto de Oliveira Lange	Técnico de laboratório - área informática	Técnico nível médio

2- Alcir de Oliveira	Vigilante	Graduação
3 - Alexsander Sant Ana	Técnico de laboratório - área informática	Especialização
4- Ana Claudia Oliveira de Almeida Nascimento	Auxiliar em administração	Especialização
5- Ana Elisa de Carvalho Montelo	Assistente em administração	Ensino médio
6- Anderson de Andrade	Administrador	Especialização
7- Antonio Arlindo de Matos Filho	Assistente em administração	Graduação
8- Barbara Andrade Lessa do Vale	Assistente em administração	Graduação
9- de Souza Nascimento	Técnico de laboratório - área eletrônica	Graduação
10- Carlos Henrique Santos Coelho	Técnico de laboratório - área eletrônica	Técnico nível médio
11- Cleber Pinheiro da Costa Neves	Tecnólogo automação industrial	Graduação
12 - Clovis Ferreira da silva	Auxiliar de eletricista	Ensino médio
13 - Creusa Dias Ramos	Servente de limpeza	Ensino médio
14 - Cristiane Ladeira	Assistente em administração	Especialização
15 - Danilo Arantes Teófilo	Técnico de tecnologia da informação	Técnico nível médio
16 - Dilma Sergio Rodrigues de Lima	Contadora	Especialização
17 - Edenilson das Neves	Assistente de alunos	Graduação

18 - Edison Jose de Aguiar	Médico	Especialização
19 - Edison Martins Ribeiro	Técnico em eletroeletrônica	Especialização
20 - Eliana Maria Cerqueira de Oliveira	Auxiliar em administração	Especialização
21 - Eliane Rocha Santos Moreira	Técnico de tecnologia da informação	Graduação
22 - Elias Jose de Souza	Motorista	Ensino fundamental
23 - Etiene Siqueira Rocha	Bibliotecário-documentalista	Mestrado
24 - Fernando Antonio Magalhaes Moreira	Técnico de artes gráficas	Ensino médio
25 - Flavia Gomes dos Santos	Assistente em administração	Especialização
26 - Francisca Adeíza Nascimento Monteiro Oliveira	Assistente em administração	Especialização
27 - Gisela de Barros Alves Mendonça	Pedagogo	Especialização
28 - Gisele Assunção de Andrade	Assistente em administração	Graduação
29- Ivan da Conceição Souza ⁶	Porteiro	Ensino médio
30- Ivone Pedroso de Souza Cabral	Auxiliar administrativo	Ensino médio
31- Janete da Silva Santos ⁷	Pedagogo	Especialização

⁶ Servidor Técnico administrativo cedido para a Reitoria do IFSP em cargo de assessoria de Pró-reitora.

⁷ Servidora da Reitoria em Lotação Provisória no campus Cubatão até dezembro de 2015.

32- João Paulo Dal Poz Pereira	Técnico de laboratório - área informática	Especialização
33 - Jorge Luiz Dias Agia	Auxiliar administrativo	Técnico nível médio
34 - Leidiane Teles Santos	Assistente em administração	Especialização
35 - Livia Reis Dantas de Souza	Técnico em assuntos educacionais	Especialização
36 - Lucia Helena Dal Poz Pereira	Auxiliar de enfermagem	Técnico nível médio
37 - Marcelo Silva Bruno	Vigilante	Especialização
38 - Marcilene Maria Enes Appugliese	Bibliotecário-documentalista	Especialização
39 - Maria Aparecida Nunes dos Santos	Servente de limpeza	Graduação
40 - Maria das Neves Farias Dantas Bergamaschi	Técnico em assuntos educacionais	Especialização
41- Maria Del Pilar Dominguez Estevez	Médico-área	Especialização
42- Maria Senhorinha Oliveira Silva	Auxiliar de laboratório	Graduação
43 - Maria Teresa Nobili Menzio	Psicólogo-área	Mestrado
44 - Mariangela Vieira Canuto	Secretário executivo	Especialização
45 - Michelli Analy de Lima Rosa	Pedagogo-área	Especialização
46 - Miriam Regina Chinen Maisatto	Assistente de alunos	Graduação
47 - Nadir Barbosa da Silva dos Santos	Auxiliar de laboratório	Graduação

48 - Naim Abdouni	Administrador	Graduação
49 - Nanci Fernande de Souza	Servente de limpeza	Ensino médio
50 - Nátaly Caroline Mercez Cassiano	Assistente em administração	Especialização
51 - Pamela Vanessa Silva dos Santos Custodio	Assistente de alunos	Graduação
52 - Robson Escotiel Silva Rocha	Técnico de laboratório - área informática	Especialização
53 - Rosangela do Carmo dos Santos	Técnico em assuntos educacionais	Especialização
54 - Rosemary Pereira	Assistente social	Mestrado
55 - Rosemeire Teixeira Felix de Almeida	Auxiliar administrativo	Especialização
56 - Rosileine Mendonça de Lima	Técnico em contabilidade	Graduação
57 - Rubens Jacintho	Vigilante	Ensino médio
58 - Rui Araújo da Silva	Assistente em administração	Especialização
59 - Sergio Roberto Holloway Escobar	Assistente de alunos	Graduação
60- Simone Aparecida de Lima Silva	Auxiliar em administração	Graduação
61- Simone Cardoso	Auxiliar em administração	Especialização
62 - Simone Stefani da Silva	Pedagogo	Especialização
63 - Thalita Di Bella Costa Monteiro	Revisor de textos	Mestrado

64 - Tuany Martins Bonfim Pacheco	Auxiliar em administração	Ensino médio
65 - Vera Araujo Rabelo Barbosa	Assistente em administração	Ensino médio
66 - Victor Rodolfo Lomnitzer	Técnico em audiovisual	Graduação
67 - Vilma de Jesus da Conceição	Tradutor intérprete de libras	Especialização
68 - Waldisia Rodrigues de Lima	Pedagogo	Mestrado
69 - Walter Alexandre da Silva	Carpinteiro	Ensino médio
70 - Wellington de Lima Silva	Técnico de laboratório - área edificações	Graduação

Fonte: Diretoria de Administração enviado em abril de 2015

Há a necessidade de melhoria na formação dos servidores técnico-administrativos em nível de mestrado e doutorado e elevar a formação dos 16 servidores que ainda não tem a educação superior. Confirmando a necessidade de se elevar a formação a todos os servidores técnico-administrativos, considerando a formação atual (2015).

Em abril de 2014, o Câmpus Cubatão passou a contar com um novo organograma que alterou a estrutura das áreas de ensino e de administração, com mudanças na nomenclatura de cargos e funções⁸.

Na área de ensino, a antiga Gerência Acadêmica de Formação Geral e Serviços (GAS) e Gerência Acadêmica da Área Tecnológica (GAT) foram unificadas e passaram a se chamar Diretoria Adjunta Acadêmica de Cursos (DAC). A junção destas duas gerências permitiu a liberação de um CD4, com o qual foi criada a Diretoria Adjunta de Pesquisa, Inovação e Extensão (DPE), responsável pelo desenvolvimento nas áreas de extensão, de pesquisa e inovação. A Coordenadoria de Extensão ficou subordinada a esta Diretoria, assim como o Comitê de Iniciação Científica que agora passou a ter uma coordenação própria.

A Diretoria Adjunta Acadêmica de Cursos (DAC) e a Diretoria Adjunta de Pesquisa, Inovação e Extensão (DPE) estão subordinadas à nova Diretoria de Ensino (DEN). Viabilizada através da obtenção de um CD3, liberado pela Reitoria do Instituto. Essa Diretoria tem a finalidade descentralizar os processos de ensino e extensão que até então estavam sob a responsabilidade do Diretor Geral do Câmpus, e que segundo essa nova ideia passa a ter mais tempo para buscar parcerias e convênios para o câmpus.

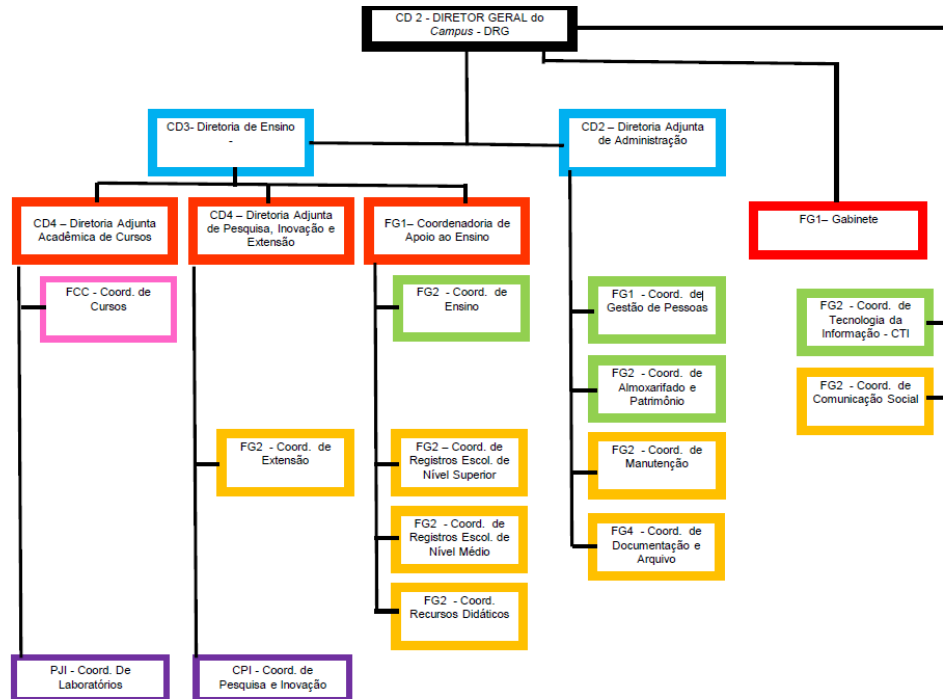
A área administrativa foi contemplada com uma diretoria atendendo a um pedido da Direção do Câmpus, e para tal foi liberado pela Reitoria um novo CD4, para atender a transformação da Coordenadoria de Administração em Diretoria Adjunta de Administração. Nessa nova reestruturação, o antigo FG1 dessa coordenadoria foi repassado para a Coordenadoria de Recursos Humanos, que passou a se chamar Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP), e que, segundo a nova concepção, amplia seu papel e sua posição no contexto mais modernizado dessa administração.

Segue organograma dessa nova organização conforme nomeação ocorrida no Diário Oficial da União⁹ em 17/04/2014, disponível no site oficial da União.

⁸ Disponível em: <http://www.federalcubatao.com.br/campus-cubatao-tem-novo-organograma.html>. Acesso em 25 de setembro de 2014.

⁹ Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=15/04/2014&jornal=2&pagina=26&totalArquivos=64>. Acesso em 25 de setembro de 2014.

Figura 2: ORGANOGRAMA DO CÂMPUS



Fonte: Diretoria do Câmpus Cubatão (2014)

Em 2015 houve a criação de novos Cargos de Direção (CDs) e Função Coordenador de Curso (FCC) e Funções Gratificadas, porém até o fechamento deste capítulo do PPP, ainda não havia sido elaborado o organograma com duas novas funções gratificadas em coordenadorias e um cargo de direção.

Capítulo 3 : Pressupostos Pedagógicos do Câmpus Cubatão

3.1 Ética, Cidadania e Inclusão Social

O Projeto Político Pedagógico do Câmpus Cubatão está ancorado na visão de ética de Freire (2000), na perspectiva de cidadania nos estudos de Carvalho (2014) e na inclusão social por Santos (2003).

Nesse primeiro momento, Freire (2013) trata da ética universal para o ser humano:

Falo, obviamente da ética universal do ser humano. Da ética que condena o cinismo do discurso (...) que condena a exploração da força de trabalho do ser humano, que condena acusar por ouvir dizer, afirmar que alguém falou (...) falsear a verdade, iludir o incauto, golpear o fraco e indefeso, soterrar o sonho e a utopia, prometer sabendo que não cumprirá a promessa, testemunhar mentirosamente, falar mal dos outros pelo gosto de falar mal (...). É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar (FREIRE, 2013, p. 17).

O livro *Pedagogia da Autonomia* de Paulo Freire é a base para o entendimento da visão **ética** pela qual optou-se por no Câmpus Cubatão. Compreende-se a ética como intrínseca ao ser humano a partir do momento em que este passa a perceber o mundo e a se perceber no mundo.

O testemunho, através do exemplo de quem faz parte do câmpus, em sala de aula e fora dela, é essencial para a motivação de atitudes que rumem para práticas cada vez mais éticas.

Assim como a ética, a cidadania também faz parte do Projeto Político Pedagógico e da Gestão Democrática na escola. Não há como separar o processo de participação e gestão e o papel da escola de educar e formar para a cidadania.

Gadotti (2004) justifica o quanto esse processo democrático é importante para a escola formar seus estudantes para a cidadania. E complementa “*cidadania e autonomia são categorias estratégicas de construção de uma sociedade melhor em torno das quais há frequentemente consenso*”.

Apoiados a esses ideais incluímos as contribuições de Carvalho (2014) que trata da cidadania como fenômeno complexo e historicamente definido pois:

“(..) o fenômeno cidadania é complexo e historicamente definido”. [...] o exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população” (CARVALHO, p.14, 2014).

Conforme Houaiss (p. 423, 2009) o termo cidadania, do latim *civitas*, que quer dizer cidade e pode ser entendido como condição de pessoa membro de um Estado, em gozo de direitos que lhe permite participar da vida política, complementando-se com o termo **cidadão**, que quer dizer um indivíduo que usufrui de direitos sociais, civis e políticos.

Sustentado por essas definições, o Câmpus Cubatão entende a educação que vise a formar para a autonomia fomentando nos educandos a curiosidade e a criticidade.

Nossos estudantes enquanto seres históricos podem intervir no mundo e transformá-lo. Dessa forma, os conhecimentos adquiridos hoje, superaram conhecimentos produzidos por gerações passadas, mas tais conhecimentos também serão superados por outros produzidos por gerações futuras. Esse processo de superação é constante e não há nenhum conhecimento que seja absoluto. Por isso é tão importante estar aberto a novos conhecimentos e buscar produzi-los, quanto conhecer o que a humanidade já produziu (FREIRE, p. 30, 2013).

Segundo as concepções de Freire a educação é um movimento dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer. O conhecimento crítico, necessário para a autonomia, se alcança com rigorosidade metódica. O pensar certo não é presente dos deuses ou fruto de uma mente privilegiada, o pensar certo é possível a todos e deve ser produzido na escola na comunhão dos educadores e educandos.

Freire complementa: "*Pensar certo significa procurar descobrir e entender o que se acha mais escondido nas coisas e nos fatos que nós observamos e analisamos*" (FREIRE, 1998, p. 43). Condição para ensinar certo se faz na unidade entre teoria e prática. "*E uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiado certos de nossas certezas*" (FREIRE, 2013, p. 29). A arrogância de achar-se o detentor de verdades imutáveis e inquestionáveis é pensar errado.

O conhecimento sempre começa pela pergunta, pela curiosidade (FREIRE e FAUNDEZ, 1998, p. 24). Quanto mais a reflexão crítica, mais o sujeito se percebe e percebe as suas razões de ser, mais consciente se torna e reforça a curiosidade epistemológica, e assim, haverá condições para que ele seja sujeito autônomo.

3.2 Inclusão social

(...) temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma

diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, p.56, 2003).

A política de inclusão social no Câmpus Cubatão está se ampliando ao longo de seus 27 anos de efetivo trabalho pedagógico. É notório no câmpus o ingresso de alunos com deficiência, o aumento de alunos oriundos de escolas públicas e o crescente atendimento às políticas públicas afirmativas do governo federal aos estudantes que se encontram em vulnerabilidade social.

Segundo SASSAKI:

“O paradigma da inclusão social consiste em tornarmos a sociedade toda um lugar viável para a convivência de pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades. Neste sentido, os adeptos e defensores da inclusão, chamados de inclusivistas, estão trabalhando para mudar a sociedade, a estrutura dos sistemas sociais comuns, as suas atitudes, os seus produtos e bens, as suas tecnologias etc., em todos os aspectos: educação, trabalho, saúde, lazer, mídia, cultura, esporte, transporte etc.” (2003, p.2)

No Câmpus Cubatão a política de inclusão social oportuniza aos estudantes igualdade de oportunidades e mudanças estruturais, desde o seu ingresso até a sua saída. Esse processo de inclusão mostra a necessidade de consolidação do acesso e a permanência de todos os estudantes com sucesso. Considerando que apenas o ingresso no câmpus não garante a inclusão social e nem tão pouco a qualidade e o sucesso, desse novo grupo de estudantes, que até bem pouco tempo encontravam-se excluídos da sociedade e dessa instituição de ensino.

Nos últimos anos o Câmpus Cubatão atendendo as políticas públicas inclusivas implantadas pelo governo federal com vistas a combater a exclusão social implementou políticas afirmativas tais como: o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Programa de Assistência Estudantil (PAE), a Inclusão de Pessoas com Deficiência e o Sistema de Cotas.

No IFSP – Câmpus Cubatão, um dos mecanismos de respeito aos direitos fundamentais para a cidadania e inclusão social está sendo manutenção e ampliação de cursos que contribuam com a comunidade, entre eles projetos sociais de alfabetização, inclusão digital como cursos de informática, chamando a comunidade para a participação, além da oferta de vagas na Educação de Jovens e Adultos, projetos de pesquisa e extensão, ensino e iniciação científica.

Nessa trajetória o Projeto Político Pedagógico do Câmpus Cubatão, valoriza as diferenças e garante os mecanismos de acesso em bolsas discentes para o desenvolvimento em seus projetos de pesquisa, ensino, extensão e iniciação científica, levando em conta o conhecimento como mola propulsora para a inclusão social e a participação acadêmica efetiva, visando a uma educação para autonomia. Nesse contexto, a ética, a cidadania e a inclusão social

são inseparáveis e sustentam a pluralidade e a complexidade das garantias de direito a todos os estudantes.

3.3 Criticidade

A criticidade, vista como competência por Lopes (2013), visa análise crítica da escola em todos seus aspectos, uma autorreflexão que promova a emancipação dos envolvidos na escola – professores, educandos, equipe gestora e demais servidores.

Esta reflexão crítica sobre as práticas deve ser trabalhada através de reavaliação global do câmpus e anualmente dos itens do projeto político pedagógico com todos os envolvidos (comunidade interna e externa ao), com discussão/diálogo/avaliação crítica de todos sobre tudo que envolve nossa realidade, como: finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação (VEIGA, 2001). Também considerando os aspectos: legislativo, cultural, político e social, profissional e humanístico, visando a compreensão crítica da realidade descrita e problematizada.

Segundo Freire (2013), *“Promover a criticidade implica em romper com todas as formas de domesticação”*. *“Ensinar, exige criticidade, a superação da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica”* (p.32-33).

Nossa Proposta Pedagógica tem o objetivo de formar um cidadão crítico e ativo na sociedade possibilitando uma compreensão crítica da realidade, enfrentamento dos dilemas e transformar a sociedade.

3.4 Criatividade e inovação

Uma das metas mais relevantes consiste em incentivar a criatividade e congregar avanços tecnológicos que colaborem com inovações principalmente para uma maior efetividade do processo educacional. *A inovação tecnológica não é um episódio único, é um **Processo** e abrange a aplicação do conhecimento e de competências diversas, complementares e tecnológicas, acumuladas pela instituição para criar novos produtos, processos e serviços.*

Dessa forma, é necessária a implantação de vários conjuntos de ações integradas e harmônicas entre si objetivando o desenvolvimento científico e tecnológico na instituição. A inovação está atrelada à produção de conhecimento científico e conforme a Lei 10.973/04 é relativa a 3 eixos, a saber: i) *Estímulo à construção de ambientes especializados e cooperativos*

de Inovação (art. 3º ao art. 5º); ii) Estímulo à participação das Instituto de Científica e Tecnológica (ICT's) no processo de Inovação (art. 6º ao art. 18º); iii) Estímulo à Inovação nas empresas (art. 19º ao art. 21).

Tais ações tem o poder de transformar o ambiente institucional para que esse seja propício e incentivador ao processo de criação. Buscar uma maior liberdade para se opinar, errar e aprender com os erros. Estimular a imaginação e a experimentação dos discentes visando ao aparecimento de inovações.

3.5 Gestão democrática

A gestão democrática tem como objetivo principal a socialização, que consequentemente gera a participação coletiva, a reciprocidade, a solidariedade e a autonomia (LOPES, 2013).

O Projeto Político Pedagógico é o plano de trabalho das instituições de ensino para atender todos os princípios da gestão democrática e deve contemplar as decisões sobre o físico, o pedagógico, o administrativo e o financeiro do câmpus.

Algumas ações que contribuem para a gestão democrática participativa mais efetiva foram definidas a seguir para serem cumpridas pelo câmpus:

- Criar reuniões públicas que propiciem discussão do orçamento participativo do câmpus;
- Criar comissão permanente de acompanhamento do PPP que deverá reavaliar e revisar o projeto anualmente e com a participação de toda a comunidade escolar dos processos decisórios;
- Promover reuniões mensais/bimestrais/semestrais com as diretorias e coordenadorias para discussões das ações do câmpus, com participação de todos os servidores de forma coletiva e transparente;
- Criar e fortalecer o papel do conselho de câmpus e os demais processos participativos existentes. Da mesma forma, indicar e mobilizar a criação de outros mecanismos participativos para a gestão pedagógica inclusiva e de sucesso para seus estudantes.

Nesse caminho, Paulo Freire (1998), orienta o olhar dos educadores à luz da democracia assim descrita: *“É que a democracia como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática. (FREIRE, 1998, p.61)”*

No dicionário da língua portuguesa Houaiss (2009), “democracia” foi definida como governo em que o povo exerce a soberania, como sistema comprometido com a igualdade ou a distribuição igualitária de poder. E democrático, como relativo à democracia, relativo ao povo.

Bobbio (1992), ao referir-se ao estado democrático e à soberania popular, defende que tal situação impõe a participação efetiva e operante do povo na coisa pública, uma vez que é considerada importante a participação da sociedade na superação das desigualdades e na consolidação de um regime democrático. Tais considerações fazem inferir o quanto a gestão democrática é importante para a efetivação do Projeto Político Pedagógico e dos Conselhos participativos como instâncias operantes da comunidade escolar. (LIMA, 2011, p.25)

Os pesquisadores na área de políticas públicas e de avaliação, entre eles Bordignon (2004) e Dourado (2004) destacam que a gestão democrática tem como um dos principais focos a participação, e que os conselhos que se estabelecem no interior das escolas legitimam os anseios da comunidade escolar, através de voto paritário entre os segmentos que compõem – professores, alunos e servidores técnico-administrativos. Seus referenciais são centrados no arcabouço legal, teórico e normativo (LIMA, 2011).

Ainda Oliveira e Santana (2010) reforçam o ideal da gestão democrática, quando, em seus estudos, consideram que as instâncias participativas contribuem para uma reflexão mais aprimorada e afinada com as legislações brasileiras representados, pela Constituição Federal de 1988, pela LDBEN 9394/1996, pelo Plano Nacional de Direitos Humanos (2009), e pelo recém aprovado Plano Nacional da Educação (PNE-2014- 2024).

A partir da Constituição Brasileira (CF, 1988), houve a escolha de regime normativo, político, plural e descentralizado em que se cruzam novos mecanismos de participação (CF, 1988). Tal regime é o arcabouço legal para a interlocução da sociedade junto ao Estado e, em consequência, na escola, uma vez que prevê a participação de seus segmentos, enquanto sujeitos políticos e capazes de tomar decisões.

Reforça-se esse pensamento por citação de Oliveira e Santana: A Constituição Brasileira faz uma escolha por um regime normativo e político, plural e descentralizado onde se cruzam novos mecanismos de participação social com um modelo institucional cooperativo que amplia o número de sujeitos políticos capazes de tomar decisões (2010, p.158).

A CF, em seu Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, traz os princípios que sustentam a participação da sociedade na escola, a gestão democrática e a garantia de qualidade.

[...] Seção I – Da Educação

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206- O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...) VI – **gestão democrática do ensino público, na forma da lei;**

VII – garantia de qualidade; (...) (BRASIL, 2010a, grifo nosso).

A CF de 1988 foi decisiva para alicerçar a construção de uma sociedade democrática, ao incentivar a colaboração da comunidade na perspectiva participativa da gestão da escola pública. Tal patamar foi alcançado graças à luta dos movimentos sociais daquela época, conforme cita Vieira e Farias (2007):

O retorno à democracia no Brasil, não se dá por simples outorga ou concessão dos militares. Como já observado, trata-se de conquista lenta, **forjada no território dos movimentos sociais**, iniciados desde o final da década de 70, com greves dos metalúrgicos do ABC paulista (1978) e outras políticas pelo direito a uma cidadania plena (VIEIRA; FARIAS, 2007, p. 144, grifo nosso).

A promulgação da CF fortaleceu as discussões e a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN), pois ofereceu a fundamentação e princípios norteadores da democracia e da garantia da qualidade na educação escolar, ao propor a avaliação como garantia do padrão de qualidade.

A LDBEN nº 9394/1996, como explicita o “TÍTULO II - Dos princípios e Fins da Educação Nacional” em seus artigos segundo e terceiro, a seguir transcritos, ressalta a participação da família, a gestão democrática e a garantia de qualidade.

(...) Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art.3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...) VIII- **gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;**

(...) IX- **garantia de padrão de qualidade;** (...) (BRASIL, 2010b, grifo nosso).

Brandão (2003) destaca que, em meio de grande efervescência político-social que se deu no início da elaboração da nova LDBEN, gestada de acordo com a nova identidade nacional

emanada da CF de 1988, levando aproximadamente oito anos de tramitação, conforme podemos perceber na citação apontada.

As discussões sobre a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para o Brasil duraram aproximadamente 8 anos. Não é a primeira vez na história da educação Brasileira que a elaboração da chamada “constituição do ensino” demora tanto tempo (BRANDÃO, 2003, p.13).

Brandão (2003) afirma que a LDBEN é a materialização na educação, da “Constituição Cidadã”, pois ela é parte de um movimento contrário a LDB 5692/71, fruto da ditadura militar e que não atendia aos pressupostos de uma educação articulada com o futuro do novo Brasil.

A LDBEN 9394/96 consolida aspirações de democracia na escola, quando estabelece, no artigo 14, a participação dos atores da escola em sua gestão:

(...) Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (...) (BRASIL, 2010b, grifo nosso).

Estabelece-se, a partir desse artigo, a base legal para o compromisso com a participação de todos da escola, gestores, professores, funcionários, pais, alunos e pessoas da comunidade e a indicação para a instalação dos Conselhos Escolares (LIMA, 2011).

Após esses aportes legais, outros normativos educacionais ratificaram este ideal, entre eles o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001 e 2014) e no Plano Nacional da Educação de Direitos Humanos em 2009, que reafirma a participação da comunidade escolar na colaboração à tomada de decisão na escola e o controle social pelos segmentos que compõem a comunidade, reforçando mais uma vez a representatividade dos atores sociais em Conselhos Participativos (LIMA, 2011).

A gênese da gestão democrática em nosso câmpus é anterior a LDBEN 9394/96 e ocorreu em 1994, quando após compromisso de campanha política para a Direção da Antiga Escola Técnica Federal São Paulo, houve o cumprimento dessa promessa e, pela primeira vez, houve eleições para Direção na Unidade Descentralizada de Cubatão, e desde então, esse processo democrático de eleições é parte integrante do cotidiano de nossa instituição de ensino.

Agora esse leque está sendo ampliado com a possibilidade de eleger os representantes para Conselho de Câmpus e os demais órgãos representativos na instituição de ensino.

Trazer a visibilidade dos princípios da democracia na escola com base na CF e na LDBEN (1996), que prevê a participação dos atores da escola em seus processos, converge para

o ideal da democracia social proposta por Bobbio (1992), que destaca a participação dos sujeitos que a compõem (LIMA, 2011).

Com isso, valoriza-se a **dimensão social** da escola, da gestão, da avaliação e dos recursos financeiros. Reforçando o pensamento de Canário (1996), quando afirma a importância da escola, enquanto objeto social e das *“múltiplas manifestações do fenômeno escolar, insisto uma finalidade de emancipação social dos grupos, a começar pelos actores, protagonistas da instituição escolar: os alunos, os professores, o ambiente”* (1996, p.117).

Ainda nos faz refletir e reforçar a importância dos processos democráticos no interior da escola na conquista de seu papel histórico sociocultural e de formação humana, incluímos o pensamento de Gadotti (2004), que considera que a gestão democrática é visível nas escolas brasileiras e com contribuições participativas nas decisões que dizem respeito à qualidade da educação e dos sujeitos da educação e da aprendizagem.

E ainda complementando, Gadotti (2004) reforça a questão das pedagogias participativas que incidem positivamente na aprendizagem, assim definido:

A participação popular e a gestão democrática fazem parte da tradição das chamadas “pedagogias participativas”. Elas incidem positivamente na aprendizagem. Pode-se dizer que a participação e a autonomia compõem a própria natureza do ato pedagógico. A participação é o pressuposto da aprendizagem. Mas, formar para a participação é, também, formar para a cidadania, isto é, formar o cidadão para participar com responsabilidade, do destino do seu país” (GADOTTI, p.1). Espera-se, que pela relação direta com a sociedade escolar representada pelo seu Projeto Político Pedagógico construído com a participação de seus segmentos representativos, a escola se torne extensivamente emancipadora, escutando, informando, mostrando limites, possibilidades e assim reúna subsídios para discutir questões sobre a qualidade da educação, avaliação dos alunos, dos processos pedagógicos, de seu currículo, das avaliações em seus diversos níveis de ensino, sobretudo, pelas características peculiares dos Institutos Federais registradas na Lei Federal 11.892/2008, que trata das várias faces dos Institutos e sua função social na formação de jovens, adultos no mundo do trabalho e para a constituição do ser humano integral.

Nesse momento de elaboração do nosso primeiro Projeto Político Pedagógico, vale ressaltar as Conferências Nacionais de Educação de 2010 e 2014, em que a gestão democrática teve um eixo específico de discussão aliados à gestão e ao controle social através da participação popular. Ressalta-se o momento atual da Conferência Nacional de Educação de 2014, que reedita e contempla a gestão democrática no eixo V, que trata da “Gestão Democrática, Participação e o controle social”, reforçando ainda mais que para a melhoria da

qualidade da educação é imprescindível à participação de todos os segmentos da escola, fato deixado claro na LDBEN nº 9394/96, quando trata dessa questão do artigo 14 ao 16, detalhado a seguir:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

I- as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superiores criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos federais de educação (LDBEN 9394/96).

Fazer pela primeira vez essa discussão coletiva sobre o Projeto Político Pedagógico é importante, pois nessas discussões se exerce o processo democrático em sua plenitude, que em muitos casos não é fácil, pela diversidade de opiniões, pelas características próprias de cada segmento representativo da escola. No entanto, é possível compor a história do nosso PPP e promover em seu interior o registro desse consenso e das possibilidades para elevar a qualidade da instituição que ao longo de seus vinte e sete anos está superando as dificuldades em prol de seus alunos.

No PPP do Câmpus Cubatão, fez a divulgação e chamou a comunidade à participação pelos canais de divulgação interna e externa entre eles, painéis e mídias digitais (Internet, Nuvem, BLOG, bilhetes, avisos, páginas de rosto dos computadores da biblioteca entre outros mecanismos de divulgação), além de reuniões semanais e audiências públicas, a fim de garantir uma maior participação em um chamado de convite e não como uma convocação.

Para finalizar esse eixo sobre a gestão democrática no Projeto Político Pedagógico, inserimos considerações de Ilma Passos, quando cita Freitas (2003, p.67), a seguir:

Projetos coletivos, além de amplos, são complexos por envolver um espectro de valores e uma diversidade de pessoas. O processo que se vive como coletivo é valorizado e colocado ao alcance do grupo. Novas relações de poder são construídas entre os professores, alunos e funcionários com a tarefa de “formar para a vida” (Freitas, p.67). Compartilhamos nossas emoções, nossos sentimentos, nossas potencialidades e nossas habilidades. E faz parte desse

compartilhar o ouvir a expressão do outro, numa atitude de atenção às diversas vozes, nas diversas instâncias com as quais nos envolvemos (PASSOS, 2007, p. 30).

Barroso (1996, p.127), em sua obra: *O Estudo da Escola*, perpassa o olhar sobre as ações desenvolvidas pelos seus atores e propõe uma perspectiva de investigação da escola, como um sistema complexo de comportamentos humanos organizados e defende o conceito de escola entendida como objeto sociológico que apreende o modo de articulação e estruturação dessas ações.

A Escola é um **fenômeno social** que se desempenha assim funções não tangíveis, mas efectivas para manter o *status quo* (transmissão, selecção, reprodução, legitimação). A origem do fenómeno educativo mediatiza as relações e as interações e as interacções produzidas no âmbito escolar, com consequente necessidade de considerar as percepções expectativas e interesses conflituais dos seus membros (professores, alunos, pais instituições) (BARROSO, 1996, p.119, grifo nosso).

Enquanto fenômeno social, a escola está imbricada por suas interações e participações em busca da melhoria da qualidade da educação. Segundo Gadotti (2004) não se consegue melhorar a qualidade da educação sem a participação e a criação de espaços coletivos para deliberação coletiva da comunidade (p.1). E complementamos, não há como separar cidadania, participação e gestão democrática, pois é pela participação que se firma a possibilidade de melhoria da escola, dos sistemas de ensino e consequentemente da qualidade da educação.

3.6 Interdisciplinaridade

Incentivar a interação entre áreas e a integração de conhecimentos visando a interdisciplinaridade. Apontada como caminho para a resolução das grandes questões deste século, exigindo a atuação e intercomunicação de profissionais de distintas formações e visões. “*A interdisciplinaridade responde à necessidade de formar profissionais que não sejam especialistas de uma só especialidade*” (JAPIASSU, 1976, p. 54).

Buscar um currículo mais interdisciplinar, baseado em um ensino com características como: a pesquisa, a resolução de problemas e a construção de projetos, proporcionando assim, a obtenção de conhecimentos globais e mais significativos por parte dos diversos profissionais.

Construir um currículo mais flexível que possibilite que o discente seja o sujeito da sua própria aprendizagem, ensiná-lo a fazer um planejamento mais efetivo, tornando-os mais responsáveis e administradores da sua própria formação. Além disso, garantir uma formação não só acadêmica, mas cidadã tornando-os mais criticamente conscientes e socialmente educados visando sua inserção social.

Romper a estrutura do modelo clássico departamental, rearranjando o atualmente rígido currículo do instituto, em grandes áreas do conhecimento como: “*Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas*” propondo assim uma visão de unidade ao ensino a partir das diversas disciplinas, ao mesmo tempo, em que cada uma delas está acompanhada das suas Tecnologias. A estrutura institucional sozinha não garante a integração do conhecimento, mas deve facilitar e induzir à interdisciplinaridade”.

3.7 Empreendedorismo

Incluir a visão de empreendedorismo PPP é recente no Câmpus Cubatão e poderá contribuir para uma visão empreendedora dos estudantes para criar, inovar, empreender e compreender as realidades apresentadas no mundo acadêmico, tecnológico científico e social. Pode-se incentivar aos estudantes a criar ações empreendedoras de forma a organizar e oferecer a sua formação acadêmica em seu currículo a ideia de empreendedorismo e inovação. Sua efetivação de modo transdisciplinar, interdisciplinar, traduzidas por disciplinas e/ ou projetos contribuem com essa nova visão.

Muitas universidades brasileiras nos últimos anos incluíram em seu currículo as disciplinas empreendedorismo e inovação, além de criar empresas incubadoras de tecnologias e serviços para efetivar no ambiente escolar essa nova visão.

Essa relação direta do empreendedorismo e o mundo acadêmico e as disciplinas dos cursos oferecidos no câmpus pressupõe uma nova visão de se organizar a pesquisa, o ensino, a iniciação científica e a extensão para que os estudantes possam operar mudanças.

Considerações do livro *Empreendedorismo* de HISRICH, PERTES E SHEPHERD (2014) trata da visão de adaptabilidade cognitiva que se destaca a seguir e agregando ao PPP do Câmpus Cubatão, o espírito empreendedor necessário as futuras gerações e consolida ainda mais no que trata a relação direta desse conceito a educação:

A adaptabilidade cognitiva descreve até que ponto os empreendedores são dinâmicos, flexíveis, autorreguladores e engalados no processo de geração de várias estruturas de decisão focadas na identificação e no processamento de mudanças em seus ambientes para depois se guiar por mudanças. As estruturas de decisão são organizadas com base no conhecimento sobre as pessoas e situações utilizadas para ajudar alguém a entender o que está acontecendo. A adaptabilidade cognitiva se reflete na consciência metacognitiva de um empreendedor, isto é, na capacidade de refletir, entender e controlar o pensamento e a aprendizagem. Em termos específicos, a metacognição descreve um processo cognitivo de nível mais elevado, que serve para organizar o que as pessoas sabem e reconhecem sobre si mesmas, sobre as

atividades, situações e seus ambientes com vistas a promover o funcionamento cognitivo afetivo e adaptável em resposta aos estímulos de ambientes complexos e dinâmicos (HISRICH, PERTES E SHEPHERD, 2014, p.13).

Nessa visão o currículo deve ter maior flexibilidade e a possibilidade de inserção de disciplinas que extrapolem a visão tradicionalistas da educação. Muitas universidades tem incluído em seus currículos as disciplinas empreendedorismo e inovação como meta para trabalhar com seus estudantes essa visão empreendedora e de inovação e criar novos produtos, novas tecnologias e serviços. Aliando a criatividade a ciência e a tecnologia.

A relação direta de empreendedorismo, criatividade e a inovação e devem permear os conceitos presentes nos currículos. Nesse contexto o câmpus também tem aderência a esse conceito. Os educadores e educandos devem ter a visão de promover mudanças que visem atender a sociedade em questões de sustentabilidade, novas tecnologias, ambientes cooperativos para a transformação da sociedade.

Agrega-se ao conceito de empreendedorismo os demais conceitos derivados dessa ideia e como fundamento essencial para sustentabilidade e qualidade vida destacado no texto **empreendedorismo sustentável:**

O desenvolvimento sustentável é uma das questões mais pertinentes da contemporaneidade, e o empreendedorismo pode ter um impacto positivo sobre o problema. Isso significa que as ações empreendedoras podem ao mesmo tempo sustentar e desenvolver. Mais especificamente o **empreendedorismo sustentável** está focado em preservar a natureza, o suporte de vida e a comunidade (sustentabilidade) em busca de oportunidades percebidas de criar novos produtos, processos e serviços no futuro para gerar ganho (ação empreendedora), sendo ganho definido, em termos gerais, de modo a incluir benefícios econômicos e não econômicos a indivíduos, à economia e à sociedade (desenvolvimento) (HISRICH, PERTES E SHEPHERD, 2014, p.20).

Segundo os autores do Livro Empreendedorismo tem muitos outros conceitos que fortalecem a ação empreendedora que destacaremos nas ações no Capítulo V do PPP. Para sustentar as ideias das ações no PPP nessa área, destaca-se cinco orientações empreendedoras:

Orientação estratégica - foco nos fatores inseridos na formulação da estratégia da empresa; **orientação empreendedora à oportunidade** – comprometimento em agir com relação a possíveis oportunidades; orientação empreendedora ao comprometimento de recursos – foco em como minimizar os recursos que seriam necessários na busca de uma oportunidade específica; **orientação empreendedora ao controle de recursos** – foco em como acessar os recursos alheios, que enfoca a oportunidade; e **orientação empreendedora à estrutura administrativa** – foco mais orgânico, com menos camadas de

burocracia entre a alta administração e o cliente e que geralmente dispõe de várias redes informais (HISRICH, PERTES E SHEPHERD, 2014, p.31-32).

Acredita-se que essa visão empreendedora gere inovação, extrapole a visão de que o estudante bem-sucedido é aquele que faz seu estágio, trabalho de conclusão de curso e garantia seu emprego em grandes empresas nacionais ou multinacionais. Levando ao estudante a alargar suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho. Pensar no empreendedorismo é ir além dessa visão do passado. O ideal dessa visão empreendedora é ter ousadia, criatividade, inovação e sustentabilidade.

3.8 Ensino

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2013, p. 22).

O conceito de ensino fortalecido nesse PPP vem ao encontro do ideal de criar possibilidades, oportunidades, favorecer as indagações, desenvolver novos conhecimentos, estabelecer novas relações, promover ações educativas que além das atividades acadêmicas possam levar os estudantes a serem pesquisadores, empreendedores, inovadores e criativos para transformação social da realidade, além dos conceitos e conhecimentos passados.

3.9 Processo de ensino e aprendizagem

Entendemos o processo de ensino e aprendizagem como um fenômeno social, colaborativo e construído a partir da problematização constante de situações que envolvam o conhecimento. Este, partindo de pressupostos sócio interacionistas, é concebido como a soma dos esforços cognitivos que resultam em um saber construído a partir da interação.

Nesse sentido, entendemos que o processo de ensino e aprendizagem se projeta em duas dimensões, complementares e auto constitutivas: a do desenvolvimento individual e a do desenvolvimento social. A dicotomia construção individual versus coletiva só é lembrada aqui por questões didáticas, uma vez que o plano individual se relaciona e se intersecciona com o social, e vice-versa. Assim, todos os processos cognitivos individuais que levam à aprendizagem estão intimamente ligados aos processos sociais e interacionais em que se

desenvolve. Dessa forma, concebemos o conhecimento como uma construção social, elaborado através da interação entre pessoas.

Assim, uma vez que o conhecimento é construído nas interações dos sujeitos com o meio e com outros indivíduos, as interações sociais são as principais promotoras da aprendizagem. Essa visão é fundamentada por Vygotsky (1978), para quem *“o indivíduo é um ser social e que constrói sua individualidade a partir das interações que se estabelecem entre os indivíduos, mediadas pela cultura”*.

Assim, todo o desenvolvimento e aprendizagem é um processo ativo, no qual existem ações propositais mediadas por várias ferramentas (VYGOTSKY, 1978). A mais importante dessas ferramentas é a linguagem, pois ela representa o sistema semiótico que é a base do intelecto humano.

Assim, a inteligência tem origem social e a aprendizagem acontece inicialmente de forma intersíquica, isto é, no coletivo, para depois haver a construção intrapsíquica. Dessa forma, para que ocorra a aprendizagem, há a necessidade de uma interação entre duas ou mais pessoas, cooperando em uma atividade interpessoal e possibilitando uma reelaboração intrapessoal.

Essa visão já descarta, de imediato, a simples transferência de saberes do professor para o aluno, por meio de uma metodologia de reprodução do conhecimento, que coloca o aluno como sujeito passivo no processo de ensino-aprendizagem.

É importante perceber que o fenômeno da aprendizagem é um processo amplo e complexo. Entende-se que *“o aprender é um processo natural que surge da curiosidade das pessoas, favorecidas por um ambiente positivo”* (TORRES; IRALA, 2014, p. 90).

E ainda afirmam que a aprendizagem ocorre quando *“o que se está aprendendo adquire significado, relevância e boa estrutura. A função principal da escola e do professor é criar esse ambiente adequado e propício para que o aluno possa aprender”* (TORRES; IRALA, 2014, p. 61).

Partindo desse princípio, é fundamental criarmos as condições necessárias para que a aprendizagem ocorra de forma ampla e atinja o educando de uma forma global e o mais natural possível. Concordamos com Oliveira e Chadwick (2008) quando afirmam que as pessoas são naturalmente dispostas a aprender. Assim, cabe à escola oferecer meios diversos para que tal fenômeno ocorra. Essa visão de ensino também favorece a valorização do conhecimento prévio de cada estudante, sua experiência e seu entendimento de mundo.

Compreendemos que o espaço escolar seja um elemento muito importante para o favorecimento da construção de saberes. A escola deve ser um espaço de criatividade, para

estímulo e alimentação da capacidade produtiva dos alunos, em termos de pensamento, sensibilidade e ação, para reinventar, criar, combinar e experimentar problemas e soluções. Assim, no exercício do direito à criação, através da expressão livre, é possível resgatar a emoção estética e a produção divergente e flexível; para reinventar circunstâncias e realidades; para reinventar o seu próprio mundo.

A oferta desse “lugar-de-ação” em que o aluno possa, sob a orientação do professor, transcender o senso comum e alcançar o conhecimento, é essencial para que a aprendizagem ocorra.

Para tanto, também é necessário estimular a capacidade de discernir e julgar, transcendendo o senso comum. O senso crítico exige atitude de reflexão, para que se exerça sobre e a partir de uma realidade e de um conhecimento efetivamente existente. A sala de aula, igualmente, deve ser um espaço aberto para o exercício da crítica fundamentada e construtiva, de modo a nos tirar do lugar comum da mera “reclamação” para um ponto de autoanálise e observação concreta dos fatos inerentes à vida social.

Entendemos que o processo ensino-aprendizagem não está mais centrado na figura do professor e o aluno exerce nele papel fundamental. O professor atua na criação de contextos e ambientes adequados para que o aluno possa desenvolver suas habilidades sociais e cognitivas de modo criativo, na interação com outrem “um engajamento mútuo dos participantes em um esforço coordenado para a resolução do problema em conjunto. A aprendizagem também envolve o processo de amadurecimento das relações sociais, e entendemos que valores imprescindíveis à vida em sociedade devem fazer parte de conteúdos atitudinais, contribuindo para a formação do educando. Afeição, amizade e solidariedade devem ser construídos a partir do amor próprio e da aceitação das diferenças. Aceitar e estimular o outro, reconhecendo seus próprios limites e os do outro. Ser solidário é poder sair de si em busca do outro. O egoísmo, oposto da solidariedade, leva o homem ao isolamento, ao enclausuramento e conseqüentemente à destruição de si e do outro. Desenvolvendo valores desse tipo, acabamos por desenvolver ações básicas, como: desvelo, respeito, responsabilidade e conhecimento.

Percorrendo este caminho, entendemos como parte do processo de ensino e aprendizagem o incentivo à participação nas mais diversas manifestações que envolvem o indivíduo ou o grupo. Desenvolver a capacidade de conviver, convencer, negociar, conceder. Prezamos ainda o aprendiz que coloque a responsabilidade e a disponibilidade individual a serviço do desenvolvimento grupal, proporcionando a corresponsabilidade.

Nesse sentido, a noção de “aprendizagem colaborativa” envolve todos os atores no processo, levando à construção coletiva e democrática de saberes. No sistema colaborativo, o

processo é mais amplo com interação dos participantes do grupo para atingir um objetivo compartilhado (TORRES; IRALA, 2014).

Há de se entender que o trabalho pedagógico pautado sobre a aprendizagem colaborativa não é simples, tampouco pode ser alcançado pelo simples desejo: é necessário engajamento e ações planejadas para que se torne realidade. A resolução de problemas e a participação em projetos coletivos facilitam essa busca, uma vez que nesse caos há *“um engajamento mútuo dos participantes em um esforço coordenado para a resolução do problema em conjunto”* (DILLENBOURG et al. 1995 citado por TORRES; IRALA, 2014).

Consideramos, pois, que a utilização de recursos como trabalhos em grupo, o uso de tecnologias comunicativas como bate-papos, fóruns de discussão e outras formas de comunicação em grupos, pode levar ao debate de diferentes ideias e ao desencadeamento de novos conflitos cognitivos. A influência de outros indivíduos, atuando como promotores do crescimento cognitivo de si mesmos e de outrem constituem a espinha dorsal da aprendizagem colaborativa.

Dessa forma, o ensino deve buscar o desenvolvimento das potencialidades do educando, como elemento de autorrealização e preparação para o trabalho e condições ideais de cidadania, amenizando, desta forma, os efeitos das diferenças sociais na comunidade, através da conscientização de valores inerentes ao bom convívio social.

3.10 Metodologias

As atividades pedagógicas são organizadas em torno de áreas do conhecimento e projetos interdisciplinares. São utilizadas diversas técnicas, desde as mais tradicionais, conceituais até as mais interacionais, procedimentais, entre as quais se pode citar:

- a) Aulas expositivas.
- b) Trabalhos de pesquisa individuais ou em grupo.
- c) Dramatizações (apresentações).
- d) Apresentações de canto e dança.
- e) Exposições de maquetes e trabalhos produzidos pelos alunos.
- f) Excursões culturais, como visitas a museus, cinema, parques ecológicos, cidades e pontos históricos, etc.
- g) Pesquisas de campo (ao ar livre, simulado de laboratório, observação e experimentação, etc.).

- h) Confeção de trabalhos manuais para exposição e criação de murais educativos.
- i) Uso do Laboratório de Informática para atividades pedagógicas orientadas e pesquisa.

3.11 Avaliação

O desempenho dos alunos no processo de ensino-aprendizagem se pauta na avaliação contínua e globalizada da competência e dos conhecimentos específicos em cada área do saber. Desta maneira, a avaliação se faz através de atividades de classe e extraclasse, incluídos os procedimentos próprios de recuperação contínua e paralela.

Pautamos sempre pela possibilidade de aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem. A avaliação de aproveitamento dos alunos é atribuição do professor da área, considerando, finalmente, o desempenho global dos alunos em cada área do conhecimento, além da possibilidade de ter sua situação analisada em Conselho de Classe.

Durante a avaliação de desempenho, são levadas em consideração habilidades e competências inerentes a cada disciplina ou área do saber, sendo esta expressa por notas. Na avaliação dos aspectos qualitativos, são consideradas a compreensão e o entendimento dos fatos e a percepção de suas relações; a aplicabilidade dos conhecimentos; a capacidade de análise e de síntese, além de outras habilidades cognitivas.

Alunos com deficiências, ou em processo de inclusão, têm planos individualizados de desempenho e avaliação de aprendizagem, levando-se em consideração suas características pessoais. Além do mais, levam-se em consideração aspectos qualitativos e os resultados obtidos durante o processo pedagógico.

3.12 Pesquisa

A pesquisa se faz necessária e imprescindível para o ambiente acadêmico próspero, haja vista que os frutos advindos da pesquisa propiciam um ensino de qualidade. Corroborando, Freire (2013, p.30) afirma que: “*Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo.*”

O desenvolvimento de uma cultura que promova a pesquisa necessita o comprometimento da estrutura administrativa e educacional para o desenvolvimento dos elementos relativos à pesquisa em longo prazo. Para a criação de uma cultura, que suporte e

encoraje a pesquisa, é requerido tempo e constante divulgação da importância e valores da atividade de pesquisa para que toda a comunidade possa absorver tais valores (MERKEL, 2001).

Assim, o presente documento visa incentivar um ambiente acadêmico no qual se desenvolva pesquisa inovadora, interdisciplinar, e de alto nível visando a estabelecer o instituto como uma referência em excelência em ensino e pesquisa.

A pesquisa deve permear, igualmente, todas as instâncias da instituição, a qual necessita apresentar um discurso bem definido sobre a importância da mesma, bem como apresentar ações, programas para que os objetivos de incentivo à pesquisa científica sejam alcançados (HU; KUH; GAYLES, 2007). Neste sentido, o PPP almeja incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

O desenvolvimento de pesquisa depende de alguns elementos, a saber: i) bons professores e pesquisadores, bibliotecários e colaboradores para o desenvolvimento da pesquisa, em outras palavras, recursos humanos capacitados; ii) parcerias entre pesquisadores que permitam a construção de uma rede de comunicação entre os pares; iii) a cultura de pesquisa deve estar alinhada às questões políticas da universidade; iv) a administração apresenta uma ideia institucional da cultura de pesquisa; v) parcerias com as agências de fomento, que atuam como financiadoras das pesquisas e proporcionam recursos financeiros à instituição, e que atuam como defensoras do conhecimento ao promoverem apenas pesquisas de fato científicas (MERKEL, 2001; HU; KUH; GAYLES, 2007). A pesquisa possibilita um ambiente rico, diverso e dinâmico para os alunos e professores. Tal ambiente oferece amplos estímulos para a produção de pesquisas científicas; um papel ativo no descobrimento e na avaliação crítica do conhecimento; a utilização de fontes e canais de informação reconhecidos na área; o aprimoramento da comunicação científica; o pensamento reflexivo; e um melhor entendimento dos procedimentos metodológicos e éticos relacionados ao desenvolvimento de uma pesquisa científica (HU; KUH; GAYLES, 2007). Assim, a realização de pesquisas estimula atividades criadoras e estende seus benefícios à comunidade, promovendo desenvolvimento tecnológico, social, econômico, cultural, político, ambiental.

Assim, a instituição deve estimular ações promotoras da cultura de pesquisa, deve incentivar o desenvolvimento de projetos orientados por professores e disponibilizar bolsas de iniciação científica das agências de fomento.

3.13 Extensão

A Extensão é compreendida no âmbito acadêmico como o elemento extensor da própria instituição, ou seja, “o segmento que se ocupa das relações com a comunidade, procurando fazer com que o conhecimento produzido no âmbito da academia chegue à sociedade e por ela seja apropriado.” (PEREIRA, GONÇALVES, 2013, p.13)

Assim, o presente documento visa à busca do conceito de extensão inovadora, levando o conhecimento científico e tecnológico à sociedade como um todo. A extensão deve constituir o núcleo promotor dos "meios de inovação", superando a ideia da prática extensionista como consultoria empresarial ou assistencialismo comunitário.

A Extensão não se relaciona somente à intermediação, mas, ao intermediar, também se produz, (re) cria-se novos conceitos, o que proporciona à instituição um permanente repensar caminhos mediante contextos em constante mudança. (PEREIRA, GONÇALVES, 2013)

Para tanto, deve-se buscar fomentar a educação continuada e atender a demandas específicas de segmentos da sociedade, além disso, fomentar parcerias com outras instituições públicas e agências de fomentos.

Promover atividades culturais e em cooperação com outras instituições, envolvendo artes, literatura, religião. Difundir a ciência em linguagem acessível para todos os cidadãos educados, mesmo àqueles que tiveram a oportunidade de adquirir apenas a educação básica, os novos avanços da ciência.

Capítulo 4 : Estrutura e Organização dos cursos

Como instituição de ensino, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP cumpre com os objetivos da educação nacional, especialmente em relação à sua especificidade: educação básica e profissional e educação superior. Assim, caracteriza-se pela “oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”, nos termos da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

Em busca de uma formação humana e cidadã que precede a qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

Neste sentido o Câmpus Cubatão oferece os seguintes cursos: Técnico em Automação Industrial, Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (Informática Básica) e os Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Turismo, Tecnologia em Automação Industrial, e o mais recentes são os cursos de Tecnologia em Análises e Desenvolvimento de Sistemas, criado em agosto de 2013, tendo sua primeira turma semestral, iniciada em fevereiro de 2014, no período noturno, com 40 vagas disponibilizadas e a Licenciatura em Matemática, iniciado em fevereiro de 2015, no período matutino, com 40 vagas disponibilizadas, sendo todas as vagas preenchidas com alunos ingressantes pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) desenvolvido pelo Ministério da Educação criado em 2009, assim como os demais cursos superiores em Tecnologia.

4.1 Técnico

Na educação profissional técnica de nível médio retoma-se a ideia da formação integrada que supera a separação entre executar e pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a formação profissional deve incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da *práxis* humanas, integrando a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa. Por isso, não se trata de priorizar a “parte técnica/profissionalizante” em detrimento da formação geral, mas de possibilitar o acesso a conhecimentos diversos, promovendo construções intelectuais mais elevadas, junto à reflexão crítica contextualizada. Temos como objetivo a formação plena do educando, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Só assim podemos contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade.

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, prioritariamente, na forma de cursos *integrados*, podendo ser ofertado em cooperação com estados e municípios. Também podem ser organizados de modo *concomitante/subsequente* ao ensino médio, dentro de áreas de atuação definidas a partir da realidade local do câmpus, conforme as demandas sociais, acompanhando o percentual de vagas estabelecido em lei para os Institutos Federais.

Legitimando o compromisso com segmentos apartados da do ensino formal, implantou-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, abrangendo cursos e programas de educação profissional com vistas à formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. Os cursos do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos e poderão ser articulados ao ensino fundamental ou ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, tendo como objetivo a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

Os cursos poderão ser oferecidos nos formatos presencial e/ou em forma de educação a distância (EAD).

4.1.1 Técnico Integrado ao Ensino Médio

O curso técnico integrado ao ensino médio é oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental. O curso garante tanto a formação do Ensino Médio quanto a técnica profissional. Tem duração mínima de 3 anos (mínimo) e máxima de 4 anos e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo.

Em Cubatão a duração do Ensino Médio Integrado ao Técnico é de 4 anos, conforme Projeto Pedagógico de Curso, com base no Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, que em seu art. 4º regulamenta a articulação entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Ensino Médio de forma integrada.

Em outubro de 2015 houve solicitação para atualização do curso em face às indicações dos normativos legais, faz-se necessário realizar a atualização da matriz curricular do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, realinhando e compatibilizando o conteúdo programático dos componentes curriculares, visando atender às necessidades do curso e respeitando o perfil do egresso, previsto no Catálogo Nacional de Cursos, atendendo à Resolução CNE/CEB nº1 de 05/12/2014. Desse modo, os conteúdos foram atualizados em conformidade com o perfil definido, contemplando uma sequência lógica de conteúdos e temas trabalhados ao longo do curso, considerando o caráter interdisciplinar e multidisciplinar. Atendendo melhorias internas como a inclusão de disciplinas, aumento da carga horária, inovação técnica e tecnológica, levando em conta os dados observados na RMBS (Região Metropolitana da Baixada Santista) e a dinâmica econômica do mercado e em novembro a atualização do curso foi aprovado.

OBJETIVOS

Os objetivos propostos indicam consonância com o Parecer CNE/CEB Nº11/2012 que *“considera o papel da Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento do mundo do trabalho, na perspectiva da formação integral do cidadão trabalhador”* e possibilita compreender o mundo do trabalho, a escola e sua relação com o desenvolvimento social e tecnológico como princípio educativo e assim:

- Formar o aluno de maneira a desenvolver seus valores e competências necessárias à integração de seu projeto pessoal ao projeto da sociedade em que vive;
- Preparar o aluno para sua integração ao mundo do trabalho, com as competências que garantam as mudanças na produção de nosso tempo;

- Desenvolver as suas competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos;
- Assegurar ao indivíduo a formação comum indispensável para o exercício da cidadania;
- Aprimorar o educando como pessoa humana;
- Desenvolver a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos e desenvolver a autonomia intelectual e o pensamento crítico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos propostos para o curso indicam sinergia com os objetivos gerais e possibilitam o alcance das metas propostas:

- Formar profissionais aptos a propor, projetar e desenvolver softwares e aplicativos para empresas, bem como desenvolver sistemas de informação e administração;
- Formar profissionais com conhecimentos em redes de computadores, análise, projeto, implementação e gerência de banco de dados, assim como em tratamento, transferência e recuperação de informação;
- Capacitar para atuar no desenvolvimento de sistemas administrativos, financeiros e industriais, apoiados na internet e intranets, conhecimentos da computação, algoritmos, programação, linguagens de programação, sistemas operacionais, redes de computadores, sistemas de informação e banco de dados, permitindo a sua aplicação na solução de problemas do contexto onde estão inseridos;
- Preparar profissionais que compreendam as áreas de conhecimento, com seus respectivos conteúdos, distribuídos em diversas disciplinas, que as caracterizam;
- Compreender e utilizar a Iniciação Científica, Ensino, Pesquisa, Inovação e Extensão no desenvolvimento pessoal e profissional;

E assim, continuem desenvolvendo a cidadania do educando, oferecendo um ensino que além de completar a formação básica, possibilite uma formação técnica na área de informática. O ensino integrado possibilita uma educação mais completa, que prepara o aluno tanto para a continuidade de seus estudos em outros níveis educacionais, como oferece uma ferramenta para sua inserção no mundo do trabalho. Apresentando sintonia com a contemporaneidade, com a construção de competências e habilidades, que situam o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, renovando suas esperanças de uma

adequada inserção social além de atender as demandas regionais por profissionais de nível técnico em informática.

Perfil de Formação Profissional

O PPC do curso foi atualizado em final de 2015 por uma comissão específica e algumas alterações foram realizadas para as turmas que ingressaram a partir de fevereiro de 2016, visando, principalmente, uma adequação às exigências mínimas do novo catálogo de cursos técnicos do MEC, publicado em novembro de 2015.

O curso terá a carga horária total de 4293 horas, distribuída em 4 anos letivos. Cada ano será composto por 38 semanas. As aulas do curso serão oferecidas de segunda à sexta-feira, em turmas organizadas no período matutino e vespertino, com seis aulas diárias, de 45 minutos. A disciplina Espanhol terá a carga horária de 171 horas e Libras com 114 horas, perfazendo um total de 285 horas, ambas de caráter optativo. O estágio, de caráter obrigatório, tem 360 horas e deverá ser realizado a partir do terceiro ano. A carga horária total mínima obrigatória (sem estágio) é de 3648 horas.

Na atualização considerou-se as necessidades discutidas ao longo das reuniões de curso/área, onde as dificuldades apresentadas pelos discentes no processo ensino-aprendizagem foram levadas em conta e acarretaram o aumento da carga horária nas disciplinas de História (passando de 171 horas para 199,5 horas), Redação (de 57 horas passou a contar com 114 horas) e Matemática (com um aumento de 57 horas, passando de 342 para 399 horas), visando um melhor aproveitamento e a diminuição do índice de retenção dos estudantes.

Cabe ressaltar que o PPC que vigorava no câmpus havia sido aprovado em 2008, portanto seu modelo se refere ao CEFET, ratificando a necessidade de atualização.

4.1.2 Técnico Concomitante/Subsequente

O curso técnico de nível médio concomitante/subsequente é oferecido a quem já concluiu o ensino fundamental e tenha concluído ou esteja cursando no mínimo o segundo ano do ensino Médio. Tem duração mínima de 3 semestres e máxima de 4 semestres e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo.

Nessa modalidade de ensino o câmpus Cubatão oferece matrícula apenas no Curso Técnico em Automação Industrial, sendo abaixo detalhado os seus objetivos e perfil do egresso.

Objetivos

O curso Técnico Industrial com Habilitação Instalação de Sistemas de Automação, doravante denominado de “Técnico em Automação”, tem como principal objetivo atender à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – L.D.B., onde estabelece que os alunos egressos do ensino médio, bem como os trabalhadores em geral, jovens ou adultos, tenham a possibilidade de acesso à Educação Profissional, como forma de capacitação, qualificação e requalificação profissional (PPC, 2006, p.5).

Perfil profissional de conclusão dos egressos do curso

Conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o Técnico em Informática é um profissional apto que desenvolve programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação. Utiliza ambientes de desenvolvimento de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados. Realiza testes de programas de computador, mantendo registros que possibilitem análises e refinamento dos resultados. Executa manutenção de programas de computadores implantados.

O profissional é habilitado com bases científicas, tecnológicas e humanísticas para o exercício da profissão, com perspectiva crítica, proativa e ética, considerando o mundo do trabalho, a contextualizado as questões sócio-político econômica, desenvolvimento sustentável e agregando valores artístico-culturais.

4.1.3 PROEJA (Médio)

O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), destina-se a oferecer oportunidade de estudos para aquelas pessoas que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular, sendo que a idade mínima para ingressar nos cursos do Proeja é de 18 anos. O curso tem o tempo máximo de duração de 2 anos e o ingresso é por meio de Processo Seletivo Simplificado.

O PPC do curso de Educação de Jovens e Adultos, foi elaborado no Câmpus Cubatão em 2007, denominado como modalidade de curso do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) de qualificação profissional em Informática Básica, tendo como objetivos básicos:

a) formar o aluno de maneira a desenvolver seus valores e competências necessárias à integração de seu projeto pessoal ao projeto da sociedade em que vive;

- b) preparar o aluno para sua integração ao mundo do trabalho, com as competências que garantam as mudanças na produção de nosso tempo;*
- c) desenvolver as suas competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos;*
- d) assegurar ao indivíduo a formação comum indispensável para o exercício da cidadania;*
- e) aprimorar o educando como pessoa humana;*
- f) desenvolver a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos;*
- g) desenvolver a autonomia intelectual e o pensamento crítico (PPC, 2007, p.8).*

Requisitos de acesso e perfil de conclusão

O acesso a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (Formação Inicial e continuada de trabalhadores) – Qualificação Profissional em “Informática Básica”, dar-se-á mediante processo seletivo classificatório, de acordo com o número de vagas oferecido pela Instituição, ou qualquer outra forma que o CEFET-SP venha a adotar. Para candidatar-se às vagas, o aluno deverá inscrever-se para o Exame de Classificação em época adequada, ter concluído o Ensino Fundamental (concluintes da 8ª série), e ter idade mínima de 18 anos. Após dois anos (1.583 horas), a conclusão da formação inicial e continuada de trabalhadores, garante ao aluno o certificado de conclusão do Ensino Médio e o certificado de formação profissional inicial (Informática Básica), que ateste seus conhecimentos, os respectivos perfis profissionais de conclusão e carga horária destinada à formação profissional (PPC, 2007, p.10).

Em 2013 o curso sofreu ajustes na grade curricular, sendo remodelada, o que gerou a inclusão de uma aula a mais na grade curricular nas disciplinas de Matemática e Filosofia, passando a ter um total de 1.225,5 horas na formação geral.

4.2 Graduação

No contexto dos cursos de *Licenciatura*, sua oferta visa atender as demandas da sociedade brasileira pela formação de professores de Educação Básica em instituições públicas. Tem-se como objetivo não só a oferta dos cursos de Licenciatura, mas também a qualidade dessa formação de professores como um compromisso político e social. Destaca-se, também,

nos cursos de Licenciatura, a importância do uso da pedagogia de projetos e da integração entre teoria e prática, num movimento de práxis em que a avaliação permanente seja o requisito para a excelência. Neste sentido, é necessário articular os cursos de Licenciaturas de forma que em sua organização acadêmica tanto os conteúdos disciplinares como a formação específica para o exercício da docência na educação básica sejam valorizados.

Já os cursos superiores de *Tecnologia* têm como objetivo garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. Apoiado na Resolução CNE/CP nº 03, de 18/12/2002, orienta-se que a organização curricular dos cursos superiores de tecnologia deverá contemplar o desenvolvimento de competências profissionais, em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define sua identidade e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade. Ainda nessa resolução, Para isso, a organização curricular compreenderá as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia.

Por fim, os cursos de *Bacharelado* se relacionam com a formação profissional e foram historicamente organizados segundo o avanço da ciência e sua implicação com o desenvolvimento do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia.

4.2.1 Licenciatura

O curso destina-se a preparar professores para atuarem na educação básica. A licenciatura tem duração de 4 anos e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

Em Cubatão foi realizado pela primeira vez a elaboração a elaboração do PPC para a criação do Curso de Licenciatura em Matemática, encaminhado em março de 2015 para análise na Pró Reitoria de Ensino, para implantação em 2016, abaixo destaca-se os seus objetivos e perfil profissional.

Objetivos do curso

Objetivo Geral.

O objetivo geral do curso de Licenciatura em Matemática do IFSP – Câmpus Cubatão é formar professores de Matemática para a Educação Básica, que possam atuar nas modalidades presencial, a distância e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Objetivo(s) Específico(s)

O curso de Licenciatura em Matemática do IFSP – Câmpus Cubatão pretende formar docentes que:

- Compreendam a ciência como atividade humana contextualizada e como elemento de interpretação e intervenção no mundo;
- Entendam a relação entre o desenvolvimento da Matemática e o desenvolvimento tecnológico e associem as diferentes tecnologias à solução de problemas;
- Percebam as possíveis aplicações da Matemática em outras áreas do conhecimento humano, tais como Física, Química, Biologia, entre outras.
- Utilizem os conhecimentos científicos e tecnológicos para entender e resolver as questões problemáticas da vida cotidiana;
- Compreendam e utilizem o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão no desenvolvimento pessoal e das aulas dos futuros professores;
- Entendam e apliquem métodos e procedimentos próprios da Matemática para cursos presenciais e a distância;
- Elaborem projetos para a Educação Básica, concatenados com os novos parâmetros curriculares nacionais e com a práxis educativa (PPP, 2015, p.17).

Perfil Profissional do Egresso

O professor de matemática da educação básica contribui para a formação da estrutura essencial das pessoas, por isso, necessita ter o domínio da ciência, técnica e arte da área que leciona. Ele deve ter uma formação equilibrada que compreenda conhecimentos matemáticos e didático pedagógicos. Segundo Charlot (2005), o professor é um agente social e cultural e formador do pensamento das crianças e adolescentes. O docente de matemática da educação básica tem um perfil complexo social e cultural de educar na matemática, contribuindo para a

formação do aluno como cidadão do mundo. O licenciado em matemática atua, principalmente, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Ele precisa ter competência profissional em matemática, além de apresentar aspectos cognitivos, biológicos, sociais e psicológicos consistentes para conduzir o processo de ensino e aprendizagem com boa qualidade. Os aspectos citados são indispensáveis em sua prática, portanto, há a necessidade deste futuro professor engajar-se em ações de formação continuada. O curso de Licenciatura em Matemática do IFSP, Câmpus Cubatão, contribui para a formação de um profissional competente e conhecedor do seu papel social como educador na educação básica. Neste sentido, o licenciado é capaz de oferecer formação básica que vise ao exercício da cidadania e à continuidade da vida profissional dos alunos. Vale destacar que a carga horária, os conteúdos do componente Matemática Aplicada à Física e as aulas específicas de laboratório possibilitam ao licenciado atuar como professor dessa área. O professor de matemática formado no Câmpus Cubatão, tem: (1) o domínio dos conteúdos de matemática da educação básica; (2) o conhecimento para relacionar a Matemática com outros campos do conhecimento humano e com a realidade do dia a dia, mas não deixando de valorizar a ciência Matemática com suas características, linguagens e rigor; (3) a lucidez da carreira em contínua construção, buscando novos meios para incentivar e motivar os alunos para aprendizagem, como por exemplo, o uso das novas tecnologias da informação e comunicação e a gestão do conhecimento; (4) a competência e a 19 habilidade de trabalhar de forma integrada com docentes de outras áreas/unidades curriculares em projetos multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares e outros profissionais da instituição de ensino na busca de soluções para melhorar a qualidade da educação brasileira (PPC, 2015, p.18-19).

4.2.2 Tecnologia

O curso promove a formação de profissionais especialistas em nível superior, que recebem formação direcionada a atender os segmentos atuais e emergentes em atividades industriais e prestação de serviços, tendo em vista a constante evolução tecnológica. O curso tem duração mínima de 2 anos e máxima de 3 anos e meio e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

No câmpus Cubatão existem três cursos na área de tecnologia - Curso Superior de Tecnologia em Automação e Controle de Processos Industriais Contínuos, *Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo e o* curso Superior em *Tecnologia em Análise e*

Desenvolvimento de Sistemas, todos com duração de 2 anos. Seguem os objetivos e perfil profissional do aluno egresso desses cursos.

Curso Superior de Tecnologia em Automação e Controle de Processos Industriais Contínuos

Objetivo do curso

O objetivo do curso é formar profissionais especializados para atuarem nas indústrias, nos segmentos de Controle de Processos, Automação de Processos Contínuos, Gestão de Pessoas e Meio Ambiente, Eletrônica, Microcontroladores e Desenho Técnico para Automação Industrial, especialmente voltados para Química, Petroquímica e Siderurgia, exercendo as funções que envolvem Projeto, Instalação, Manutenção, Programação e Operação de sistemas automatizados, de forma a atender a demanda da Região Metropolitana da Baixada Santista. (PPC, 2004, p. 11)

Perfil profissional do aluno egresso

O profissional formado no Curso Superior de Tecnologia em Controle de Processos Industriais e Automação de Processos Contínuos poderá coordenar atividades de processos de produção química e/ou petroquímica, controlar a qualidade de insumos e produtos, analisar dados estatísticos do processo produtivo, interpretar laudos de análises químicas, manter equipamentos e materiais em condições operacionais, analisar solicitações para desenhos em eletrônica, elaborar o desenho preliminar e desenho executivo de projetos de automação, esquemas eletrônicos, leiautes de circuitos impressos, implantar sistemas de gestão ambiental e de segurança em processos e procedimentos de trabalho, implantar e fiscalizar ações de controle, além de coordenar equipes e atividades de trabalho conforme normas e procedimentos técnicos de qualidade, de segurança, de preservação ambiental e saúde.

Assim, o Tecnólogo em Controle de Processos Industriais e Automação de Processos Contínuos estará apto a desenvolver as seguintes atividades:

- Gerenciar e operar sistemas automatizados de processos produtivos.
- Conhecer as diferentes tecnologias disponíveis para automação de sistemas industriais.

- Selecionar a tecnologia mais adequada levando em conta características técnicas, humanas, econômicas e gerenciais, especificando equipamentos e dispositivos utilizados em sistemas produtivos industriais e no controle de processos.
- Planejar e supervisionar a instalação de equipamentos e dispositivos utilizados em sistemas produtivos industriais e no controle de processos, implantando o processo de automação de acordo com o projeto estabelecido.
- Operar e programar equipamentos computadorizados utilizados em sistemas produtivos industriais e no controle de processos.
- Supervisionar e planejar a manutenção em função das características do sistema produtivo e seus sistemas de controle.
- Avaliar a relação custo-benefício para a implantação de sistemas automatizados.
- Gerenciar equipes de trabalho, coordenando equipes relacionadas a planejamento, desenvolvimento e manutenção de sistemas automatizados.
- Controlar e acompanhar processos industriais, voltados para a área química (PPC, 2004, p.11).

Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo

Objetivo Geral

O objetivo do Câmpus Cubatão do IFSP, ao oferecer o curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, é atender a uma demanda específica da região relativa à expansão de atividades em comércio e serviços, desenvolvendo as competências profissionais específicas da área profissional de Turismo e Hospitalidade, de modo a ampliar a oferta de profissionais habilitados e de empreendedores na área, o que trará uma significativa melhoria à qualidade de vida do cidadão da Baixada Santista.

- Dessa forma, o curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Câmpus Cubatão propõe-se desenvolver no aluno competências associadas à utilização de métodos e técnicas no ambiente de gestão, tornando-o um profissional capaz de atuar nos Departamentos de Administração, Finanças, Vendas, Planejamento, Recepção e Marketing, tanto no setor público, como no privado e em organizações não governamentais (PPC, 2010, p.26).

Objetivos Específicos

O curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Câmpus Cubatão objetiva capacitar técnica e academicamente o aluno de modo a promover a ampliação da sua esfera de atuação e a interação com outros profissionais, dando-lhe condições para que desenvolva competências específicas da habilitação profissional de Tecnólogo em Gestão de Turismo, de modo a que ele possa assumir a responsabilidade e o compromisso de:

- identificar os potenciais turísticos, considerando a diversidade cultural e os aspectos sócio ambientais para o desenvolvimento local e regional;
- definir objetivos de planejamento estratégico de negócios e de projetos aplicados ao trade turístico;
- elaborar estudos de mercado turístico;
- analisar e avaliar os efeitos positivos e negativos de atividades turísticas;
- planejar e operacionalizar estudos de viabilidade econômico-financeira de empreendimentos e projetos turísticos;
- elaborar projetos de intervenção em áreas de interesse ambiental;
- diagnosticar, analisar e gerir a infra-estrutura de turismo em suas três vertentes: hospedagem, alimentação e transporte;
- definir e implementar padrões de qualidade no segmento;
- organizar e administrar os setores internos de estabelecimentos ligados ao turismo, como parques temáticos, pousadas, hotéis, clubes, espaços de eventos, entre outros;
- definir e liderar equipes de trabalho;
- atuar no planejamento e desenvolvimento da atividade turística, nos segmentos público e privado, organizações não-governamentais e de comunicação, na elaboração de políticas de turismo nas organizações nacionais, estaduais e municipais (PPC, 2010, p.26).

Perfil Profissional do Egresso

O Tecnólogo em Gestão de Turismo atua no planejamento e desenvolvimento da atividade turística nos segmentos público e privado. Desenvolve ações no âmbito do planejamento turístico, agenciamento de viagens (emissivas, receptivas e operadoras de turismo), transportadoras turísticas e consultorias voltadas para o gerenciamento das políticas públicas e para a comercialização e promoção dos serviços relativos à atividade. A identificação dos potenciais turísticos do receptivo, considerando a diversidade cultural e os aspectos sócio-ambientais para o desenvolvimento local e regional, constitui-se em atividade relevante desse profissional (PPC, 2010, p.28).

Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Objetivo Geral

Capacitar os estudantes, por meio de um itinerário formativo interdisciplinar e prático, a atuarem na área de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) com as atividades de análise, projeto, desenvolvimento, gerenciamento e implantação de sistemas de informação computacionais direcionados para o mercado de trabalho corporativo (PPC, 2013, p.23).

Objetivos Específicos

Podem ser identificados como objetivos específicos do curso proposto:

- Fornecer sólido domínio nas áreas de Programação, Engenharia de Software e Sistemas de Informação Aplicados. Essas áreas desdobram-se nos saberes apresentados nas disciplinas constantes da matriz curricular proposta;
- Propiciar outros saberes básicos, tais como arquitetura de computadores; sistemas operacionais; redes de computadores e desenvolvimento Web;
- Explorar, de forma enfática, o uso de recursos computacionais para o projeto e construção de software;
- Desenvolver alguns saberes coadjuvantes, como inglês técnico; comunicação e expressão e gestão de serviços, permitindo que o Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas atue como empreendedor em sua área de atuação;
- Possibilitar uma visão interdisciplinar dos saberes que foram transmitidos e da aplicação desses saberes no contexto profissional no qual o egresso irá atuar.

Perfil Profissional do Egresso

O Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas analisa, projeta, documenta, especifica, testa, implanta e mantém sistemas computacionais. Raciocínio lógico, emprego de linguagens de programação e de metodologias de construção de projetos, preocupação com a qualidade, usabilidade, robustez, integridade e segurança de programas computacionais são fundamentais à sua atuação.

O Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas estará apto a executar as seguintes atividades:

- Desenvolvimento e implantação de sistemas informatizados, dimensionando requisitos e funcionalidade, especificando sua arquitetura, escolhendo ferramentas de desenvolvimento, especificando programas e codificando aplicativos;
- Administração de ambientes informatizados, prestação de suporte técnico e treinamento ao cliente e elaboração de documentação técnica;
- Estabelecimento de padrões, coordenação de projetos, oferecendo soluções para ambientes informatizados e pesquisa de novas tecnologias (PPC, 2013, p.23).

O Câmpus Cubatão, não se oferece cursos de Bacharelado e Pós -Graduação.

Capítulo 5 : Políticas e Ações

O Câmpus Cubatão realiza diversas ações em diferentes áreas, conforme as Políticas institucionalmente estabelecidas. Dentre as ações, destacam-se o atendimento do programa de assistência estudantil e as bolsas discentes.

O Sócio pedagógico, para além do atendimento da demanda cotidiana, realiza ações como acompanhamento do processo ensino e aprendizagem, como o reforço escolar e recuperação paralela, e a equipe visa ampliar a atuação.

As bolsas de pesquisa, ensino e extensão seguem em crescimento, tendo em vista o aumento no número de bolsistas e no número de grupos de pesquisa estabelecidos.

Os órgãos colegiados e o NAPNE, recém nomeados em 2015, ainda estão no início das atividades.

O movimento estudantil tem seu potencial no fortalecimento do Grêmio *Chico Mendes* e na recente criação do diretório acadêmico *Elias Delizoicov*.

5.1 Coordenadoria Sociopedagógica

No ano de 2014, por meio da Resolução IFSP nº 138 de 04/11/2014, foi aprovado o Regulamento da Coordenadoria Sociopedagógica. Essa consiste em uma equipe multiprofissional, articulada e de ação interdisciplinar, composta por Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Técnico em Assuntos Educacionais, e tem por objetivo assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem promover a qualidade do processo de ensino e aprendizagem e a permanência e conclusão com êxito dos estudantes no IFSP, nas modalidades presencial e a distância.

A coordenadoria hoje é composta por um técnico em assuntos educacionais, duas pedagogas, uma assistente social, uma psicóloga, uma intérprete em libras e uma técnica em enfermagem, vinculados à Diretoria Adjunta de Apoio ao Ensino. Administra o Programa de Assistência Estudantil e o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, realiza a ponte na relação aluno-professor oferecendo suporte pedagógico no processo de ensino-aprendizagem, participa ativamente das reuniões de áreas junto aos docentes do câmpus, é o vínculo junto à família dos discentes, especialmente através da participação na reunião de pais, realiza a entrega dos lanches, acompanha o processo de aprendizagem dos discentes com levantamento de notas e coordena a atividades dos Conselhos de Classe – Pedagógico e Deliberativo, orienta o discente diretamente em necessidades

específicas e faz a interface junto às coordenadorias de cursos. Outras ações também estão sendo pensadas a fim de ampliar a atuação da Coordenadoria.

Reforço Escolar - O câmpus oferece aos alunos reforço escolar há alguns anos, de Física e Matemática, devido ao grande número de reprovação nestas disciplinas. Atualmente, acontece reforço de Física e Matemática em contra turno, às segundas-feiras e quintas-feiras.

No ano (2015), muitos professores têm feito alguns reforços para dar um suporte maior aos estudantes, devido à mudança de público alvo na nossa instituição, percebe-se a existência de alunos que necessitam de maior apoio.

5.3 Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil é uma política baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído pelo Decreto de nº 7.234 no ano de 2010. Os auxílios estudantis são repasses financeiros aos estudantes e têm por objetivo custear, parcial ou integralmente, os gastos dos estudantes, visando ampliar as condições de permanência e êxito nos cursos do IFSP.

Em 04 de novembro de 2014, foram aprovadas as resoluções nº 135 e nº 136: a primeira regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFSP, e a segunda, a Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil.

A Assistência Estudantil é composta pelo Programa de Auxílio Permanência e pelo Programa de Ações Universais.

5.4 Programa de Auxílio Permanência

Esse programa é voltado aos estudantes em vulnerabilidade social. O principal objetivo do programa é apoiar a permanência dos estudantes na instituição, por meio de auxílios financeiros mensais, entre eles: alimentação moradia, creche (apoio aos estudantes pais e mães), transporte, apoio didático-pedagógico, saúde.

5.5 Programa de Ações Universais

As ações do Programa de Ações Universais são desenvolvidas por meio de elaboração de projetos voltados para a área de cultura, esporte, inclusão digital e apoio às necessidades

educacionais específicas dos estudantes. Este programa conta com a participação de estudantes, professores e técnicos-administrativos.

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo/Câmpus Cubatão, está amparada em alguns marcos legais, que lhe dão sustentáculo e justificam a sua existência:

A) A Constituição Federal de 1988 enfatiza a *educação como dever do Estado e da família* (artigo 205) e ressalta a *igualdade de condições de acesso e permanência na escola* (artigo 206);

B) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, ampara a Assistência Estudantil, pois destaca o *princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência do aluno na escola* (artigo 3º). Ressalta ainda que *a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais* (artigo 1º);

C) O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre os direitos e deveres destinados à criança e ao adolescente, sob responsabilidade da família e sociedade, bem como o Estatuto da Juventude, Lei 12852, de 5 de agosto de 2013, dos direitos e das políticas públicas de juventude;

D) O Decreto nº 7234, de 10 de julho de 2010, regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil, em consonância com a Resolução nº 135, de 04 de novembro de 2014 do IFSP, que aprova a Política de Assistência Estudantil (PAE) e a Resolução nº 136, de 04 de novembro de 2014, que normatiza as ações dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFSP.

A Política de Assistência Estudantil traduzida por princípios, diretrizes e objetivos, visa propiciar condições de acesso, adaptação e permanência do aluno na escola, buscando possibilitar a sua formação integral através de uma *“práxis educativa, que contribua para a sua inserção social, formação integradora e a produção do conhecimento”* (BRASIL, IFSP, PDI, 2009).

A Política de Assistência Estudantil (PAE) do Câmpus Cubatão tem como objetivo principal viabilizar a democratização de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, regularmente matriculados nos cursos oferecidos pelo Câmpus, através de ações, que visem garantir o acesso, permanência e formação dos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, para não comprometer o seu êxito nas atividades acadêmicas do semestre/ano letivo.

As ações do IFSP Câmpus Cubatão estão inseridas em dois programas sociais, o Programa de Auxílio Permanência e o Programa de Ações Universais. O Programa de Auxílio Permanência trata de ações de apoio ao estudante como: alimentação, creche, material de apoio didático-pedagógico, saúde, moradia, transporte, e àquelas que surjam durante a trajetória escolar do aluno. O Programa de Ações Universais se destina às ações de apoio à formação, de acesso e aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas, de cultura, esporte e inclusão digital.

Ações de 2014: atendemos em média 249 estudantes em vulnerabilidade social. As modalidades atendidas em média foram: alimentação 90,88%, transporte 69,95%, moradia 9,27%, creche 10,72%, saúde 0,58% e material didático 1,20%. Atendemos também 184 alunos nas “Ações Universais”, as quais são destinadas a toda comunidade discente, independentemente de situação socioeconômica, visando a promoção de atividades culturais, biopsicossocial, esportivas/lazer na busca da formação integral do estudante e aquisição de valores. As ações têm como propósito a sua inclusão social e o exercício pleno da cidadania. O valor repassado para todas ações foi de R\$ 970.411,00 e utilizado R\$ 825.789,81.

Ações Atuais: no momento, o atendimento está voltado para ações que minimizem a situação de vulnerabilidade social dos estudantes, para as quais abrimos edital de inscrição e critérios de seleção dos estudantes. Em 2015, tivemos, aproximadamente, 300 alunos inscritos, sendo selecionados 270. O atendimento de estudantes em vulnerabilidade social é constante, pois poderão solicitar o auxílio financeiro a qualquer tempo, podendo ser atendidos se caracterizada a vulnerabilidade social e havendo disponibilidade de orçamento para tal. O orçamento de 2015 é R\$ 891.000,00 para todas as ações do PAE e PROEJA.

Dificuldades enfrentadas: curto período para seleção dos estudantes, sendo que o aumento do período de inscrição interfere no recebimento dos auxílios. Todo o processo é moroso, em razão dos trâmites de: inscrição, análise de documentação, análise de vulnerabilidade social, seleção, prazo para recurso, cadastro dos estudantes no SIAFI e liberação da verba (financeiro) para pagamento dos auxílios. Falta de pessoal técnico-administrativo envolvido diretamente com o programa e falta de informatização para efetivação das inscrições.

Sugestões para melhorar o processo de atendimento no PAE: Informatização do programa, contratação de mais uma assistente social (PAE, 2015).

5.2 Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) – Ações Inclusivas

O “Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE” tem o propósito de implementar ações inclusivas, contribuindo para a reflexão sobre a prática da inclusão, a aceitação da diversidade, com o objetivo de romper as barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais. Os NAPNEs também acompanham o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com necessidades educacionais específicas, procurando realizar intervenções efetivas durante os seus percursos acadêmicos.

No Câmpus Cubatão, o primeiro projeto elaborado para a implantação do Napne foi realizado em Setembro de 2009, tendo como justificativa a necessidade de realizar apoio Pedagógico Especializado aos alunos com necessidades específicas. Naquela época, o *câmpus* Cubatão recebia alguns alunos com dificuldades e, desta forma, a equipe pedagógica percebia que tanto o aluno quanto os professores necessitavam de apoio para enfrentar as dificuldades apresentadas. Assim, o câmpus apoiou de imediato a criação do núcleo proposta pela antiga Pró Reitoria do IFSP-Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia.

O Napne foi constituído a partir de orientações da Diretoria de Projetos Especiais da Pró Reitoria de Ensino do IFSP. Em sua composição contava com a participação dos servidores da antiga Coordenadoria de Apoio ao Ensino e de dois professores, que realizaram o projeto e as ações a serem desenvolvidas naquele momento, considerando o atendimento direto ao grupo de alunos que possuía diagnóstico de alguma necessidade específica. Apesar do Napne ter sido criado em 2009, algumas ações ainda não foram efetivadas na prática, como a questão da acessibilidade e a formação continuada para os servidores.

Muitas ações independiam da vontade e interesse dos colaboradores do Napne, porém todas as ações que dependiam diretamente da equipe que compunha o Napne, naquele momento, foram realizadas, entre elas: levantamento das necessidade de acessibilidade no câmpus, levantamento dos alunos para inclusão no educacenso, palestra sobre turismo adaptado, participação em encontro sobre o Napne em Brasília em 2011 e em estudos para efetivação dos Napnes nos campi, curso sobre educação inclusiva no câmpus Cubatão, orientações para os professores que solicitavam apoio ao setor, organização de material em portfólio sobre deficiências e transtornos globais de desenvolvimento, enviados aos professores via email e elaboração de projeto para compra de equipamentos adaptados com recursos do TECNEP.

Em 2014, houve processo seletivo para contratação de professores e Intérpretes de Libras, o que melhorou o atendimento aos surdos em nossa instituição. Em 10 de Março de 2015, o Diretor Geral do Câmpus Cubatão, professor Robson Nunes, considerando a Portaria nº 3.810, de 08 de Agosto de 2014, nomeou uma nova equipe de trabalho, através da Portaria CBT.0015/2015. Esta nova equipe designada conta com todos os servidores da nova Coordenadoria Sócio Pedagógica, além de outros servidores técnico administrativos e professores.

As dificuldades encontradas atualmente são: ausência de dados sobre os estudantes, já que os responsáveis não informam sobre necessidades especiais dos alunos para ajudá-los em suas necessidades e dificuldades específicas; inexistência de sala específica de atendimento e de capacitação continuada para os docentes para o atendimento aos alunos com necessidades específicas. O câmpus conta com servidores que possuem formação especializada e que contribuem neste trabalho. A cada ano, mais alunos ingressam no câmpus precisando de acompanhamento específico, principalmente na área da surdez. No momento temos sete estudantes com surdez na EJA – sendo cinco alunos no primeiro ano, dois no segundo ano e um aluno no primeiro semestre do Curso de Tecnologia de Gestão de Turismo.

5.3 – Formação Continuada

A Formação Continuada de Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), constitui-se em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes. Tendo início no ano de 2014, a Formação Continuada *in loco* busca a valorização do profissional, assim como a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o câmpus como local privilegiado de construção e produção de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

É de conhecimento da comunidade que existe uma comissão formada na Reitoria com a participação de membros indicados pelo câmpus Cubatão, que estão trabalhando em consonância com a Pró Reitoria de Ensino do IFSP na proposta da formação continuada. Entretanto, até o fechamento deste capítulo, não havia nenhum documento finalizado, sobre como o processo de formação continuada ocorrerá, pois ainda se encontra em tramitação.

Em consulta à Coordenadoria de Gestão de Pessoas do câmpus, foi informado que não existe nenhum programa de formação continuada até final de 2015.

5.4 Políticas e Ações de EXTENSÃO

A Extensão consiste em um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a instituição educacional e os diversos setores sociais. Assim, a Extensão configura-se como um espaço de produção de conhecimentos baseada na troca de saberes e experiências entre a Escola e a Sociedade. Além disso, a Extensão compreende todas as ações culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que envolvem a comunidade externa e não fazem parte das atividades regulares de Ensino e Pesquisa. Tais ações devem estar baseadas na análise das necessidades e interesses da comunidade em que cada câmpus se encontra inserido e articuladas com a vocação e a qualificação acadêmicas dos docentes, técnico-administrativos e discentes envolvidos.

As ações de Extensão são classificadas em cursos e atividades. Os Cursos de Extensão são oferecidos na modalidade presencial ou a distância. Têm a finalidade de atender as demandas da sociedade e necessidades de aquisição, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais, de jovens e adultos, com necessidades identificadas a partir de pesquisas regionais, podendo ser ofertados em todos os níveis de escolaridade. Já as atividades são aquelas realizadas fora da sala de aula. As principais são as seguintes:

Acompanhamento de egressos: conjunto de ações implementadas para acompanhar o itinerário profissional do egresso a fim de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

Empreendedorismo e cooperativismo: apoio à formação empreendedora por meio de programas institucionais.

Estágio e emprego: atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e de operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação).

Eventos: podem ser organizados sob a forma de encontro, seminário, palestra, oficina, congresso, mostra, entre outras. Com temáticas diversas, são voltados à participação e integração das comunidades externa e interna.

Projetos sociais: conjunto de ações, técnicas e metodologias inovadoras, desenvolvidas na interação com a comunidade externa e apropriadas por essa. Têm como objetivos representar soluções para a inclusão social, as relações étnico-sociais, a geração de oportunidades e a melhoria das condições de vida.

Relações internacionais: ações de intercâmbio, acordos de cooperação internacional e celebração de convênios, destinados à melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.

Visitas Técnicas: atividades educacionais supervisionadas, desenvolvidas em ambientes externos ao IFSP, que visam a promover uma maior interação dos estudantes das diferentes áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.

Bolsa de Extensão: oferece ao estudante, de qualquer modalidade ou nível de ensino, bolsa para participar de projetos ou programas de extensão, cujas temáticas são diversas, inclusive culturais, e que incluem a participação em ações junto à comunidade externa. Tais projetos podem ser fomentados pela Pró-reitoria de Extensão, por meio de editais de seleção de projetos e programas, ou pelo próprio câmpus, por meio de editais internos.

Programa de Extensão Universitária (PROEXT): o Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Ensino Superior (MEC/SESu), anualmente, lança editais para Projetos e Programas de Extensão Universitária. Alunos de curso superior poderão participar, como bolsistas, dos projetos contemplados.

As atividades de extensão desenvolvidas no câmpus Cubatão permeiam vários temas fundamentais para a comunidade, tais como o combate ao uso das drogas, feminicídio, redação no vestibular, entre outros temas. Sejam eles através de mesas redondas, palestras, minicursos, debates e palestras, todos se utilizam da plataforma SIGPROJ, do Ministério da Educação, para a formalização desses projetos. Tanto a comunidade interna quanto o público externo são alcançados por essas atividades. Todas as atividades garantem um certificado de participação ou apresentação aos envolvidos e são confeccionados pelo setor de Extensão e assinados pela Coordenador.

A Semana de Ciência e Tecnologia é outro evento capitaneado pelo setor de Extensão anualmente e visa integração e o envolvimento com a comunidade, através de palestras, debates, minicursos, workshops e apresentações culturais como intervenções teatrais do projeto de extensão “Curso Básico de Teatro”. Além disso, o câmpus realiza também a Feira Anual Técnico Científica com apresentações de projetos desenvolvidos relacionados às ciências na perspectiva de estimular a expansão, em quantidade e qualidade, de trabalhos científicos e culturais produzidos na Instituição. A Feira possibilita o fortalecimento da relação do câmpus com a comunidade, já que há a apreciação dos projetos por visitantes e ampla cobertura pela imprensa local. São apresentados projetos, envolvendo, inclusive, o desenvolvimento de instrumentos para auxílio de doenças, como, por exemplo, a dislexia e a construção de maquetes para explicação de leis da física.

Outra atividade de extensão fundamental aos cursos de nível técnico e Superior, constante nos PPCs desses cursos, são as visitas técnicas propostas por docentes como: Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Expo Internacional de Turismo, Bienal do Livro, Feira das Profissões da USP, Estação Ecológica Juréia Itatins, Equipotel - maior feira de hotelaria da América Latina -entre outras. Com a nova política de Extensão do IFSP, o setor de extensão, através de previsão orçamentária e posterior licitação, terá mais autonomia para a contratação do transporte necessário às viagens envolvendo visitas técnicas.

O câmpus também conta a partir de 2014 com uma comissão local de avaliação de projetos de extensão, formada por técnicos administrativos da área pedagógica e docentes do núcleo comum e técnico. Esta comissão atua principalmente na avaliação dos projetos da modalidade Bolsa Extensão, abordado na sequência.

O setor de Extensão também atua dando suporte e formalizando convênios com empresas e órgãos públicos locais, afim de propiciar aos discentes oportunidades de estágio, sejam eles obrigatórios ou não. A atividade de estágio ao discente visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, propiciando o desenvolvimento do discente para a vida cidadã e o mundo do trabalho. Algumas empresas conveniadas são: Prefeitura de Cubatão e Prefeitura de São Vicente. Além disso, o setor de Extensão dá apoio aos Professores Orientadores de estágio para que acompanhem, orientem e validem o estágio curricular supervisionado.

A partir de 2014, duas vezes ao ano, são lançados editais para seleção de projetos de Extensão e seleção de bolsistas para estes projetos. Até o momento, foram contemplados 75 alunos bolsistas de 42 projetos, que recebem R\$ 400 por mês durante a execução do projeto. Esses projetos propiciam o desenvolvimento de habilidades nas áreas temáticas de extensão e contribuem para a formação profissional dos discentes. Possibilita também a elaboração de conhecimentos, a partir da articulação entre teoria e prática, na interação com a sociedade, propiciando o desenvolvimento local.

Projetos de 2015

Bolsa Extensão - Edital 002 de 2015

Título do Projeto	Aluno Bolsista	Servidor Responsável	Duração	Carga horária semanal	Vagas
Alzheimer, um momento para recordar	Mariana Gomes Martins	Prof ^a . Michelle Alves da Silva	10 meses	20	1
Comunicação para o Sucesso Pessoal e Profissional	Victor Gabriel Lima Silva	Prof. Artarxerxes Tiago Tácito Modesto	10 meses	20	1
Textos sem fronteiras: formação continuada de professores de Letras	Lúcia de Toledo França Bueno e Murilo Cattaneo Oliveira Mathias Cruz	Prof. Rafael Stoppa Rocha	10 meses	20	2
Informatização dos processos de Estágios	Samuel Evangelista Francisco	Prof. Eduardo Henrique Gomes	10 meses	20	1
Meu Canto Meu Mundo: roteiro de visitação de alunos do curso Proeja a atrativos	Lidia de Lima Rosa e Iara Pedro	Prof. Thiago Rodrigues Schulze	8 meses	20	2
Plataforma de Avaliação Visual	Caio Kanashiro Tavares	Prof. Elifas Levi da Silva	10 meses	20	1

Projeto reestruturação do site Prefeitura Municipal de Cubatão	Lydia Maria de Souza Dantas	Prof. Thiago Rodrigues Schulze	10 meses	20	1
Semana Nacional de Tecnologia e Feira de Ciências (FATIF)	Luiza Medeiros Bernardi	Prof. Eduardo Henrique Gomes	10 meses	20	1
Turismo e Organização de Eventos	Fabiana Camilo	Servidora Livia Reis Dantas de Souza	10 meses	20	1
Utilização de Objetos de Aprendizagem nas Lousas Digitais do IFSP	Lucas Felipe Mateus	Prof. Robson Nunes da Silva	10 meses	20	1
VUFORIA e Unity 3D para a utilização de Realidade Aumentada em dispositivos móveis	Victor Domingues Alves	Prof. Marcelo Pereira Bergamaschi	10 meses	20	1

Bolsa Extensão - Edital 06 de 2015 - Verba Suplementar

Título do Projeto	Aluno Bolsista	Servidor Responsável	Duração	Carga horária semanal	Vagas
Acompanhamento de Egressos no cenário profissional do Curso Superior em Gestão de Turismo do IFSP <i>Câmpus Cubatão.</i>	Gianninni Silva Do Nascimento	Prof. ^a Maria Jeanna S. S. Oliveira	07 meses	20	1
Laboratório de Turismo	Vânia De Paula Dias Da Silva	Prof. ^a Catherine Cavalcanti Margoni	07 meses	20	1

Reformando para informar	Izabelle Do Valle Paula Rodriguez	Técnica em Assuntos Educacionais Livia Reis Dantas de Souza	07 meses	20	1
Revisitando a Matemática Básica	Laís Soares Mulero	Prof. ^a Cláudia Cristina Soares de Carvalho	07 meses	20	1
Utilização de TICs no ensino da matemática: o software Scratch e suas possibilidades	Jennifer Costa De Azevedo Sandra Regina Andrade Da Silva	Prof. Robson Nunes da Silva	07 meses	20	2
Alfabetização Federal : para jovens, adultos e idosos	Maycom Moreira Lucas Ramos Miquelim	Pedagoga Waldísia Rodrigues de Lima	07 meses	20	2
Caracterização florística do ambiente escolar em Cubatão	Emilly Ignacio Janira Lana Galvão Catib	Prof. ^a Michelle Alves da Silva	07 meses	20	2
Literatura no Vestibular	Thales Henrique Castanha De Souza Luan Marcus Dos Reis Silva	Prof. ^a Helenice Nazaré da Cunha Silva	07 meses	20	2

5.5 – Políticas e Ações de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

As ações de Pesquisa, voltadas à produção e à divulgação de conhecimentos e saberes científicos e tecnológicos, visam o desenvolvimento por meio da investigação de fatos a fim de prover melhorias da condição da vida coletiva. É, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade de todos os sujeitos envolvidos (alunos de diferentes níveis, servidores e comunidade), promovendo, como consequência, o avanço da social. Neste sentido, o câmpus desenvolve as atividades de pesquisa e inovação vinculadas aos seguintes programas e ações:

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIFSP) do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica com bolsa paga com recursos institucionais. O bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. Neste programa, como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (PIVICT) do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica sem ou com bolsa paga com recursos por meio de fundação de apoio ou por órgãos de fomento obtidas diretamente pelos pesquisadores. Da mesma forma, o bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. No final, que recebam certificado o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) e Programa de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como

parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa de Bolsas Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) do CNPq que, também por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Mestre ou Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFSP (PIPECT), que concede passagens e diárias a servidores para participação e apresentação de trabalhos, com o nome do IFSP, em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais.

Programa Institucional de Auxílio à Participação Discente em Eventos (PIPDE) do IFSP, que concede auxílio financeiro com recursos institucionais a alunos para participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais, incluindo o Workshop de Negócios e Inovação.

Programa Jovens Talentos (PJT) da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), que concede bolsas a estudantes de graduação e visa antecipar o ingresso no meio científico, despertar vocação científica, incentivar talentos potenciais, mediante a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para participar, o estudante deve ser aprovado no processo de seleção por meio de uma prova de conhecimentos gerais.

Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), que visa conceder intercâmbio de alunos de graduação em instituições estrangeiras, concedendo bolsas que garantem, além da mobilidade internacional, recuso para despesas com estadia, alimentação e transporte local.

Programa Pró-Equipamentos do IFSP, que provê a criação de infraestrutura mínima para a pesquisa com recurso institucional. Por meio da submissão de projetos pelos

pesquisadores dos campi, após a seleção realizada pela PRP, os equipamentos são adquiridos pela própria Pró-Reitoria e o patrimônio é transferido para o câmpus.

Acordos de Cooperação Técnica e Científica, por meio dos quais o IFSP mantém parcerias para realização de capacitação em nível de pós-graduação e para realização de atividade de pesquisa e inovação. Atualmente, são mantidos acordos com o Instituto de Pesquisas Energética e Nucleares (IPEN/CNEN), localizado no *câmpus* da Universidade de São Paulo (USP) na cidade de São Paulo, com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), localizado na cidade de São José dos Campos, e outro internacional com o Instituto Politécnico do Porto, localizado na cidade do Porto em Portugal, além de outros envolvendo, mais especificamente, os câmpus do IFSP. Informações sobre estes acordos estão disponíveis no sítio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRP) em <http://prp.ifsp.edu.br>.

Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (CINTEC), que é um evento anual, cujo objetivo é difundir as produções de pesquisadores e alunos em regime de iniciação científica ou tecnológica por meio de exposição oral, pôsteres e de palestras. A primeira edição foi realizada no câmpus de Guarulhos em 2010. Em números gerais, na 4ª edição do CINTEC houveram 220 trabalhos inscritos de 21 diferentes câmpus do IFSP e de outras instituições. Já em 2014, na 5ª edição realizada no *câmpus* de São João da Boa Vista nos dias 24 e 25 de setembro, foram submetidos 270 trabalhos de 28 câmpus do IFSP mais 20 trabalhos de outras instituições, com crescimento de 32% de uma edição para outra. Para o 6º CINTEC que ocorrerá entre os dias 10, 11 e 12 de novembro de 2015 na cidade de Itapetininga, é previsto que mais de 400 trabalhos sejam submetidos, contando com a participação de mais de 1.000 pessoas.

O Workshop de Negócios e Inovação do IFSP, que ocorre anualmente desde 2010 e tem como objetivo contribuir para difusão da cultura de inovação no Estado de São Paulo, promovendo amplo debate com segmentos da sociedade sobre Inovação e Empreendedorismo.

Ação de incentivo à pesquisa via programas de pós-graduação: através da abertura de programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* se pretende incentivar as atividades de pesquisa e publicação no IFSP.

Programa Hotel de Projetos do IFSP, que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos empreendedores do IFSP, levando em consideração a viabilidade mercadológica de produtos, processos e serviços. O programa foi aprovado pela Resolução no. 925/2013 e, de forma geral, pode-se dizer que o Hotel de Projetos é uma pré-incubadora, com infraestrutura física (escritório, bibliotecas, laboratórios e oficinas) e de serviços (assessoria e consultoria de pesquisadores) oferecidos pelo IFSP para o desenvolvimento de *Projetos Experimentais de inovação*.

Política de Inovação do IFSP, estabelecida pela resolução 431/2011 apresenta o regulamento das atividades relacionadas a proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia no IFSP. Várias ações capitaneadas pelo NIT são decorrentes do estabelecimento desta política, como pedidos de proteção (registros de programas de computador e patentes) e a exploração econômica dos inventos e conexos.

Em Cubatão, com a criação da Diretoria de Pesquisa e Inovação e o Comitê de Iniciação Científica, várias ações estão sendo desenvolvidas no Câmpus Cubatão para dar suporte às atividades de Pesquisa.

Uma dessas ações foi a criação do Laboratório de Apoio à Pesquisa, que visa atender tanto os alunos dos cursos de graduação como os alunos do Curso Técnico de Informática Integrado ao Ensino Médio, bolsistas de Projetos de Iniciação Científica, colocando-os em contato com grupos de pesquisa e suas linhas. Busca também, proporcionar ao aluno, orientado por pesquisador experiente, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa. O laboratório conta com seis computadores, duas bancadas de trabalho e mesa de reuniões. Para o ano de 2015, está prevista uma modernização para 15 computadores, 20 cadeiras giratórias, impressora, quadro branco e armários. O LAP, como é conhecido, é frequentado por 19 alunos bolsistas.

Com a nova Política do IFSP de apoio à Pesquisa, o Câmpus Cubatão passou de um Grupo de Pesquisa em 2010 para sete Grupos de Pesquisa em 2015, são eles: **INFOEDU** - Informática Aplicada à Educação, **SQI** - Sensores Químicos Integráveis, Observatório de Turismo do Litoral Paulista, **GEPEFOP** - Grupo de ensino e pesquisa em educação e formação profissional, **PELTI** - Grupo de Pesquisa em Linguagens, Tecnologia e Inovação, **AUTOMSYSTEM** - O grupo tem por objetivo desenvolver trabalhos na área de automação de processos e de produtos e o Grupo de Pesquisa em Educação Matemática. Também foram

criadas em 2015, quatro salas de pesquisa, específicas para os grupos de pesquisa. Elas contarão com duas mesas e dois computadores em cada sala, além de armário e quadro branco.

Desde 2014, duas vezes ao ano, são lançados editais para seleção de projetos de Iniciação Científica. Cada projeto prevê um Bolsista. Até o momento, foram contemplados 26 alunos bolsistas de 26 projetos, que recebem R\$ 400,00 por mês durante a execução do projeto. Esses projetos propiciam aos alunos bolsistas o desenvolvimento de habilidades nas áreas do conhecimento, estimulando o pensamento científico. Os resultados desses projetos são apresentados em Congressos como: 5º Congresso Científico da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no IFSP (Concistec'14) e no Workshop de Realidade Virtual e Aumentada na cidade Marília –SP. Outra oportunidade oferecida aos alunos do Ensino Médio do Câmpus Cubatão foi a parceria firmada com a Universidade Católica de Santos no Programa de Iniciação Científica para o Ensino Médio. Esta parceria rendeu duas bolsas de Iniciação Científica para os alunos do Câmpus Cubatão, sendo uma delas na modalidade Institucional e a outra na modalidade CNPQ.

Para o ano de 2016, estão previstos no orçamento do Câmpus, auxílio à participação de discentes em eventos com a finalidade de auxiliar os discentes tanto em viagens nacionais, como internacionais, através de edital específico a ser lançado. Também para 2016 o Câmpus tentará sediar o 6º Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP – CINTEC.

PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA APROVADOS EM 2015

Título do Projeto	Aluno Bolsista	Professor Responsável	Duração	Carga horária semanal	Vagas
O turismo de segunda residência na baixada santista e a dinâmica imobiliária em santos - SP	Bruno Cezar da Silva Siqueira	Prof. Júlio César Zandonadi	07 meses	20	1

Redes sociais digitais no ensino de literatura	Reneé Melo de Sousa	Prof. Rafael Rocha Stoppa	07 meses	20	1
Imagem, literatura e contemporaneidade: perceber, compreender, criar	Isis Alvarez Rodrigues	Prof. ^a Rita de Cássia Demarchi	07 meses	20	1
Turismo, cultura e preservação da memória: um estudo sobre o mercado municipal de santos	Suelen Mendonça Nogueira Sousa	Prof. ^a Cintia Rolim de A. Meneguel	07 meses	20	1
Banca didática de medição de sensores analógicos e digitais	Douglas Cerqueira Pedra	Prof. Marcos Marinovic Doro	07 meses	20	1
Tecnologias digitais e a argumentação na matemática Escolar	Andressa Ayumi Gusiken Nucci Pereira	Prof. ^a Claudia Cristina S. de Carvalho	07 meses	20	1
Plataforma geradora de avaliação visual	Natália Carla Silva de Araújo	Prof. Elifas Levi Silva	07 meses	20	1

5.6 - Biblioteca

A Biblioteca possui um perfil escolar atendendo aos cursos: Técnico de informática integrado ao ensino médio, Técnico em automação industrial, Técnico em automação industrial, Técnico em Gestão de Turismo, Técnico em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Educação de Jovens e adultos (EJA).

A Biblioteca do Câmpus Cubatão foi fundada em 1988, devido ao esforço de criação, organização e manutenção da, então Professora de Português, Eloyza Martinez nas antigas instalações da Escola Técnica Federal. Conforme relato da professora, a biblioteca teve início em uma sala pequena com prateleiras amarradas entre si com arame até o teto, com poucos livros doados por alunos, professores e servidores administrativos.

Atualmente, a Biblioteca encontra-se em um espaço físico maior, no prédio construído para abrigar a primeira unidade descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, hoje, Câmpus Cubatão do Instituto Federal de São Paulo.

Seu acervo é constituído por 10469 livros, 257 Obras de Referência, 157 Trabalhos de Conclusão de Curso, e 134 apostilas, totalizando, assim, 11017 itens.

A Biblioteca disponibiliza os jornais "A Tribuna" (versão impressa) e "O Estadão" (versão impressa e digital). Na Biblioteca, há computadores com acesso à Internet, bem como a rede Wi-Fi.

A Biblioteca disponibiliza, também, serviços como: Acesso ao Portal de Periódicos da Capes e a Coleção de Normas da ABNT, Orientação aos usuários quanto à normalização de trabalhos acadêmicos (com horário marcado); Confecção de fichas catalográficas; Levantamentos bibliográficos; Capacitação de usuário em Bases de Dados; Empréstimo de guarda-chuvas; Empréstimo de armários; Tabuleiros de xadrez para os alunos; e atividades culturais, como sarau, rodas de leitura, orientação sobre a profissão de bibliotecário, minicursos de normas para trabalhos acadêmicos e programação voltada à semana de integração aos alunos ingressantes no câmpus.

A Biblioteca do câmpus Cubatão visa atender à comunidade acadêmica e busca dar suporte as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no câmpus.

A biblioteca e a competência em informação

A evolução do conceito de biblioteca vem ocorrendo juntamente com o seu espaço e com sua função, da mesma forma com que seu "conceito e as explicações para a palavra

biblioteca vêm se transformando e se justando por meio da própria história das bibliotecas” (PIMENTEL, 2007, p. 22).

Neste sentido, nota-se uma mudança expressiva no seu escopo, o qual amplia-se de depósito de livros para disseminadora da informação e do conhecimento, assim, as bibliotecas “devem ter seu foco voltado para as pessoas no uso que essas fazem da informação oferecendo meios para que esta circule da forma mais dinâmica possível” (PIMENTEL, 2007, p. 22).

No contexto escolar, o conceito de biblioteca remete seu papel à integração com a sala de aula e no desenvolvimento do currículo escolar. Dessa forma, a biblioteca escolar “funciona como um centro de recursos educativos, integrado ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo primordial desenvolver e fomentar a leitura e a informação” (PIMENTEL, 2007, p. 23).

O Manifesto da Biblioteca Escolar da UNESCO/IFLA (1999) também abrange tais questões e acrescenta que a biblioteca escolar

[...] habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis [...] oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos formatos e meios (UNESCO, 1999, p.1).

Para Maroto (2009, p. 75) a biblioteca escolar não deve ser um apêndice, mas “assumir seu verdadeiro lugar na escola [...], constituindo-se, dessa forma, na primeira oportunidade concreta de acesso ao patrimônio científico e cultural”.

Observa-se, portanto, que a biblioteca escolar pode contribuir para a construção crítica da própria aprendizagem, a partir da interação dos alunos com materiais de informação diversos, permitindo, assim, o desenvolvimento intelectual dos alunos dentro da chamada Sociedade da Informação. Além disso, o bibliotecário deve criar condições que possibilitem aos estudantes habilidades para a utilização crítica e ética das fontes de informação e saber a aprender ao longo de suas vidas. O trabalho em conjunto dos bibliotecários com os professores é fundamental e propicia um processo de aprendizagem mais completo ao se basear na ampla gama de recursos informacionais disponíveis atualmente.

Ressalta-se que a informação é um elemento constituinte do processo educacional e a capacidade de localizar, avaliar e utilizá-la de forma ética são premissas norteadoras para a biblioteca no âmbito escolar. Dessa forma, julga-se tal espaço como o promotor do desenvolvimento da competência em informação.

A competência em informação apresenta-se como um conjunto de habilidades em relação à informação que permite ao discente selecionar, avaliar, interpretar e utilizar as fontes de informação criticamente, conhecendo seus mais variados suportes e formatos. Neste sentido, Dudziak (2003, p.28) afirma que competência em informação é o

[...] processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessários à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida.

Assim, o desenvolvimento de ações voltadas à competência em informação a fim de dar autonomia aos indivíduos na interação com recursos informacionais e com a própria informação em si, diante do caótico contexto informacional característico da atual sociedade é um aspecto essencial que deve ser trabalhado nas bibliotecas e salas de aulas.

Macedo (2005) alerta que o desenvolvimento de projetos de competência informacional na escola possibilita ao aluno habilidades para lidar com a informação, ou seja, buscar, entender, organizar, interpretar, avaliar, utilizar e comunicar a informação, não restringindo-se as noções necessárias para a busca em catálogos e ferramentas eletrônicas, mas também sirva de mola propulsora para mudança de atitude a respeito da informação, do conhecimento, da preparação do escolar para a resolução de problemas e tomada de decisões. O que se espera é o desenvolvimento do desejado espírito crítico e criativo do estudante no decorrer da vida toda (MACEDO, 2005).

Diante do exposto, considera-se responsabilidade da biblioteca e de toda comunidade escolar promover um movimento a fim de gerar a competência em informação nos alunos, permitindo que eles possam acessar e utilizar criticamente a informação para realizar inferências sobre as informações encontradas, organizando suas ideias visando uma apresentação futura e refletindo sobre esse processo. Corroborando, Dudziak (2005) afirma que uma instituição de ensino de qualidade “privilegia o aprender a aprender e a capacidade de intervenção alternativa, baseada numa cultura educacional que prioriza a atitude de pesquisa, de autonomia crítica, a busca criativa”, ou seja, para a expansão da competência em informação atrelada ao ensino, pesquisa e extensão se faz necessária uma sintonia entre o planejamento curricular, o planejamento de ensino, de curso e de aula.

Devido à abordagem tecnológica e de inovação, o Instituto deve instigar seus estudantes a desenvolver a competência em informação a fim de promover a melhor articulação desses

indivíduos na sociedade, auxiliando na construção do espírito investigativo, da inclusão digital, e da educação continuada no aluno.

5.7 – Bolsa Discente

Além das bolsas vinculadas à Pró-reitoria de Pesquisa e de Extensão, que fazem parte do programa de Bolsa Discente, instituído pela Resolução IFSP nº 568, de 5 de abril de 2012, há, também, a Bolsa de Ensino, vinculada à Pró-reitoria de Ensino.

Bolsa de Ensino: Oferece ao estudante a oportunidade de desenvolver atividades educacionais compatíveis com seu grau de conhecimento e aprendizagem, e de interagir com os professores por meio de ações pedagógicas relacionadas às disciplinas dos cursos, apoiando aos demais estudantes do IFSP.

O programa Bolsa Ensino é regulamentado pela Portaria Nº1.254, de 27 de março de 2013, que regulamenta o Programa de Bolsas de Ensino para alunos do IFSP, tendo como principal objetivo apoiar a participação dos discentes em atividades acadêmicas de ensino e projetos de estudos que contribuam para a formação integrada e para o aprimoramento acadêmico e profissional do aluno na área de formação.

O bolsa ensino é desenvolvido no câmpus Cubatão através da Diretoria Adjunta de Apoio ao Ensino, que faz o acompanhamento administrativo do trabalho, e, pedagogicamente, pelos professores autores do projeto com o estudante participante. Nos anos de 2014 e 2015 (em andamento), diversos projetos foram realizados, detalhados a seguir:

Projetos Bolsa Ensino 2014

1.OFICINA DE FÍSICA

Orientador: Prof. Marciel Silva Santos

Bolsista: Gabriel de Oliveira Lucena

2. GERAÇÃO DE SEQUÊNCIA DE EXPERIMENTOS DISCIPLINA MIC

Orientador: Prof. Enzo Bertazini

Bolsista: Jéssica Aparecida da Silva

3. ASSISTÊNCIA E SUPORTE NA ÁREA EDUCAÇÃO BÁSICA – LÍNGUA PORTUGUESA

Orientador: Prof. Rosa Maria Micchi

Bolsista: Victor Hugo de M. Pessoa

4. ELABORAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PARA LABS. ETR3/ETR4

Orientador: Prof. Humberto Hickel de Carvalho

Bolsista: Lais Soares Mulero

5. MONITORIA DISCIPLINA DE TECNOLOGIA DE MATERIAIS

Orientador: Prof. Ana Paula dos S. Nedochetko

Bolsista: Dennis Buttner R. Silva

6. APRENDIZES DO LAPEDI

Orientador: Prof. Elifas Levi

Bolsista: João Gabriel V. Berti

Bolsista: Denise Diniz Ferreira

7. ENSINANDO A APRENDER

Orientador: Prof. Ivaldo Marques Batista

Bolsista: Artur Reznik Martins

Bolsista: Daniel Carvalho H. Moura

8. MIGRAÇÃO DE SISTEMA GERENCIADOR DE CONTEÚDO JOOMLA

Orientador: Prof. Eduardo Henrique Gomes

Bolsista: Douglas A. Clementino

9. SUPORTE E MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA DE TI

Orientador: Prof. Mauricio Neves Asenjo

Bolsista: Julia de Moura Caetano

Bolsista: Adler de M. Berenstein

Bolsista: Alexia Furno Diniz

10. GERAÇÃO DE SEQUÊNCIA DE EXPERIMENTOS DISCIPLINA ELD

Orientador: Prof. Enzo Bertazini

Bolsista: Gabriela Felipe Neto

Bolsa Ensino - Edital 10 de 2015

Título do Projeto	Aluno Bolsista	Professor Responsável	Duração	Carga horária semanal	Vagas
Elaboração e desenvolvimento de experiências de laboratório e simuladores de mecânica dos fluidos e termodinâmica	Arthur Borges Rodrigues	Carlos Henriques Barroqueiro	5 meses	20	1
Estudo de plataformas para execução de sistemas operacionais dedicadas ao ensino	Larissa Noemi Matos de Jesus	Alberto Luiz Ferreira	5 meses	20	1
Tecendo o texto	Talita Barreiro de Souza	Rosa Maria Micchi	5 meses	20	01
Tarefas de laboratório de ELTA4	Heitor Machado Nascimento	Amauri Dias de Carvalho	5 meses	20	1

Monitoria da disciplina tecnologia de materiais	Rafael Eidi Shimada	Ana Paula Fonseca dos Santos Nedochetko	5 meses	20	1
Utilizando o excell e SQL em estatística	Hector Silva Marinho	Maria Jeanna S. dos Santos Roseli Fernandes Rocha	5 meses	20	1

Bolsa Ensino - Edital 002 de 2015

Título do Projeto	Aluno Bolsista	Servidor Responsável	Duração	Carga horária semanal	Vagas
Estudo da oferta turística da Costa da Mata Atlântica	Marcos Araújo Balzano	Prof. ^a Catherine Cavalcanti Margoni	10 meses	20	1
Estagiários - Laboratórios Informática	Yago de Lima Barbosa e José Henrique Pereira Santos Tavares	Prof. Maurício Asenjo	10 meses	20	2
Elaboração de Conjunto de Experiências de Eletrônica Básica	João Paulo Gomes	Prof. Humberto Hickel	10 meses	20	01
Laboratório de eletrônica digital	Cláudio Henrique Feitosa	Prof. Elcio Rodrigues Aranha	10 meses	20	1

Laboratório de Biologia	Victória Giovanna e Juliana Skurtinski	Profª. Michelle Alves da Silva	10 meses	20	2
Laboratório de controlador lógico programável	Raife Ferreira Oliveira	Prof. Elcio Rodrigues Aranha	10 meses	20	1
Oficina de Física	Ana Clara Silva e Luan Filipe Monteiro Rosa	Prof. Marciel Silva Santos	10 meses	20	2
Testes experimentais em laboratório de automação industrial	Carlos Baccarin	Walter Borysow	10 meses	20	1

5.8 – PRONATEC

O PRONATEC é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado pelo Governo Federal em outubro de 2011, com o intuito de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, além de encaminhar os estudantes concluintes ao mercado de trabalho, agregando ensino de qualidade para todos.

Em Cubatão, foi realizado, em julho de 2015, pactuação para abertura do curso FIC Almojarife no segundo semestre. O processo ainda está em tramitação e iria começar em agosto deste ano, no entanto por questões orçamentárias não foi possível a sua efetivação. Estava previsto o curso de formação inicial e continuada de almojarife no sistema prisional em São Vicente, na penitenciária II com duração de 160 horas, com 30 vagas.

5.9 – Órgãos Colegiados do IFSP

5.9.1 Conselho de Câmpus

O Conselho de Câmpus é o órgão normativo, consultivo e deliberativo, como instância máxima no âmbito de cada câmpus, por delegação do Conselho Superior do Instituto Federal de São Paulo. Conta com a composição do diretor, representantes docentes, discentes, técnicos-administrativo e sociedade civil. Compete a ele subsidiar e assessorar a Direção-Geral do Câmpus, aprovando diretrizes para atuação local, propostas orçamentárias, projetos, regulamentos internos e normas disciplinares, entre outras atribuições. Assim, serão estabelecidas competências gerais do Conselho de Câmpus no que se refere a: informações da comunidade relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão; diretrizes e metas de atuação do câmpus e o zelo pela adequada execução de sua política educacional; calendários acadêmicos do câmpus; promoções e divulgações das atividades do IFSP junto à sociedade; questões submetidas à sua apreciação; propostas de projetos pedagógicos de cursos, bem como suas alterações.

5.9.2 Colegiado de Curso

O colegiado de curso é um órgão consultivo e deliberativo de cada curso superior do IFSP. Composto pelo coordenador do curso, docentes, discentes e técnico-administrativo, tem entre suas competências conduzir e aprovar os trabalhos de reestruturação do Projeto de Curso, fornece pareceres específicos, avaliar as propostas de projetos e convênios, etc.

5.9.3 Conselho de Classe (Pedagógico e de Curso)

Os Conselhos de Classe do IFSP são organizados como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico Consultivo) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação dos docentes da respectiva turma, do Coordenador de Curso/Área e do Pedagogo da Coordenadoria Sociopedagógica.

É presidido pelo Pedagogo da Coordenadoria Sociopedagógica ou, em sua ausência, pelo Coordenador de Curso. Ocorre de acordo com as necessidades apontadas pelo Coordenador do Curso ou pela Coordenadoria Sociopedagógica de cada Câmpus, com periodicidade bimestral, é dividido em três partes: na primeira, os docentes farão uma análise da turma identificando progressos, detectando dificuldades da turma no processo de ensino e aprendizagem; na segunda, a Coordenadoria Sociopedagógica apresentará dados de evasão e outros que auxiliem a compreensão do panorama traçado na primeira parte e também proporá

alternativas didático-pedagógicas a serem adotadas visando sanar as dificuldades encontradas; na terceira, os membros, se necessário, farão as considerações finais e possíveis encaminhamentos.

Conselho de Classe Deliberativo: são realizados ao final do período letivo e divididos em três partes: na primeira, o Representante da Coordenadoria Sociopedagógica fará uma análise da ficha individual de avaliação do estudante na série/módulo; na segunda, o Conselho de Classe deve elaborar o parecer sobre a situação final do estudante na série/módulo; na terceira, após a conclusão do Conselho de Classe, a Coordenadoria Sociopedagógica encaminhará lista à Coordenadoria de Registros Escolares, contendo a relação nominal dos estudantes submetidos ao conselho, devidamente assinada pelos professores e Coordenador de Curso/Área.

5.9.4 Os órgãos colegiados do Câmpus Cubatão: Conselhos de classe pedagógico

Os conselhos de classe acontecem após o término de todos os bimestres, sob a responsabilidade da Coordenadoria Sócio Pedagógica (CSP). Para apoio ao processo, a CSP envia aos professores uma ficha de acompanhamento dos alunos e da turma para considerações, sendo indicado o acompanhamento de frequência, comportamento, aprendizagem e entrega de atividades solicitadas pelos professores, entre outros aspectos relevantes do seu processo de ensino-aprendizagem.

Para realizar o conselho, a Coordenadoria de Registros Escolares envia os mapas de notas de todas as turmas, em que constam nota e frequência retiradas do Sistema Nambei. Com estes mapas, durante o conselho analisa-se aluno por aluno e turma por turma, sendo apresentada a situação de cada aluno (notas, aprendizagem e comportamentos) entre outros problemas que sejam do conhecimento da equipe pedagógica.

Após o Conselho, todas estas informações são registradas em um relato individual do estudante. Em seguida é realizado um levantamento de cada aluno e cada turma que apresentam nota abaixo da média (seis), problemas de comportamento, sendo o aluno convocado pela Coordenadoria Sócio Pedagógica para orientação e acompanhamento. Nos casos mais graves, os pais são convocados para que tomem ciência dos problemas enfrentados pelo aluno e colaborem para que o estudante possa superar as dificuldades.

5.9.5 Conselho de Câmpus (CONCAM)

O Conselho de Câmpus em Cubatão em processo de organização, após a Resolução nº 45/2015, de 15 de junho de 2015, que aprova o Regimento do Conselho do Câmpus. A partir dessa portaria foi nomeada comissão eleitoral para a escolha dos membros do conselho do câmpus Cubatão, e após a eleição colocá-lo em pleno funcionamento.

5.9.6 Comissão de Área para Atividade Docente (CAAD)

Em 2014 foram instituídas as CAADs no câmpus Cubatão através da Portaria CBT.0005/2014 de 04 de novembro de 2014, para o Curso Superior de Tecnologia de Gestão de Turismo, Portaria CBT.0006/2014 de 04 de novembro de 2015 – para a Área de Indústria, Portaria CBT.0007/2014 de 04 de novembro de 2015 – para a Área de Informática, Portaria CBT.0008/2014 de 04 de novembro de 2015 – para o Curso Técnico de Informática Integrado ao Ensino Médio e EJA, designando membros das CAAD dos cursos oferecidos no câmpus. Segundo os responsáveis pelas comissões, as reuniões estão ocorrendo conforme calendário específico de cada área.

5.9.7 Colegiado de Curso do Curso Superior Tecnológico de Automação Industrial

O Colegiado do Curso Superior Tecnológico de Automação Industrial do câmpus Cubatão foi nomeado pela portaria CBT nº 0025/2014 de 10 de dezembro de 2014 e empossado em março de 2015.

Seus membros são Amauri Dias de Carvalho, presidente, Ataliba Capasso Moraes, Carlos Henrique Barroqueiro, Charles Artur Santos de Oliveira, Élcio Rodrigues Aranha e Enzo Bertazini, como representantes docentes, Livia Reis Dantas de Souza, como representante dos técnicos administrativos, e Gabriela Felipe Neto, Silvia Aparecida Ribeiro e Valderi Silveira Pinto Junior, como representantes discentes.

Por ser ainda recente, nenhuma atividade foi desenvolvida até o momento. O colegiado conduzirá e aprovará em primeira instância os trabalhos de reestruturação do Projeto de Curso, inclusive, a grade curricular, o perfil do egresso, o projeto de estágio supervisionado, estrutura de pré-requisitos para apreciação e aprovação de instâncias superiores do IFSP. Emitirá parecer,

quando solicitado, sobre: aproveitamento de estudos, de competências acadêmicas e profissionais, aceleração de estudos, transferências e de adaptações, mediante requerimento dos interessados e apresentação dos documentos comprobatórios, estabelecerá, semestral, ou anualmente, os critérios de seleção para preenchimento de vagas remanescentes ociosas a partir do segundo semestre/ano. Elaborará e aprovará regulamento de atividades complementares, estabelecerá critérios e procedimentos de acompanhamento e avaliação do Curso, organizará o processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento do Curso, analisará e dará parecer de solicitações referentes a avaliação de atividades executadas pelos alunos não previstas no regulamento de atividades complementares, avaliará as propostas de Projetos e Convênios encaminhados pela Coordenação do Curso, apontará as necessidades de alocação de recursos materiais, humanos, bem como capacitação destinada ao aprimoramento do Curso. Ainda, avaliará a solicitação de dispensa de alunos-monitores, mediante proposta de seu coordenador, a ser submetida ao órgão responsável e deliberará em primeira instância sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão do Curso.

O Colegiado funciona em sessão plenária, com a maioria absoluta de seus membros, em primeira chamada, e com qualquer número, em segunda chamada, reunindo-se ordinariamente duas vezes por semestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pelo seu Presidente, por sua própria iniciativa ou a requerimento de, no mínimo, um terço de seus membros.

5.9.8 Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo

Perspectivas e possibilidades

“O turismo deixou de ser apenas um complexo socioeconômico para se tornar uma das forças transformadoras do mundo pós-industrial. Juntamente com as novas tecnologias (telecomunicações, engenharia genética, etc.) o turismo está ajudando a redesenhar as estruturas mundiais, influenciando a globalização, os novos blocos econômicos e, em última análise, a nova ordem internacional”
(TRIGO,1997, p.9).

Quase 15 anos se passaram após esta afirmação de Luiz Tiago Schulze¹⁰, na obra “A sociedade pós-industrial e o profissional de turismo”, que, de certa forma, é coincidente a um momento histórico no Brasil em que a formação profissional de Turismo começa efetivamente a ser encarada com maior vigor e motivo para que o país pudesse efetivamente se consolidar como destino turístico relevante no cenário não somente nacional, mas internacional. Vários cursos foram abertos, muitos outros foram fechados, dissertações de mestrado e teses de doutoramento foram defendidas, crises econômicas vieram, foram superadas, outras nem tanto, foi instituído um Ministério do Turismo e até uma Copa do Mundo o Brasil sediou.

Inserido neste caldeirão pós-industrial encontra-se o Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo do Instituto Federal de São Paulo – Câmpus Cubatão, buscando constantemente formar profissionais e cidadãos que irão se inserir nas mais diversas carreiras em turismo, atentando para a missão institucional e objetivos educacionais do IFSP, e efetivamente contribuindo para o desenvolvimento da Costa da Mata Atlântica, que abrange não somente Cubatão, *lócus* do IFSP, mas efetivamente Santos, Guarujá, Mongaguá, Itanhaém, São Vicente, Bertioga, Peruíbe, Praia Grande, através da oferta de um curso alinhado com os padrões de excelência demandados por este mercado em constante expansão, mas também com um conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão em marcha. Neste sentido, relata-se brevemente as principais ações do curso no ano de 2015

O Colegiado de Curso Superior de Tecnologia de Gestão em Turismo, foi criado pela Portaria CBT. 0024/2014, de 10 de dezembro de 2014.

No dia 11 de fevereiro de 2015, foram empossados os novos membros do colegiado do CST de Gestão de Turismo, constituído por docentes, técnicos administrativos e discentes, reafirmando o caráter democrático de todas as decisões tomadas para o desenvolvimento do curso. Até o presente momento, foram realizadas mais duas reuniões, uma para se discutir as atribuições dos membros representantes do colegiado e outra, realizada em sessão extraordinária, para avaliação e deliberação dos pedidos de dispensa de disciplinas. Seguem algumas ações do curso:

Evento Dia Internacional da Mulher

Entendendo que um Instituto Federal também é espaço para discussão de ideias, reflexões e, sobretudo, mobilização social, foi organizada pelo curso de Turismo e realizada no

¹⁰ Doutor em Educação Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo IFSP-Cubatão.

dia 6 de março de 2015 a Mesa Redonda “Dia Internacional da Mulher”, evento que contou com a participação de Eneida Koury (Sindicalista) Débora Camilo (Coordenadora de Cultura e Cidadania do Núcleo Educafro Valongo), Dora (líder indígena), Andréia (motorista de ônibus), além das professoras Dra Ana Paula Nedochoetko, Ms. Rosa Maria Micchi, Ms. Jeanna Santos e Ms. Cinthia Meneguel, bem como da aluna Iara Pedro, que abrilhantaram o evento.

Bolsas de Ensino, Pesquisa e Extensão

Uma das grandes realizações do CST de Turismo no primeiro semestre diz respeito ao aumento de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão no ano de 2015. No início do segundo semestre de 2014, houve apenas uma bolsa remanescente para o curso de Turismo para um total de 8 bolsas atribuídas até o início de abril, não consideradas ainda as bolsas remanescentes de Iniciação Científica e Extensão. O aumento de projetos foi propiciado não apenas pelo empenho dos docentes da área, mas sobretudo pela colaboração da equipe técnica administrativa do câmpus, bem como da equipe gestora, que contribuíram em todos os momentos na solução de dúvidas, auxílio quanto a preenchimento de formulários, atenção a itens do edital e muitas vezes até com ideias que sem dúvida contribuíram para que as propostas fossem aprovadas. Dá-se destaque aqui também a um projeto que contemplou um aluno do curso de turismo, mas que foi idealizado pela servidora Lívia Reis Dantas de Souza, Coordenadora de Comunicação Social. Compreendendo a necessidade de atenção maior ao setor de eventos do câmpus, a servidora identificou no Curso Superior de Turismo o perfil discente ideal para que a proposta pudesse ser viabilizada.

Destaca-se ainda que destes projetos surgiram parcerias com a Secretaria de Turismo do Município de Cubatão, com o Santos & Região Convention & Visitors Bureau e ainda, de forma mais recente, com o Departamento de Revitalização da Secretaria de Turismo de Santos.

Reestruturação curricular do PPC

Outro aspecto a ser enfatizado nesta página diz respeito à reformulação do currículo do Curso de Turismo. Com o estreitamento de parcerias do curso com os diferentes *stakeholders* turísticos locais, dando finalmente a visibilidade necessária ao curso, o Núcleo Docente Estruturante compreendeu a necessidade de se reformular o Projeto Pedagógico do Curso, tendo em vista atentar para as demandas emergentes na Região da Costa da Mata Atlântica, e

finalmente para que o curso se consolide como um dos principais *locus* de formação em turismo, não somente na região, mas no Brasil.

Desafios

O turismo, por ser considerado ainda um fenômeno, e não uma ciência consolidada, como Educação, Antropologia, Matemática, Engenharia, dentre outras inúmeras áreas do conhecimento que possuem o *status* de ciência devido ao sólido corpo de conhecimentos consolidado ao longo de décadas de estudo, congressos, seminários, teses de doutoramento, publicações de livros, dentre outros elementos, sofre preconceito por parte de tais áreas, que encaram o turismo como área “leve” do conhecimento, já que são estudados temas relacionados ao mundo do entretenimento ou aquilo que as pessoas fazem em seu tempo livre, ao invés dos alunos serem obrigados a se debruçarem por horas na busca pela solução de um cálculo (vale lembrar aliás, da importância da matemática financeira para formação do profissional de turismo que atuará em hotéis como Revenue Manager, agências de turismo e viagem e outras áreas). Trabalhar e refletir sobre o que as pessoas fazem em seu tempo livre demanda um esforço grandioso dos profissionais de turismo, já que tais profissionais lidam, não somente com expectativas e desejos de hóspedes, não apenas clientes, mas sobretudo com sonhos e experiências memoráveis.

Esta dificuldade e preconceito em relação aos cursos de Turismo foi relatada sobretudo por John Tribe, em visita a Universidade de São Paulo – USP Leste, quando o mesmo indicou que pela primeira vez na história, um reitor proveniente da área de Turismo assumiria uma universidade. Tal fato ocorreu em Surrey na Inglaterra.

Neste sentido, os educadores do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo do Instituto Federal de São Paulo – Cubatão compreendem a missão de buscar constantemente a excelência na formação dos profissionais e cidadãos provenientes desta instituição, e de que, através do trabalho desenvolvido, dos projetos em marcha e vindouros, a imagem da necessidade de formação sólida para se atuar em um mercado tão complexo e promissor, cuja missão é encantar pessoas e propiciar experiências memoráveis, se consolide cada vez mais.

5.9.6 – Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação - CPA-IFSP é o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo - IFSP, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

Etapas da avaliação interna

1.PLANEJAMENTO

A elaboração do Programa de Avaliação Institucional compreende a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas. O planejamento, discutido com a comunidade acadêmica, deve levar em conta as características da instituição, seu porte e a existência ou não de experiências avaliativas anteriores.

2.SENSIBILIZAÇÃO

No processo de Autoavaliação, a sensibilização busca o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários e outros meios de comunicação. A sensibilização deve estar presente tanto nos momentos iniciais quanto na continuidade das ações avaliativas.

3.DESENVOLVIMENTO

No desenvolvimento do processo de avaliação institucional a CPA-IFSP procura assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos.

4.CONSOLIDAÇÃO

Esta etapa refere-se à elaboração, divulgação e análise do relatório final. Contempla, também, a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da instituição.

EIXOS AVALIADOS

Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014, aprova, em extrato, os indicadores do instrumento de avaliação institucional externa que subsidia os atos de credenciamento,

recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, eixos:

- 1- Planejamento e Avaliação Institucional
- 2- Desenvolvimento Institucional
- 3- Políticas Acadêmicas
- 4- Políticas de Gestão
- 5- Infraestrutura

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, foi instituída no IFSP, em consonância com o art. 11, da Lei nº10.861/2004, como órgão de coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional, de orientação, de sistematização e de prestação de informações às unidades universitárias e ao SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Ela é composta por representantes externos e internos ao IFSP (professores, alunos e servidores técnico-administrativos) e tem como função coordenar a Autoavaliação Institucional do IFSP. É importante ressaltar que os processos de avaliação interna são fundamentais para a tomada de decisão e para a melhoria contínua da qualidade acadêmica.

Sobre a Comissão Central

Ela é composta por representantes externos e internos ao IFSP (professores, alunos e servidores técnico-administrativos).

A função constituinte da CPA é coordenar a auto avaliação Institucional do IFSP, desde a elaboração do método, passando pela sua implementação e pela sistematização dos resultados, até a redação do relatório final. Este relatório subsidia o planejamento administrativo-pedagógico do Instituto e é usado pelo INEP/MEC no recredenciamento institucional e no reconhecimento dos cursos, dentre outros. Maiores informações podem ser encontradas na página da CPA no sítio do IFSP em <http://www.ifsp.edu.br/cpa/>

Sobre a comissão local do Câmpus Cubatão

É composta pelos seguintes membros eleitos: Professora Wanda Silva Rodrigues, Professor Carlos Augusto Porto Ferreira, representantes docentes, Mariângela Vieira Canuto, representante técnico administrativo, Lourrayne Vitória Vitor Campos, representante discente.

A presidência da comissão foi estabelecida em reunião do dia 11/11/2014 e ficou sob responsabilidade da Prof. Wanda Silva Rodrigues. Na mesma reunião foi enfatizada a responsabilidade da comissão em articular e coordenar os trabalhos de avaliação interna, que influenciarão nas decisões para a melhoria contínua das práticas administrativas e da qualidade dos cursos oferecidos pelo câmpus.

De 5 a 28/11/2014 foram aplicados os questionários da avaliação institucional 2014, cujo resultado está disponível na página da CPA no sítio do IFSP.

A estratificação e análise dos dados obtidos através da pesquisa feita com os alunos do curso superior, docentes e técnicos administrativos do câmpus Cubatão, em novembro, foi enviada ao Diretor do câmpus em Abril de 2015. Houve um total de 127 respondentes, divididos em 14 técnicos administrativos, 26 docentes e 87 alunos de curso superior, evidenciado a necessidade de se divulgar melhor o trabalho da CPA e da importância de resultados da pesquisa de avaliação institucional.

As ações a serem tomadas devido à pesquisa serão objeto de reunião com a diretoria do câmpus para elaboração de um plano de ação local.

Em 15/4/2015 ocorreu a primeira reunião presencial das comissões próprias de avaliação locais com a central, em que foram definidas as diretrizes para a próxima pesquisa, a ser aplicada em Outubro de 2015.

5.10 – Movimento Estudantil

O Movimento Estudantil é canal para a construção da cidadania, mobilizando os indivíduos e colaborando para a formação de um profissional ético, cidadão e consciente de suas responsabilidades e de seus direitos. Fortalece o vínculo do estudante com a instituição de ensino e sua identidade, favorecendo as mais diversas formas de interação, além de representar e defender os interesses da categoria estudantil.

Pode organizar-se por meio de Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes.

Centros Acadêmicos são entidades civis, independentes de partidos políticos, órgãos públicos ou privados, de caráter estudantil e sem fins lucrativos, que representem os discentes de cada curso dentro da estrutura administrativa de uma instituição. Devem estudar e debater problemas relacionados com as condições de estudo e rendimento acadêmico dos discentes,

bem como podem e devem patrocinar o desenvolvimento do espírito universitário, eventos culturais e eventos esportivos.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade representativa de todos os estudantes do IFSP, com a função de organizar e de expressar as vontades, anseios e as posições políticas dos estudantes. Deve incentivar a participação dos estudantes nos acontecimentos políticos nacionais, internacionais e de interesse institucional. E, em consonância com os Centros Acadêmicos (CAs), devem criar políticas institucionais acadêmicas que promovam a conscientização discente sobre seus direitos e na criação de uma consciência crítica do papel da instituição educacional.

5.10.1 Grêmios Estudantil Chico Mendes

O Grêmios Livres é uma associação de alunos de uma escola, que representa e defende os direitos dos estudantes. Fazem parte dos grêmios estudantis todos os alunos regularmente matriculados na unidade de ensino.

Como representação estudantil os grêmios defendem os direitos dos estudantes nas lutas por: reformas nas escolas, melhoria na educação, qualidade da merenda ou refeições na escola, contra o aumento abusivo de mensalidades escolares, fiscalização de verbas destinadas as escolas e organização de atividades culturais, esportivas e de lazer.

Os Grêmios tiveram um papel importante na história do país, como na participação da resistência à ditadura militar e atualmente participam ativamente em movimentos sociais por uma educação de qualidade.

A história da representação estudantil no Brasil se tornou marcante como uma luta para efetivar a democratização do país e das escolas a partir dos movimentos estudantis no período de exceção, em resistência ao governo militar que se estabeleceu no país no regime de exceção.

Em Cubatão o Grêmios Chico Mendes teve papel relevante na manutenção do espaço escola e na resolução de problemas relacionados a infraestrutura da antiga Escola Técnica Federal em 1988, ligados a falta de professores, pessoal técnico-administrativo espaço físico, recursos financeiros, e equipamentos para realização das aulas.

O Grêmios possui esse nome em homenagem ao ativista ambiental brasileiro Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como "Chico Mendes" (Xapuri, 15 de dezembro de 1944 - Xapuri, 22 de dezembro de 1988.), foi um seringueiro, sindicalista e ativista ambiental

brasileiro. Sua intensa luta pela preservação da Amazônia o tornou conhecido internacionalmente e foi a causa de seu assassinato. (GRÊMIO CHICO MENDES, 2016)

A luta do grêmio se confunde com a luta da manutenção do Câmpus Cubatão, pois desde o seu início está envolvido com a necessidade de se manter uma instituição de ensino federal na região.

Integrantes do Grêmio 2016

Gabriel Costa - presidente

João Pedro Canaes - vice presidente

Bruna Gross - primeira secretária

Bruna Fontes - segunda secretária

André Oliveira - tesoureiro

Rafaela Figueiredo - coordenadora manhã

Beatriz Domingues - coordenadora tarde

Luiz Henrique Tenório- coordenador noite

Pedro Feijó - diretor de comunicações

Carla Braga - diretora de cultura

Fernando Guimarães - diretor de esporte

Isabelle Beserra - diretora de meio ambiente

Victor Barbosa - diretor sobre áreas técnicas

Alexandre Schumacher - diretor de educação

João Melques - primeiro suplente

Antônio Carlos Dias - segundo suplente

E 2015 foram realizados diversos eventos pela antiga gestão do grêmio que terminou em março de 2016 entre eles o **Acústica Federal**, que ocorreu na data 25/04/2015. O evento, novidade no câmpus, se constituiu em música - apresentações grupais ou individuais na qual os alunos puderam fazer parte, seguindo um processo de inscrição – e alimentação, que foi fornecida pelas comissões de formatura. As mesmas comercializaram os produtos de suas preferencias, procurando sempre não fugir do tema proposto.

Ainda no tema de Cultura, foram propostos outros eventos, que acontecerão ao longo do ano. São eles:

- **In Concert:** já existente em nosso câmpus, conta com apresentações ao vivo - onde os alunos inscrevem suas respectivas bandas para tocar na data de realização do evento. No caso do número de inscritos ser maior que o de vagas, os alunos/bandas inscritos (as) serão votadas e enfim poderão tocar no evento – e alimentação, comercializada pelas comissões de formatura.
- **Halloween:** efetuado em nosso câmpus anualmente, o Halloween é uma festa temática e opcionalmente à fantasia. Os alimentos presentes no evento também serão comercializados pelas comissões de formatura.

Há ainda a proposta da realização de outro **Acústica Federal**, ainda no ano de 2015. No que diz respeito aos esportes, no início do ano foi realizado o **Festival de Integração**, evento de um dia proposto para interação entre os alunos novos. Está em andamento o **Inter Classes**, campeonato de futsal entre os times de cada sala; o mesmo está sendo supervisionado por professor de Educação Física e conta também com a participação dos alunos do Ensino Superior. As pretensões para o final do ano são a realização do **IFetec – Integração entre ‘IFSP’ e ‘Escola Técnica Estadual de Cubatão’**, que une os grêmios da Etec e do Câmpus em uma disputa num campeonato de futebol, e o **IFETÃO**, campeonato futebolístico realizado entre os times existentes no Câmpus. Um pouco diferenciada, a gestão de 2015 tem a proposta de realizar uma **visita técnica para o Instituto Florestal de Cubatão**, onde seriam executadas palestras e atividades com o intuito didático sobre ecologia e preservação do meio ambiente.

Desenvolveram-se também projetos colaborativos para ajudar o desenvolvimento acadêmico nas áreas técnicas, como o **Grupo de Desenvolvimento de Software** – que está em andamento; inicialmente, este projeto tem o intuito de criar programas que melhorem o dia a dia de nossa escola, buscando elaborar projetos que organizem documentos, matrículas e rematrículas, e até aplicativos móveis para que possamos usar para ter ciência da ausência de professores e etc., com o tema escolhido por votação dos membros docentes/discentes inscritos na participação da iniciativa. Este projeto visa, de uma maneira diferenciada, aprimorar o conhecimento dos alunos nas áreas técnicas e envolvê-los mais com a escola, possibilitando aos mesmos dar sua contribuição social à escola. Pretende-se também incluir o Câmpus Cubatão nos **Campeonatos de Lógica**, disputas baseadas em conhecimento lógico, tanto em nível universitário como federal – como Olimpíada

Brasileira de Informática (**OBI**)¹¹. A formação de equipes ou a escolha de membros individuais serão feitas através de uma seletiva do câmpus, contando com exercícios de lógica para avaliar o nível do participante para que, então, um participante fosse escolhido para representar o câmpus Cubatão.

Ainda na área pedagógica, há o **Reforço Dinâmico** – que tem como proposta que as dúvidas dos alunos possam ser sanadas por outros alunos do Câmpus com melhor entendimento da disciplina, promovendo, assim, interação entre as turmas – e o **Simulado Enem**, aos moldes dos que são promovidos pela Região Metropolitana da Baixada Santista, visa auxiliar os alunos dos terceiros e quartos anos no seu preparo para o Enem – em andamento. Neste ano de 2015, em colaboração com a Coordenadoria de Curso e Ensino Médio, em virtude de alguns problemas ocorridos na organização do período de provas no primeiro bimestre para as turmas do Ensino Médio Integrado ao Técnico de Informática, o Grêmio, atendendo às reivindicações discentes, foi responsável pela articulação que culminou no retorno da semana de provas, trazendo contribuições e melhorias ao processo de ensino e aprendizagem.

5.10.2 Diretório Acadêmico Eremias Delizoicov (D.A.E.D.)

O D.A.E.D. foi idealizado pelos discentes Jonatha Hudson Santos de Oliveira, Shirley Barros Felipe e Iara Pedro que juntos criaram o atual estatuto. Após a discussão do estatuto e apresentação, formou-se uma primeira chapa eleita pelos discentes regularmente matriculados nos cursos superiores do câmpus Cubatão. A chapa eleita não teve fôlego para administrar as atividades do D.A. encerrando suas atividades sem iniciarem o processo de novas eleições.

Conhecendo o problema instaurado, o discente Jonatha convidou outros interessados para criar uma comissão para reestruturação do diretório acadêmico do câmpus. A atual comissão se reúne esporadicamente e está trabalhando arduamente para iniciar novamente o processo de eleições para candidaturas de novas chapas.

¹¹ A Sociedade Brasileira de Computação (SBC) anuncia a realização da XVII Olimpíada Brasileira de Informática (OBI2015), uma competição organizada nos moldes das outras olimpíadas científicas brasileiras, como Matemática, Física e Astronomia. O objetivo da OBI é despertar nos alunos o interesse por uma ciência importante na formação básica hoje em dia (no caso, ciência da computação), através de uma atividade que envolve desafio, engenhosidade e uma saudável dose de competição. A organização da OBI está cargo do Instituto de Computação da UNICAMP. Acesso em 04/08/2015. Disponível em: <http://olimpiada.ic.unicamp.br/info/geral>

Neste meio tempo, os alunos componentes da comissão respondem pelas atividades administrativas do D.A.E.D.

Alunos componentes da comissão, a saber: Jonatha Hudson Santos de Oliveira (tur571); Murilo Oliveira Benevides (ADS371); Lúcio Alpino (tur271); Fabiana Camillo (tur271); José Bernardo (tur471); Sandro Rogério Alves de Avelar (tur371); Thaís Rodrigues Carvalho (SAI371).

Capítulo 6 – Diagnóstico, Metas e Ações

Desde 24 de setembro de 2014, foram realizadas mais de 30 (trinta) reuniões da Comissão de Elaboração do PPP, 7 (sete) apresentações para toda a comunidade, 2 (duas) apresentações aos docentes durante planejamento pedagógico, 6 (seis) videoconferências, criação de *blog*, cuja finalidade foi estabelecer um canal de comunicação com a comunidade interna e externa no período de execução do PPP, 2 (duas) consultas públicas via formulário *online*, 2 (duas) oficinas de elaboração do capítulo VI, junto aos discentes e diversos atendimentos setoriais para os servidores que tinham interesse em esclarecer dúvidas sobre o envio de sugestões de ações para o Capítulo VI.

A partir das participações e considerações enviadas pela comunidade escolar, houve a compilação e a redação das metas e ações para a Proposta Político-Pedagógica do Câmpus Cubatão. Foram consideradas e registradas todas as indicações enviadas pela comunidade escolar por meio de *e-mail*, postagem em *blog*, e através de dois *links* disponibilizados no *googleform* (https://docs.google.com/forms/d/1AfH64bJ3xprERy9Us-_LOKco5ePDhwQF903G6rciSPc/viewform?c=0&w=1 e <http://goo.gl/forms/qMIcK8ce>), que possibilitaram o envio de ações para o Capítulo VI do PPP, pela comunidade interna e

externa, em formulário específico, contendo as dimensões sugeridas pelo PPP - Dimensão do Ensino, Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, Extensão e Administrativa.

Salienta-se que foram aceitas sem exceções as indicações de todos os segmentos do câmpus: alunos, servidores (professores e técnico-administrativos), pais e pessoas da comunidade externa. Após o primeiro momento de indicação e sugestão, foram realizados o registro e a apresentação à comunidade em duas reuniões (ocorridas em 09 e 14 de setembro de 2015). Após as reuniões, a comissão do PPP definiu, em conjunto com a comunidade escolar, que cada proposta seria acatada e registrada no capítulo VI do PPP do Câmpus Cubatão.

Os diagnósticos e as ações recebidos refletem os anseios da comunidade para efetivar, de fato, uma educação de qualidade no câmpus nas dimensões apresentadas. Segundo análise dos presentes nas reuniões de socialização e discussões sobre as propostas, houve consenso de que são propostas viáveis e necessárias, mas que algumas dependem de fatores externos ao câmpus, como o caso de disponibilização de recursos para o Programa de Assistência Estudantil (PAE) com maior rapidez e demais recursos financeiros para efetivar ações que dependem diretamente de uma previsão orçamentária.

Outras ações solicitadas, já estão ocorrendo, de acordo com a Direção Geral do câmpus. O fato de a comunidade solicitá-las como algo inédito causou estranhamento pela Direção Geral. Segundo os presentes na reunião de socialização e discussão das ações, ficou demonstrada a necessidade de se envidar esforços para que a comunicação dos gestores da escola com a comunidade escolar seja mais efetiva, diversificada e direta.

A divulgação de ações e o diálogo com todos da unidade de ensino – equipe de gestão, administração, alunos, pais, professores e demais servidores - se fazem necessários.

Fica clara a necessidade de se investir na comunicação social e em ações que socializem demandas no ambiente acadêmico, para que todos, de uma forma mais efetiva e democrática, participem, critiquem e contribuam para que se chegue a um consenso em ações efetivas para a comunidade escolar.

Notou-se que a infraestrutura é um outro fator de grande preocupação da comunidade escolar, desde situações do cotidiano escolar referente à manutenção diária do próprio público a ações de conscientização em preservação do patrimônio escolar. Demais sugestões apontaram para a necessidade de um ambiente mais sustentável, organizado e democrático. Os exemplos foram a indicação de eleições para coordenadores e diretores dos setores escolares, o direito de definir quais são as reformas e construções necessárias ao ambiente acadêmico, participação nas definições e divisões orçamentárias entre outras ações essenciais à qualidade de vida no câmpus - para os alunos e servidores.

Outra questão é a necessidade de uma maior autonomia, mostrando a importância da concretização do Conselho de Câmpus (CONCAM), com efetivação em final de 2015, após o processo eleitoral.

Considerando a realidade local, foi preciso criar mais uma **dimensão**, para além das dimensões sugeridas pela Pró-Reitoria de Ensino, incluindo-se a de **infraestrutura de informática**, solicitada pela Coordenadoria de Informática e Pesquisa, que indicaram sugestões que compreenderam a viabilização de sistemas informatizados de gestão administrativa e educacional, buscando acompanhamento e controle de demandas diversas do câmpus. As demais sugestões, advindas dos membros da comunidade foram registradas conforme quadro geral sugerido.

A Comissão de Elaboração, na conclusão de seus trabalhos, após enviar para a equipe da Pro- Reitoria de Ensino que coordena os trabalhos de todos os câmpus, também entregará uma cópia do documento enviado - Projeto Político Pedagógico - à Direção Geral do Câmpus Cubatão e a todos os servidores por e-mail e aos membros eleitos para o Conselho de Câmpus, disponibilizando cópias para o Grêmio Acadêmico Chico Mendes e Diretório Acadêmico, para acompanhamento e efetivação do PPP.

6.1 - Dimensão: Ensino

6.1 - Dimensão: Ensino		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
<p>1.Apoio/voz ao aluno: falta a participação dos estudantes em decisões importantes para o Instituto e também, atenção por parte das coordenadorias, para com o aluno. Isso, conseqüentemente, afeta ao desempenho e aprendizado do estudante.</p>	<p>Ação 1: Incluir os estudantes nas decisões importantes para a escola, como, por exemplo na escolha dos coordenadores de curso;</p> <p>Ação 2: Realizar reuniões bimestrais/trimestrais com os alunos para saber como está o desempenho/progresso na escola,</p>	<p>Diretoria Adjunta de Apoio ao Ensino (DAE), Diretoria Acadêmica (DAC), Coordenadoria de Ensino (CEN), Coordenadoria Sociopedagógica (CSP) e Função Comissionada de Coordenação de Ensino Médio Integrado ao Técnico (FCC CTII)</p> <p>Prazo: início último bimestre de</p>

	<p>não só nas disciplinas, como também no psicológico. Especialmente com os estudantes do 1º ano;</p> <p>Ação 3: Oferece Recuperação Paralela aos alunos com dificuldade de aprendizagem.</p>	2015 e continuidade em 2016.
<p>2. PAE: Os atrasos no pagamento do PAE são, cada vez mais constantes.</p>	<p>Ação 1: Organizar melhor a distribuição do PAE e providenciá-lo no menor tempo possível, para o bem maior dos alunos que o utilizam.</p>	<p>DAE, CSP, Diretoria de Administração (DAD) e CSF.</p> <p>Prazo: início de 1º semestre de 2016.</p>
<p>3. Dificuldades no controle e acompanhamento das ações pertinentes ao Programa de Assistência Estudantil/PAE.</p>	<p>Ação 1: Informatização do Programa de Assistência Estudantil;</p> <p>Ação 2: Contratação de mais um (a) assistente social</p> <p>Ação 3: Acompanhamento da frequência dos alunos inscritos no PAE; quinzenal ou mensal, para que possamos trabalhar com as causas de uma possível evasão;</p> <p>Ação 4: Criação de sistema informatizado de frequência escolar do qual ajudaria a prevenir a evasão.</p>	<p>1) Coordenadoria de Informática e Pesquisa (CIP) /DRG;</p> <p>2) DAE/DRG;</p> <p>3) CRE/DAE;</p> <p>4) CIP/DRG;</p> <p>5) CSP/DAE.</p> <p>Prazo: Início 2016</p>

<p>4. Excesso de demandas no atendimento/acompanhamento do PAE.</p>	<p>Ação 1: Criar uma Coordenadoria específica para assuntos relacionados a Assistência Estudantil.</p>	<p>DAE e DRG</p> <p>Prazo: Início 2016</p>
<p>6.1 - Dimensão: Ensino</p>		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
<p>5. Reforços nas disciplinas da área técnica: nas matérias regulares do ensino médio, os professores costumam dar aulas de reforço pelo menos uma vez por semana no contra turno, porém, nas disciplinas técnicas isso não ocorre, ou então, bem pouco.</p>	<p>Ação 1: Realizar as aulas de reforço e, caso não seja possível com os professores, que sejam feitas por alunos voluntários, que tenham mais facilidade nas disciplinas da área técnica, que podem ajudar. Filosofia da educação colaborativa.</p> <p>Ação 2: Fazer levantamento ano/ano para verificar quais as disciplinas os alunos apresentam maior necessidade do apoio complementar.</p>	<p>CEN, DAE, CSP, FCC CTII, DAC e Diretoria de Ensino (DEN).</p> <p>Prazo: início último bimestre de 2015 e continuidade em 2016.</p>
<p>6. criar ambiente de aprendizado virtual: Um ambiente virtual com os cronogramas de aula de cada disciplina, além de conteúdos passados em aula pelos professores, disponíveis virtualmente poderia ajudar muito mais os alunos em seu desempenho no Instituto.</p>	<p>Ação 1: Realizar reuniões com os professores para saber a opinião e disponibilidade de cada um deles;</p> <p>Ação 2: Montar o ambiente virtual para receber os cronogramas e conteúdo.</p>	<p>DAE, DAC, FCC, CTII, CSP e CEN.</p> <p>Prazo: início 1º semestre de 2016.</p>

<p>7. Faltam livros didáticos no Ensino Médio Integrado ao Técnico: Muitos alunos que ingressaram nesse ano letivo de 2015, depois do início das aulas, ficaram sem alguns livros, que são essenciais para as aulas (PNLEM)¹²</p>	<p>Ação 1: Providenciar livros suficientes para todos os alunos, de acordo com o número de alunos que a própria escola convoca, para matrícula no início de cada ano letivo.</p>	<p>DAE, DAC, FCC CTII e CSP. Prazo: início 1º semestre de 2016.</p>
<p>8. Setores fechados: Setores como a biblioteca, a enfermaria e a secretaria só abrem depois das 9h00, sendo que, deveriam funcionar a partir do momento que começa o dia letivo, assim que chegam os alunos.</p>	<p>Ação 1: Realizar a mudança no horário de funcionamento desses setores, adaptando-os às necessidades, tanto dos alunos, como dos professores.</p>	<p>DAE e CRD. Prazo: início último bimestre de 2015.</p>
<p>6.1 - Dimensão: Ensino</p>		
<p>Diagnóstico</p>	<p>Proposta de ação</p>	<p>Responsáveis/ Prazos</p>
<p>9. Ter médico (a) na enfermaria em todos os períodos.</p>	<p>Ação 1: Realizar os ajustes no horário dos profissionais da saúde no câmpus.</p>	<p>DAE e Serviço Médico (SMO). Prazo: início último bimestre de 2015 e continuidade 1º semestre de 2016.</p>

12 Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio. *Implantado em 2004, pela Resolução nº 38 do FNDE, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) prevê a universalização de livros didáticos para os alunos do ensino médio público de todo o país.* Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=582&id=12371&option=com_content&view=article. Acesso em 28/08/2015.

<p>10. Projetos: Alguns projetos de dança, teatro e esporte no Câmpus ajudariam os alunos não só a explorarem um pouco mais de cultura como também, melhorarem o desempenho nas disciplinas.</p>	<p>Ação 1: Realizar projetos em parceria com a comunidade local.</p>	<p>DAE, CEN, CSP, FCC CTII, DAE e DAC.</p> <p>Prazo: 1º semestre de 2016.</p>
<p>11. Criar mais opções de cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico.</p>	<p>Ação 1: Uma grade com mais opções de cursos levaria uma quantidade maior de alunos a se interessarem por ingressar no Instituto. Muitos alunos que ingressam, não estão interessados no Curso de Informática e cursam essa área por falta de opção; o que leva a um mal rendimento escolar.</p>	<p>DRG, DAE, DEN, DAC e FCC CTII.</p> <p>Prazo: 31/12/2016</p>
<p>12. O curso técnico não deveria ser a única opção.</p>	<p>Ação 1: Voltar a opção de poder cursar apenas o Ensino Médio Regular.</p> <p>Ação 2: Deixar os cursos técnicos para os alunos optarem por se gostariam de fazer no contra turno.</p>	<p>DRG, DAE, DEN, DAC e FCC CTII.</p> <p>Prazo: 1 ano</p>
<p>13. DAE notificando provas.</p>	<p>Ação 1: DAE notificando provas com uma semana de antecedência. Principalmente aquelas que foram perdidas e estão sendo repostas.</p>	<p>DAE</p> <p>Previsão: 31/12/2015</p>
		<p>DRG, DAE, DEN e DAC</p>

<p>14. Revisão dos horários, no horário da saída no período noturno, considerando o perigo no horário da saída.</p>	<p>Ação 1: Realizar reuniões com os alunos para buscar uma saída legal para o problema.</p>	<p>Previsão: 2º semestre de 2015.</p>
<p>6.1 - Dimensão: Ensino</p>		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
<p>15. O direito aos alunos para poder optar entre TCC ou estágio.</p>	<p>Ação 1: Implementar no câmpus as opções de estágio ou de TCC.</p>	<p>FCC CTII e CEX. Prazo: 6 meses</p>
<p>16. Falta de apoio para os professores que necessitam utilizar os aparelhos eletrônicos do câmpus, como por exemplo, os projetores.</p>	<p>Ação 1: Fazer uma avaliação dos aparelhos que o câmpus já dispões para ver o que ainda pode ser utilizado. Ação 2: Fazer o pedido dos materiais eletrônicos necessários. Ação 3: Instalar os equipamentos nas salas de aula e nos laboratórios.</p>	<p>DRG, DAE, CEN, CSP, FCC CTII e DAC. Prazo: 6 meses</p>
<p>17. Criação de um projeto social que aproxime alunos e comunidade.</p>	<p>Ação 1: A criação de um projeto social do Instituto, organizado e comandado pelos próprios alunos, ajudaria na construção moral dos mesmos e os aproximaria da comunidade.</p>	<p>DRG, DAE, DEN e DAC Previsão: 01/04/2016</p>
<p>18. Criar Seguro de Saúde para os alunos: saúde física e dental.</p>	<p>Ação 1: Fazer um projeto para contratar empresa de seguro saúde, criar um grupo de pessoas</p>	<p>DRG, DAE, DEN, DAC e CSF Previsão: 2016</p>

	para acompanhar e verificar o retorno desse projeto. Ação 2: Criar o Seguro Saúde em grupo, para atendimento ao aluno, melhorando a auto estima do aluno.	
19. Integrar efetivamente os docentes dos cursos Técnico integrado ao nível médio	Ação 1. Realizar atividades conjuntas e discussões pedagógicas mensalmente, para evitar esta separação com encontro só final de ano no conselho deliberativo; Ação 2: Participação dos professores nas reuniões de Pais.	Todos os Coordenadores de Curso, DAE, CSP e pais e responsáveis
20. Normatização de condutas e regras	Ação 1: Elaboração de documento interno que estabeleça regras de conduta e organização dentro do ambiente escolar.	DRG, DAE, DEN, DAC, CEN, CSP. Prazo: início de 2015.
6.1 - Dimensão: Ensino		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
21. Aumento do ano letivo (Dias letivos). Com a extensão dos dias letivos seria possível recuperar conhecimentos necessários aos futuros conteúdos acadêmicos, pois os alunos costumam apresentar dificuldades causando altos índices de reprovação.	Ação 1: Todo início de ano letivo é possível verificar vários alunos com grande dificuldade de assimilar os conteúdos. Com a extensão dos dias letivos seria possível uma recuperação/preparação paralela ao ano letivo; Ação 2: Quanto mais se pratica uma atividade mais eficiente nos tornamos na execução de tal atividade. Com esta lógica, se os alunos tiverem mais dias letivos é possível que obtenham melhores	DRG e Diretorias Prazo: Início 2016

	resultados em todos os cursos.	
22. Alto número de alunos fora de sala “bolando aula”	Ação 1: Levantar motivos para falta de comprometimento do aluno e orientação ao docente. Ação 2: Aumentar número de Assistentes	Diretoria, Reitorias, SCP, Coordenadores de curso e docentes. Prazo: 2º semestre 2016
23. Alto índice de reprovação no 1º ano o Ensino Médio Integrado ao Técnico.	Ação 1: oferecer aulas de Nivelamento em contra turno, com reforços e atendimentos de apoio ao discente de forma mais eficaz.	DAE, DEN, DAC, Coordenadores de Curso e CSP. Prazo: 2016
24. Poucos alunos concluem o Curso de Gestão em Turismo no tempo regulamentar de 2 anos e meio.	Ação 1: Verificar, em conjunto com a CPA, os motivos dos alunos não concluírem o curso em 2 anos e meio; Ação 2: Propor ações que estimulem a conclusão e a defesa do Trabalho de Conclusão de Cursos (TCC) no tempo regulamentar, tais como premiação aos melhores TCCs do ano.	CPA, docentes da área e coordenação do curso. Prazo: com o tema abordado em reuniões de área e conversas com a CPA, redução de tempo médio de permanência no curso até o final do primeiro semestre de 2016.

6.2 - Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

6.2 - Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
1. Elevar o número de pós-graduados no Câmpus Cubatão	Ação1: Criar cursos de lato sensu e stricto sensu.	Preferencialmente professores do Câmpus.

dos docentes e técnico-administrativos	Ação 2: Dar oportunidade para todos os funcionários. O conceito do Instituto aumenta com o número de funcionários aptos e especializados, trazendo para a Instituição respeito e confiança.	Prazo: Imediato
2. Criar cursos de Pós-graduação na área de exatas e humanas. “Necessitamos de cursos de pós-graduação na área de exatas e humanas urgente”	Ação1: Criar cursos de lato sensu e stricto sensu na área de exatas.	DRG, DAE, DAC e DEN. Prazo: 2016
3. Revisão do quadro curricular do curso de turismo, e criar uma pós-graduação voltada para área, sendo inovador, pois nos outros polos só existe na área de exatas.	Ação 1: Rever o Curso Superior de Tecnologia de Gestão de Turismo. Ação 2: Criar uma Pós-Graduação em Turismo.	DRG, DAE, DAC, DEN e Coordenação do Curso de Turismo Prazo: 2016
4. Criar cursos que possam complementar e melhorar o currículo dos alunos.	Ação 1: Realizar estudos e levantamentos para verificar quais os interesses da comunidade escolar.	DRG, DAE, DAC, DEN e coordenadores de cursos, pedagogos e técnico em assuntos educacionais. Prazo: 2016
5. Disponibilizar serviços aos alunos online.	Ação 1: Criar sistemas online dos serviços oferecidos no câmpus, além do Sistema Aurora.	DRG, DAC, DAE, DEN, CIP e CRE. Prazo: 2016
6. Inexistência de cursos de pós-graduação ofertados à comunidade.	Ação 1: Criação de cursos de pós-graduação (stricto e lato sensu); Ação 2: Oferecimento de vagas dos cursos voltadas aos	DEN, DRG, DAC e docentes. Prazo: Até final de 2016.

	servidores do câmpus.	
7. Poucos alunos do curso participam de programas de intercâmbio.	<p>Ação 1: Estreitar o contato com a PRX e PRP para verificar quais as reais possibilidades de participação dos alunos do CST em Gestão de Turismo em programas de intercâmbio</p> <p>Ação 2: Uma vez identificadas as possibilidades, ampliação da divulgação no câmpus.</p>	<p>Coordenação do Curso, CEX, DRG do Câmpus, em esforço conjunto para identificar e estreitar contato com a PRX e PRP.</p> <p>Prazo: Aumento do número de bolsas já no 1º semestre de 2016.</p>

6.3 - Dimensão: Extensão

6.3 - Dimensão: Extensão		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazo
1. Falta de política de informatização no câmpus, com a expectativa de futuro.	<p>Ação 1: Modernização: Compra de equipamentos de informática e softwares atualizados;</p> <p>Ação 2: Criar programas setoriais e que se comuniquem com os setores afins;</p> <p>Ação 3: Envolver todos os servidores para desenvolvimento de programas e compra dos equipamentos de informática.</p>	<p>CIP, CMA, CAD em conjunto com os Coordenadores, Diretores e Servidores.</p> <p>Prazo: início do 1º semestre de 2016.</p>
2. Falta de continuidade nos Projetos de Prevenção às Drogas e às DST realizados no câmpus.	<p>Ação 1: Solicitar à Direção a incluir no Calendário Escolar para o próximo ano, um sábado por semestre (preferência) ou por ano. Finalidade: um dia destinado</p>	<p>DRG, DPE e CEX.</p> <p>Prazo: início do 1º semestre de 2016.</p>

	<p>a atividades como palestras, filmes, receber palestrantes renomados, órgãos específicos do município, SAMU, convidar a comunidade vizinha;</p> <p>Ação 2: Criação de uma comissão que seja destinada às atividades de Prevenção durante o ano todo. Que os alunos e servidores que saibam que podem recorrer à comissão quando necessário.</p>	
<p>3. Falta de integração escola/comunidade: Criar Projetos desenvolvidos por alunos, supervisionados por professores e/ou técnicos - administrativos.</p>	<p>Ação 1: Desenvolver ações que integrem alunos e comunidade externa nas áreas de: Turismo, Informática e/ou Automação Industrial;</p> <p>Ação 2: Criar cursos de Extensão e Aperfeiçoamento para atendimento da comunidade externa;</p> <p>Ação 3: Conhecer e catalogar os recursos da comunidade, para agregar a Escola ou oferecer recursos da Escola.</p>	<p>DAE, DAC, CSP, DAE Servidores (Professores e Técnicos- administrativos; Alunos).</p> <p>Prazo: início do 1º semestre de 2016.</p>
<p>4. Interação com a comunidade externa, especialmente escolas públicas de Cubatão.</p>	<p>Ação1: Cursinho para ingressar no ensino médio do Câmpus Cubatão ou Etec's.</p> <p>Ação 2: Cursinho pré-vestibular.</p>	<p>Professores do Câmpus Cubatão</p> <p>Prazo: 1º semestre de 2016</p>

6.3 - Dimensão: Extensão		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazo
<p>5. Não ocorrência de parceria com Unidades Municipais de Ensino no oferecimento de cursos para escolas da comunidade com possibilidade de alunos do IFSP estagiarem nas UMEs.</p>	<p>Ação 1: Estabelecer junto à Secretaria de Educação parceria com as unidades de ensino próximas ao câmpus para oferta de cursos voltados às necessidades apresentadas pelas UMEs, visando auxiliar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem do aluno;</p> <p>Ação 2: Mobilizar docentes, administrativos e discentes para fazerem parte do projeto;</p> <p>Ação 3: Oferecer cursos aqui no câmpus, ou ainda que os envolvidos possam estar nas UMEs.</p>	<p>DRG, DEN, DAC, docentes, pedagogos e técnicos em assuntos educacionais.</p> <p>Prazo: Para 2016.</p>
<p>6. O direito aos alunos para poder optar entre TCC ou estágio.</p>	<p>Ação 1: Implementar no câmpus as opções de estágio ou de TCC.</p>	<p>DEN e CEX.</p> <p>Prazo: 6 meses</p>
<p>7. Desconhecimento do Câmpus Cubatão pela população da Baixada.</p>	<p>Ação 1: Fazer a propaganda e marketing do Instituto, projetando o Câmpus Cubatão nas escolas da rede pública, através de palestras a serem proferidas para esses alunos, no intuito de divulgar e mobilizar estudantes para estudarem no Instituto.</p>	<p>Coordenadores, professores e servidores técnico-administrativos.</p> <p>Prazo: Até janeiro de 2016.</p>

<p>8. Criação e fortalecimento do ensino a distância. O ensino é uma ferramenta indispensável nos dias atuais. A entidade de ensino que não ofertar cursos dessa maneira certamente perderá alunos e aliado ao fato de que o volume de recursos destinado ao câmpus é diretamente proporcional a seu número de estudantes, esta seria uma boa maneira de atender à comunidade e aumentar recursos.</p>	<p>Ação1: Criação de núcleo físico de EAD, ou seja, criar fisicamente a estrutura necessária (computadores, redes, e etc.);</p> <p>Ação 2: Capacitação de servidores.</p>	<p>DRG e Diretorias</p> <p>Prazo: Início 2016</p>
6.3- Dimensão: Extensão		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazo
<p>09. Aproveitar o conhecimento e capacidade dos alunos e docentes para ajudar na comunidade.</p>	<p>Ação 1: Aulas de reforço e Cursinho preparatório aberto para comunidade com apoio dos alunos da instituição.</p>	<p>DAE, Docentes, Alunos e CSP</p> <p>Prazo: 2016</p>
<p>10. Aumento de projetos sociais desenvolvidos em conjunto com instituições de caridade locais.</p>	<p>Ação 1: Aumento do número de projetos de extensão que englobem a temática.</p>	<p>Docentes da área de turismo, Coordenação do curso e Coordenação de Extensão.</p> <p>Prazo: Primeiro semestre de 2016</p>

6.4- Dimensão: Administrativa

6.4- Dimensão: Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos

<p>1. Dificuldade em localizar documentos/ realizar levantamentos.</p>	<p>Ação 1: Realizar levantamento dos tipos de documentos emitidos e recebidos;</p> <p>Ação 2: Aquisição de software de Gestão de Documentos (GED);</p> <p>Ação 3: Capacitar os servidores neste assunto para fins de padronização.</p>	<p>DAD, CIP e CGP.</p> <p>Prazo: 2016</p>
<p>2. Alto custo com despesas essenciais (Redução de gastos públicos).</p>	<p>Ação 1: Implantar medidas e rotinas para racionalizar o uso de papel;</p> <p>Ação 2: Criar projeto de conscientização para redução de custos do consumo de água, energia, materiais de limpeza;</p> <p>Ação 3: Implantar rotinas para economizar água e energia;</p> <p>Ação 4: Conscientização a comunidade da necessidade de preservação do prédio.</p>	<p>DAD, CIP, CCS e CMA.</p> <p>Prazo: 2016</p>
<p>3. Ausência de uma ferramenta que automatize e controle os agendamentos dos veículos oficiais.</p>	<p>Ação 1: Redesenhar a rotina de solicitação dos carros oficiais;</p> <p>Ação 2: Implantar uma solução computadorizada que possibilite fazer todo o planejamento e controle operacional e de gastos com os veículos oficiais.</p>	<p>DAD, CMA e CIP</p> <p>Prazo: 2016</p>

<p>4. Maior controle dos contratos de prestação de serviços</p>	<p>Ação 1: Implantar sistema computadorizado que permita controlar e monitorar todos os trâmites processuais envolvidos no ciclo de vida de um contrato de terceiros (aditamento e/ou nova licitação).</p>	<p>DAD e CIP Prazo: 2016</p>
<p>6.4- Dimensão: Administrativa</p>		
<p>Diagnóstico</p>	<p>Proposta de ação</p>	<p>Responsáveis/ Prazos</p>
<p>5. Maior eficiência e eficácia nos processos administrativos como um todo</p>	<p>Ação 1: Redesenhar todos os processos administrativos (reengenharia) de forma a torná-los mais ágeis; Ação 2: Otimizar os processos administrativos com a implantação de ferramenta de BPM; Ação 3: Criar um processo contínuo de aprimoramento profissional por meio de capacitações.</p>	<p>DAD e CIP. Prazo: 2016</p>
<p>6. Crachás: os crachás demoram muito para serem feitos e entregues. Nesse ano de 2015, ainda não estão disponíveis. O crachá é essencial para a identificação e segurança do aluno, não só no Câmpus, como também em locais em que precisa declarar que está matriculado no Instituto.</p>	<p>Ação 1: Transferir para o Câmpus Cubatão todo o processo de execução dos crachás. Isso inclui: material, foto, impressão, entre outros.</p>	<p>DAE, Coordenadoria de Registros Escolares (CRE) e Coordenadoria de Recursos Audiovisuais (CRD). Prazo: os crachás devem ser entregues, no máximo, até o final mês de março, de cada ano letivo, para todos os alunos que ingressarem, por ano. Para o ano de 2016, devem ser adquiridos o</p>

		mais rápido possível, antes do último bimestre.
7. Vestiários com poucos chuveiros e frios: Tanto nos vestiários feminino e masculino, os chuveiros não suportam a demanda de alunos e não fornecem água quente.	Ação 1: Providenciar novos chuveiros.	DAD, CMA e Coordenadoria de Contabilidade e Finanças (CCF), Prazo: 2º semestre de 2016.
8. Janelas: Devido à falta de cortinas nas salas de aula, os alunos e professores sofrem com a luz solar refletida nas carteiras próximas às janelas. Além disso, fica difícil realizar apresentações em slides com o projetor, pois a luz refletida impede a visão.	Ação 1: Providenciar cortinas para as janelas, a longo prazo. A curto prazo, cobri-las com papel específico.	DAD e CMA. Prazo a curto prazo: último bimestre de 2015 (Papel específico nas janelas), A longo prazo: Cortinas - 2º semestre de 2016.
9. Bebedouros sem água: Os bebedouros do 1º e 2º andar raramente possuem água e quase nunca gelada.	Ação 1: Conserto ou substituição dos bebedouros com mau funcionamento.	DAD e CMA Prazo: 2º semestre de 2016.
6.4 - Dimensão: Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
10. Banheiros: Em alguns banheiros não há fechaduras nas portas, assim como faltam papel para a higiene das mãos e saboneteiras.	Ação 1: Providenciar reformas nas portas e adquirir os materiais que estão em falta.	DAD e CMA. Prazo: A curto prazo: adquirir os materiais que estão em falta, final do último bimestre de 2015 . A longo prazo: Reformas das portas - 2º semestre de 2016 .

<p>11. Não há local adequado para o descarte de resíduo orgânico no câmpus.</p>	<p>Ação 1: Fazer o levantamento de quantas lixeiras são necessárias para suprir a demanda do câmpus.</p> <p>Ação 2: Inserir as lixeiras para descarte de lixo orgânico no câmpus.</p>	<p>DAD e CMA.</p> <p>Prazo: Realizar as ações em um prazo de até 3 meses</p>
<p>12. Em reformas e construções no câmpus, sempre priorizar o prédio do câmpus quando houver obras/reformas.</p>	<p>Ação 1: Sempre avaliar o prédio da instituição antes de começar alguma reforma/obra.</p> <p>Ação 2: Priorizar nas reformas e novas construções o prédio do câmpus sempre que houver necessidade.</p>	<p>DAD e CMA.</p> <p>Prazo: 01/12/2016 (1 ano).</p>
<p>13. Falta de reforma no prédio.</p>	<p>Ação 1: Elaboração de projeto básico para reforma dos ambientes do câmpus.</p>	<p>DRG, DAD e CMA.</p> <p>Prazo: A partir de 2016</p>
<p>14. Ar-condicionado e ventiladores: Os aparelhos de ar-condicionado e ventiladores das salas de aula costumam não funcionar durante períodos muitos longos e, alguns ainda nem funcionam. Muitos estão até com as abas inferiores quebradas, o que dificulta a ventilação.</p>	<p>Ação 1: Conserto e manutenção dos aparelhos</p>	<p>DAD e CMA</p> <p>Prazo: de 31/12/2015 e 2º semestre de 2016.</p>
<p>15. Conserto do toldo que cobre a entrada da escola ou reposição do mesmo para um novo.</p>	<p>Ação 1: Colocar um novo toldo, mais espaçoso para que abrigue uma quantidade maior de alunos;</p> <p>Ação 2: Caso não seja possível, arrumar o toldo já existente que serve de abrigo para os alunos no</p>	<p>DAD e CMA.</p> <p>Prazo: 31/12/2015.</p>

	sol/chuva na hora da entrada/saída.	
6.4 - Dimensão: Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
16. Projetores que não funcionam: Em algumas salas de aula do câmpus, os projetores (projetores ativos nas salas de aula) não funcionam, o que prejudica, muitas vezes, o plano de aula do professor e dificulta o aprendizado de forma mais dinâmica.	Ação 1: Providenciar novos projetores.	DAD e CMA Prazo: início em 01/04/2016 e continuidade no 2º semestre de 2016.
17. Poucos armários: Os armários disponíveis no Câmpus não são suficientes para suprir a necessidade de todos os alunos.	Ação 1: Providenciar mais armários.	DAD e CMA Prazo: 2º semestre de 2016.
18. Auditório: O auditório do câmpus não é grande o suficiente para receber as palestras de fora do Instituto (interna e externas).	Ação 1: Ampliação do auditório.	DAD, CMA Prazo: 2º semestre de 2016.
19. Falta de computadores: É comum a falta de máquinas nos laboratórios da escola, isso prejudica muito nas questões das provas e trabalhos individuais.	Ação 1: Providenciar novos computadores.	DAD, CMA, CIP e CCF Prazo: 2º semestre de 2016.
20. Falta de recursos para a Comissão de Eventos fornecer coffee break aos palestrantes, convidados e outras necessidades	Ação 1: Solicitar à administração que seja incluído uma quantidade específica de recursos financeiros, no orçamento para 2016,	CMA Prazo: início 2016

que venham a acrescentar ao trabalho da Comissão.	destinados à Comissão de Eventos.	
21. Laboratórios: Os laboratórios do Câmpus sofrem de infiltração e goteiras, além de possuírem muitos aparelhos quebrados e fora de uso.	Ação 1: Realizar a manutenção dos laboratórios e a troca dos aparelhos quebrados.	DAD, CMA e CSF. Prazo: 2º semestre de 2016.
6.4 - Dimensão: Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
22. Falta de política em gestão de pessoas: Criar uma política de Gestão de Pessoas.	<p>Ação 1: Desenvolver ações que integrem alunos e comunidade externa;</p> <p>Ação 2: Criar cursos de Extensão e Aperfeiçoamento para atendimento da comunidade externa;</p> <p>Ação 3: Conhecer e catalogar os conhecimentos da comunidade, para agregar a Escola ou oferecer cursos da Escola;</p> <p>Ação 4: Criar dentro da CGP um setor específico para tratar de capacitação, desempenho profissional e competência de cada servidor;</p> <p>Ação 5: Desenvolver a avaliação desempenho para os servidores</p>	<p>CGP, DRG, DAE, DAC, DEN, DAD, Coordenadores e Servidores.</p> <p>Prazo: início 2016.</p>

	<p>como instrumento de: capacitação; análise do nível de satisfação, insatisfação e produtividade; levantamento de habilidades e competências;</p> <p>Ação 6: Aproveitar os profissionais do Câmpus para desenvolver cursos/formação continuada em serviço;</p> <p>Ação 7: Promover cursos à distância de extensão e especialização no câmpus;</p> <p>Ação 8: Acompanhar os servidores afastados por motivo de saúde;</p> <p>Ação 9: Promover palestras e encontros com o objetivo de refletir/sugerir temas que abordem a qualidade de vida do servidor.</p>	
<p>23. Falta de recursos para a Comissão de Eventos fornecer coffe brek aos palestrantes, convidados e outras necessidades que venham a acrescentar ao trabalho da Comissão.</p>	<p>Ação 1: Solicitar à administração que seja incluído uma quantidade específica de recursos financeiros, no orçamento para 2016, destinados à Comissão de Eventos.</p>	<p>CCS, CMA e DRG.</p> <p>Prazo: início 2016.</p>
	<p>Ação 1: Procurar empresas que possam atuar dentro do câmpus</p>	<p>Prazo: Prazo: 1 ano para implantação.</p>

24. Falta de apoio aos alunos que necessitam fazer impressões e tirar xerox.	com um preço acessível para os alunos.	
25. Falta sinalização para acessibilidade de pessoas com cegueira, deficiência visual, surdez e cadeirante.	Ação 1: Reformar e Adequar o Câmpus para atender as Leis e os Decretos que estabelecem exigências sobre a acessibilidade.	CMA, DRG, NAPNE, CSP e CCS. Prazo: Início imediato.
6.4 - Dimensão: Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
26. Abrangência da Comunicação sobre o câmpus.	Ação 1: Implantação de televisões no pátio, com vídeo institucional em LIBRAS e com legenda sobre o Câmpus Cubatão-história.	NAPNE, CAD, CCS, CSP e CMA. Prazo: início do ano letivo semestre de 2016.
27. Falta de sinalização nas Comunicações acessíveis e arquitetônicas	Ação 1: Levantamento junto a CMA do câmpus sobre sinalização acessível, custos, prazos e projetos. Ação 2: Direcionamentos nos locais por onde deverão ser indicados e colocados a acessibilidade visual, arquitetônica, tátil e outros necessárias a inclusão da pessoa	CMA, DRG, NAPNE, CSP e CCS. Prazo: até o término do 1º semestre de 2016.

	<p>com deficiência no ambiente escolar.</p> <p>Ação 3: Execução do projeto</p>	
<p>28. Falta de apoio aos alunos que necessitam passar o dia no câmpus.</p>	<p>Ação 1: Melhorar a situação do refeitório que necessita de micro-ondas novos.</p> <p>Ação 2: Implementar um restaurante para o os alunos dentro do câmpus.</p>	<p>CMA, DRG e CSP .</p> <p>Prazo: Prazo para a ação 1: 4 meses, e a ação 2: 1(um) ano para implantação.</p>
<p>29. O Organograma não passou pelo crivo da comunidade escolar.</p>	<p>Ação 1: Consultar a comunidade escolar para estabelecer a estrutura organizacional do Câmpus, através de audiências públicas.</p>	<p>Conselho de Câmpus (COCAM), DRG e Representantes da comunidade escolar.</p> <p>Prazo: Imediato, assim que o Conselho de Câmpus for constituído.</p>
<p>30. Para evitar fraude: Inscrição no protocolo no sistema SIGA quando envolver qualquer tipo de eleição. Ex.: Conselho de Câmpus, Direção Geral, representantes em comissão eleitoral, processo seletivo de qualquer natureza, etc.</p>	<p>Ação 1: Protocolar as Inscrições na Coordenadoria de Documentação e Arquivo através do sistema SIGA, para haver lisura desde o início do processo.</p>	<p>Coordenadoria de documentação e Arquivo (CDA).</p> <p>Prazo: início imediato</p>

6.4 - Dimensão: Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
31. Eleições para cargo de Diretoria e Gerência “CD”.	Ação 1: Eleições para cargo de Diretoria e Gerência “CD”.	COCAM. Prazo: imediato, quando o Conselho for constituído.
6.4 - Dimensão: Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
33. Alimentação: Os microondas do Câmpus são muito velhos e não dão mais conta da demanda de alunos que os utilizam diariamente; Devido ao fato de que muitos alunos almoçam no Câmpus, seria ótimo se o Instituto disponibilizasse um restaurante self-service ou algum recurso, como Vale-refeição.	Ação 1: Realizar levantamento de quantos alunos almoçam no Instituto diariamente e, com base nisso, pensar em possibilidades de inclusão de restaurantes ou Vale- refeição para os alunos.	DRG e DAD. Prazo: 1º semestre de 2017.
34. Construção do restaurante estudantil.	Ação 1. Priorizar a construção do restaurante estudantil do câmpus, que ajudaria muitos alunos que fazem parte de alguma bolsa extensão, iniciação científica, bolsa ensino ou que frequentam	DRG, CMA e DAD. Prazo: 01/12/2016.

	algum reforço periodicamente no Instituto.	
35. Melhorar lanches recebidos pelos alunos.	Ação 1: Enquanto o restaurante estudantil não sai do papel, melhorar a qualidade dos lanches recebidos pelos alunos e criar mais opções dos mesmos.	DRG, CMA e DAD. Prazo: 31/12/2015.
36. Solicitação de transporte para o câmpus para a realização de atividades educativas e culturais práticas, principalmente, visitas técnicas. As atividades práticas fazem parte da aprendizagem dos cursos oferecidos do câmpus. A proposta é que haja pelo menos um micro-ônibus para suprir as necessidades. Ao menos poderia haver verba para fretamento de veículo.	Ação 1: Que nas próximas compras do Câmpus Cubatão possa ser inserida a aquisição de um ônibus e/ou micro-ônibus e que o mesmo previsto a acessibilidade para cadeirantes.	DRG e DAD . Prazo: 2º semestre de 2016.
6.4 - Dimensão: Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
37. Criação da Coordenadoria de Produção Audiovisual, Artística e Cultural. Diagnóstico: Não existe nenhum setor equipado, nenhum local	Ação 1: Elaboração de atribuições e criação do cargo; Ação 2: Disponibilização de espaço físico e de equipe para o trabalho;	DRG, DAE e DAD. Prazo: 1º semestre de 2016.

<p>adequado ou pessoas trabalhando para produzir material didático em audiovisual, promover ações culturais e artística. Tudo acontece no âmbito da improvisação e descontinuidade. Uma escola deve ter em mente que cultura, arte e produção audiovisual são ações necessárias para o desenvolvimento da cidadania e formação de seu corpo discente. Servidores (professores e técnicos-administrativos), podem desenvolver estas atividades e, obviamente, estagiários e monitores podem participar do processo, aprendendo e auxiliando na produção/execução das atividades.</p>	<p>Ação 3: O desenvolvimento dos trabalhos. Num setor destes, várias ações são englobadas: Produção de vídeos didáticos, paradidáticos, aulas em LIBRAS e vídeo-aulas para cursos de EAD, cursos de teatro, fotografia e vídeo, radiodifusão, criação de rádio interna, aulas de violão e música, como canto coral, por exemplo, desenvolvimento de ações em artes visuais (HQ's, desenho, pintura, artesanato, charges, etc.), bem como incentivo ao aprendizado de jogo de xadrez com aulas, campeonatos e participação em torneios. As atividades podem estar abertas não só aos alunos, mas a toda comunidade.</p>	
<p>38. Não existência de material de divulgação apropriado para divulgação do câmpus e seus cursos.</p>	<p>Ação 1: Aprovar projeto básico, já elaborado pela CCS, que vise à contratação de empresa gráfica para imprimir banners, folders e cartazes com informações sobre os cursos ofertados no Câmpus Cubatão;</p> <p>Ação 2: Separar parte do orçamento para este tipo de demanda.</p>	<p>CCS e DAD.</p> <p>Prazo: Para 2016.</p>
<p>39. Falta de transparência na utilização dos recursos</p>	<p>Ação 1: Divulgar periodicamente de forma clara, os recursos utilizados através do site do</p>	<p>Diretoria Geral do Câmpus Cubatão/Diretoria</p>

financeiros do Câmpus Cubatão.	câmpus, como forma de prestação de contas à comunidade escolar. Publicar os contratos vigentes com os respectivos fiscais no site do Câmpus Cubatão.	Administrativa/Coordenadoria de Comunicação Social Prazo: até o término do 1º semestre de 2016.
6.4 - Dimensão: Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
40. Ausência de Política de Gestão de Pessoas.	Ação 1: Desenvolver e implantar políticas de desenvolvimento pessoal. Investir em programas que melhorem a saúde e qualidade de vida dos servidores como realizações de palestras e implantação da ginástica laboral. Elaborar plano anual de capacitação e qualificação dos servidores do Câmpus Cubatão.	DAD e CGP. Prazo: até o primeiro semestre de 2017.
41. Falta de cursos de capacitação aos servidores.	Ação 1: Oferecer cursos aos servidores que os capacitem a melhor prestar seus serviços no âmbito do câmpus.	CGP, DAD e DRG. Prazo: Para início de 2016.
42. Inexistência de Comunicação Visual no câmpus.	Ação 1. Aprovação de projeto, já elaborado pela CCS, de contratação de empresa que realizará a sinalização do câmpus.	DRG e DAD. Prazo: Para início do ano de 2016.
43. Transparência na divisão orçamentária e demonstração	Ação 1: Apresentar à comunidade em reunião o orçamento anual, demonstrando gastos previstos e	Todas as coordenadorias e diretorias.

das prioridades de gastos do câmpus.	em ordem de prioridades. Ação 2: Possibilitar a participação das coordenadorias e diretorias nas decisões e modificações relativas ao orçamento apresentado.	Prazo: Para início de 2016.
44. Trânsito de aluno no ambiente escolar.	Ação 1: Contratar empresa para controle de acesso de aluno. Ação 2: Sinalizar com faixas, a rua de entrada e saída de aluno, colocar limite de velocidade, proibir o estacionamento de veículo nessa área, colocar guia nas laterais e proporcionar acessibilidade.	DRG e DAD Ver a possibilidade junto ao órgão de trânsito para orientar e fazer a marcação das faixas de sinalização. Prazo: Início de 2016.
45. Para melhorar o organograma e o regimento interno.	Ação 1: Revisar o organograma do nosso câmpus; Ação 2: Definir responsabilidade por setor e coordenadoria. Divulgar a todos os servidores.	Com a participação de todos os servidores. Prazo: início imediato
46. Falta consenso de ação entre os servidores no tocante à comunicação.	Ação1: Democratizar a comunicação para as ações que sejam de comum acordo e se tenha uma mesma linguagem.	Todos os servidores Prazo: até janeiro de 2016
6.4 - Dimensão: Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos

<p>47. Falta sala específica para o Programa de Auxílio Estudantil.</p>	<p>Ação 1: Reestruturação das salas priorizando a necessidade de confiabilidade e sigilo para os alunos em vulnerabilidade social.</p>	<p>DRG e DAD. Prazo: Até setembro de 2015.</p>
<p>48. Infraestrutura pós-reforma diminuta para a Coordenadoria Sócio pedagógica, uma vez que é composta por um grande número de servidores e tem um grande volume de atendimento a pais e alunos.</p>	<p>Ação 1: Ceder mais uma sala à Coordenadoria.</p>	<p>Diretoria de Administração Prazo: Até setembro de 2015.</p>
<p>49. Criação da figura de ombudsman ou ouvidor.</p>	<p>Ação1: Esta figura deverá gozar de algumas prerrogativas junto às instâncias superiores do câmpus tais como: Livre acesso ao conselho do câmpus e ao Diretor Geral do Câmpus. Tais prerrogativas devem existir para que os superiores tenham que receber e dar encaminhamento às recomendações/sugestões/reclamações do ombudsman.</p>	<p>DRG e DIRETORIAS Prazo: 2016</p>
<p>50. Servidores sem crachá, por falta de material para a sua confecção.</p>	<p>Ação1: Agilização na compra do material, trabalhando a importância do uso do crachá.</p>	<p>DAD. Prazo: Até 2016.</p>
<p>51. Falta de treinamento prático para servidores técnico-administrativos que não ocupam cargos técnico (cargos que não foram exigidos diplomas de curso técnico ou superior).</p>	<p>Ação1: Apresentar o ambiente organizacional onde o servidor vai trabalhar e ensinar na prática as tarefas que serão designadas ao novo servidor</p>	<p>Chefia imediata ou quem a chefia imediata designar para ensinar o serviço Prazo: até cinco dias após a entrada em exercício</p>

52. Construção de uma nova ala administrativa.	Ação 1: Alongar a atual ala administrativa para oferecer melhores condições de trabalho e separar fisicamente da ala pedagógica. Com o advento desta construção a biblioteca, que funciona no pavimento inferior à ala administrativa, ganharia uma expansão que hoje já se demonstra necessária.	DRG e DAD Prazo: 2016
---	--	--

6.4 - Dimensão: Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
53. Construir posto de protocolo e de secretaria na entrada do câmpus.	Ação1: Construir salas ao lado da portaria para o atendimento do público e evitar a entrada desnecessária de pessoas no câmpus. Tais salas seriam extensões do protocolo e da secretaria.	DRG e DAD. Prazo: 2016
54. Construção de prédio destinado a laboratórios e salas de aula.	Ação 1: Construir um bloco de laboratórios multiuso, fato que pode alavancar a criação de cursos de licenciatura, engenharias e outros.	DRG e DAD Prazo: 2016
55. Falta de apresentação aos servidores novos dos cursos oferecidos no câmpus, das atividades extracurriculares, dos ambientes como sala dos professores, biblioteca, banheiros, laboratórios.	Ação 1: Treinamento Introdutório – uma apresentação com a participação de vários setores, cada um explicando um pouco das atividades desenvolvidas. E alguém para acompanhar o servidor novo por alguns dias para que haja familiarização com a escola.	Comunicação Social e Gestão de Pessoas. Prazo: 1º semestre 2015
56. Não há critérios para uso da verba de capacitação. Não se define, quais são as prioridades do câmpus.	Ação1: Implantação do Plano Anual de Capacitação – PAC.	DRG e CGP Prazo: outubro/2016.
57. Criação de canal eletrônico de comunicação. Não existe no Câmpus Cubatão um canal de comunicação onde a comunidade possa relatar seus anseios, suas	Ação 1: Criar um meio eletrônico na página do câmpus de uma espécie de Serviço de Atendimento à Comunidade (SAC). Ficaria mais fácil essa	DRG e DAD Prazo: 2016

dúvidas, suas sugestões ou questionamentos.	troca de informações.	
58. Falta de um regulamento disciplinar atualizado para o câmpus.	Ação 1: Publicar o regulamento.	DRG Prazo: 2016
59. A falta de divulgação da missão, visão e valores.	Ação 1: Divulgar a missão, visão e valores do câmpus.	DRG Prazo: Imediato
59. Falta de alguma solenidade para o servidor que se aposenta e para o professor substituto que termina o contrato.	Ação 1: Divulgação da saída e agradecimento por escrito.	DRG, CCS e CGP. Prazo: 2º semestre 2016
60. Falta de estrutura tecnológica para informatização de serviços administrativos.	Ação 2: Informatizar inscrição do PAE.	CIP e DRG
6.4 - Dimensão: Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
61. Dificuldade na aquisição de mobiliário para o Laboratório de Turismo.	Ação 1: Estreitamento de contato com a Direção Administrativa do câmpus, e estudo acerca das diferentes formas de aquisição de mobiliário, seja via Projeto Básico, seja via Sistema de Registro de Preço (SRP).	Coordenação do curso, com o auxílio dos docentes da área e a DAD. Prazo: 1 semestre de 2016
62. Necessidade de Criação da CIPA Escolar.	Ação 1: Criar a CIPA Escolar; Ação 2: Promover a Eleição para a CIPA Escolar com base na legislação vigente.	DRG e DAD. Prazo: 2º semestre de 2015.

6.5 Dimensão: Informática

6.5 - Dimensão: Informática		
Diagnóstico	Proposta de ação/ Iniciativa Estratégica	Responsáveis/ Prazos
1. Projetos relacionados à área de informática.	<p>Ação 1: Implantação organizacional projetada com todos os encaminhamentos necessários ao se implantar uma arquitetura deste tipo;</p> <p>Ação 2: Implantação de um escritório de projetos;</p> <p>Ação 3: Implantação de uma política de gestão de projetos baseada em um guia de melhores práticas (p.e. PMBoK).</p>	<p>DRG, DAD e CIP.</p> <p>Prazo: 1 semestre de 2016.</p>
2. Gestão de Incidentes.	<p>Ação 1: Implantação da metodologia de gestão de incidentes (p.e. ITIL) juntamente com a definição das SLAs para cada chamado técnico aberto;</p> <p>Ação 2: Implantação de um sistema de gestão de incidentes (p.e. GLPI) que permita ao final do atendimento uma avaliação online do usuário.</p>	<p>CIP.</p> <p>Prazo: 1 semestre de 2016.</p>
3. Governança de TI.	<p>Ação 1: Implantação de uma metodologia de governança de TI (p.e. COBIT);</p> <p>Ação 2: Implantação de uma ferramenta de gestão corporativa de TI (p.e. GEPLANES).</p>	<p>CIP.</p> <p>Prazo: 1 semestre de 2016.</p>

4.Redundância do Link de Internet.	Ação 1: aquisição de um link redundante de Internet para servir de contingência para o link atual da RNP	CIP e DAD. Prazo: 1 semestre de 2016.
5.Redes sem fio.	Ação 1: Aquisição de um gerenciador corporativos de pontos de acesso e treinamento sobre como usá-lo Ação 2: Aquisição de APs corporativos que suportem grande quantidade de usuários conectados simultaneamente e que permitam trabalhar com outras frequências.	CIP e DAD. Prazo: 1 semestre de 2016.
6. Servidores.	Ação 1: Aquisições de licenças de servidores Windows atualizadas (última versão).	CIP. Prazo: 1 semestre de 2016.
7. Comunicação Interna.	Ação 1: Redefinição dos canais e métodos de comunicação entre os departamentos; Ação 2: Implantação de uma rede social corporativa.	DRG, DAD e CIP. Prazo: 1 semestre de 2016.
8. Integração.	Ação 1: Criação de um subsetor atrelado à CIP responsável por planejar, executar e controlar todas as demandas direcionadas à CIP distribuídas nos seguintes grupos de processos: risco, qualidade, aquisições, escopo, custo e tempo.	DRG, DAD e CIP. Prazo: 1 semestre de 2016.

Referências Bibliográficas

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social:** para trabajadores sociales. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

ASPESI, Cristina de Campos; DESSEN, Maria Auxiliadora; CHAGAS, Jane Farias. **A ciência do desenvolvimento:** uma perspectiva interdisciplinar. In: DESSEN, Maria Auxiliadora.

BARROSO, João (org.). **O Estudo da Escola.** Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

BORDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. **A reprodução.** Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.

BRANDÃO, C. R. **Identidade e etnia.** Construções da pessoa e resistência cultural. São Paulo, Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

Brasil. MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Institutos Federais. **Um novo modelo de educação profissional e tecnológica:** concepções e diretrizes – 2010.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Institutos Federais. Os institutos federais: **Uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Eliezer Pacheco.

BRASIL. MEC/Setec. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica:** Concepções e Diretrizes. Brasília: MEC/Setec, 2010. Disponível

em:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841 Acesso em: 15 set. 2014.

BRASIL. **Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania.** Caderno1. Brasília: Secretaria de Educação Básica, Ministério da Educação, 2004.

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2009.

_____. **Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 02 de agosto de 2010.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/96).** Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 02 de agosto 2010.

_____. **Plano Nacional de Educação.** Brasília: Secretaria Especial de Educação e Publicações. Senado Federal, 2010.

_____. **Plano Nacional de Educação.** Brasília: Secretaria Especial de Educação e Publicações. Senado Federal, 2013.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB: passo a passo: lei de diretrizes e bases da educação nacional (9394/96), comentada e interpretada artigo a artigo.** São Paulo: Avercamp, 2003.

CANÁRIO, R. **Os estudos sobre a escola: problemas e perspectivas.** Porto: Porto Editora, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CAMARGO, Rosana; VILELLA, José Eduardo Nogueira. **Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo**: cem anos de ensino público federal. In: *Sinergia*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 45-52, jan./jun. 2010.

CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

COLL, C. et al. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2003.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, M. V. (Org.). **O currículo nos limiões do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DOURADO, L.F. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha de diretor**. Brasília: INEP, 2004.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da Educação**: conceitos e definições. Brasília: v.1. MEC/SEB, 2007.

DOS REIS, E. **Reflexões sobre Educação e as mudanças curriculares necessárias**. *Sinergia*, v. 14, n. 2, p. 98-104, São Paulo, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI Escolar – O minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior, Maio de 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Editora Paz e terra, 2014.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

_____, Paulo. **A importância do ato de ler** – em três artigos que se completam. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

_____, Paulo (1998). **Professor sim, tia não**. São Paulo : Olho D'água.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José, Eustáquio. (Orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 6. ed. São Paulo: Vozes, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

HISRICH, Robert D.; PETERS Michael P.; SHEPHERD Dean A. **Empreendedorismo**. 9ª Edição. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2014.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Moderna, 2009.

HU, S.; KUH, G.D.; GAYLES, J. G. **Engaging Undergraduate Students in Research Activities: Are Research Universities Doing a Better Job?** Innovative Higher Education, v.32, n.3, p.167-177, 2007.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Plano de desenvolvimento institucional 2014-2018**. São Paulo, 2014, p. 136-160.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JÚNIOR, Ánderson Luiz Costa (org). **A ciência do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artemed, 2008, p.19-36.

LIMA, Waldísia Rodrigues. **Conselhos Escolares e Avaliação em Larga Escala (IDEB):** uma interlocução possível sobre qualidade escolar? Editora: Novas Edições Acadêmicas-OmniScriptum GmbH & Co.KG. Alemanha, 2014.

LOPES, Kátiuska Lamara Vieira Cavalcanti. **Projeto político pedagógico:** uma abordagem conceitual, Revista Brasileira de Educação e Saúde REBES, Pombal – PB, Brasil, v. 3, n. 3, p. 58-63, jul.-set., 2013.

LUZ, Sonia Maria Dettenborn. **Escola Educar-se. Pleiade**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 2, p. 119-132 Jul./Dez. 2007.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação:** da antiguidade aos nossos dias. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARCONI, M. A., LAKATUS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5º ed., São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MERKEL, C. A. **Undergraduate Research at Six Research Universities:** a pilot study for the Association of American Universities. California Institute of Technology, 2001.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; CHADWICK, Clifton. **Ensinar e Aprender.** São Paulo: Global Editora, 2008.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner. (Orgs.). **Educação e Federalismo no Brasil:** combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

OLIVEIRA, M. R. N. S. **Organização curricular da educação profissional.** In: ARAÚJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. S. (Org.). **Filosofia da práxis e didática da educação profissional.** Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

PEREIRA, Vilmar Alves; GONÇALVES, Leonardo Dorneles. **A extensão universitária a partir de Jürgen Habermas e Enrique Leff, Conjectura:** Filos. Educ., Caxias do Sul, v. 18, n. 2, p. 13-27, maio/ago. 2013.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, J. A. **Currículo: teoria e práxis**. Porto: Porto Editora, 2001.
PDI 2014-2018/IFSP.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **O que é desenvolvimento humano**. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>
. Acesso em 17 de outubro de 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003).

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SETEC/MEC. **Concepção e Diretrizes**. 2010.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica. 2007.

TORRES, Lupion Patrícia; IRALA, Esrom Adriano F. **Aprendizagem Colaborativa: Teoria E Prática**. In: TORRES, Lupion Patrícia (org). Complexidade: redes e conexões na produção do conhecimento. Curitiba: SENAR, 2014. p.61-94. Disponível em:<<http://www.agrinho.com.br/material-professor/redes-conexoes-na-producao-do-conhecimento>>. Acesso em 12 dez. 2014.

TRIGO, L. G.G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Campinas-SP: Papyrus, 1998.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento**: projeto de ensino e aprendizagem e projeto político pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico**: novas trilhas para a escola. In:VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. (org). As dimensões do Projeto Político-Pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 2007

VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1998.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil**: introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007.

VYGOTSKY, L. S. (1978). **Mind in society**: The development of higher psychological processes. Cambridge, MA: Harvard University Press.

VYGOTSKY, L. S. (1962). **Thought and language**. Cambridge MA: MIT Press.